

## ATA PLENÁRIA 235ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e dezoito, às nove horas, na Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima trigésima quinta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela Conselheira Simone Albuquerque, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Arlete Alves de Almeida /Mov. GRAAL, Cristiane Isabel Felipe – Sacramentinos, Damião Braz (Nome Social - Irajá)/Art. Povos e Org. Indígenas, Elerson da Silva/Cáritas, Magda Lucia Diniz e Silva Rocha /SES, Deborah Akerman /Sedese, Felipe Serrano Milioreli – CMAS Campo Belo, Ivone Pereira Costa Silva/COGEMAS, Silvana Célia de Campos / BH – SEE, Wilson de Sales Lana /SEF, Gilberto Donizete Ribeiro / Cogemas, João Alves Crisóstomo /CMAS-Pirapora, Luanda do Carmo Queiroga /Fórum Est. Trab. SUAS, Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas /CMAS-Leopoldina, Wilson de Sales Lana –b SEF, Maria, Rodrigo Silveira e Souza /CRESS, Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo / CMAS Montes Claros, e Soyla Rachel dos Santos Pereira /CMAS-Paracatu Simone Albuquerque – Sedese, os seguintes Conselheiros Suplentes: Ariadna de Almeida Silva /FASEMIG, Bruno Alexandre Rodrigues Tocafundo / CMAS Juiz de Fora, Alice de Rezende Brandão Faria/Fórum Municipal de Trabalhadores – SUAS, Camila Rita da Silva – Seapa, Helder Augusto Diniz Silva /CMAS-Pedro Leopoldo, Márcio José Ferreira – ADEFIB, César Augusto Calinçani Pereira / Sedese, Eleniudes Santos Silva – Feneis, Marleide Marques Castro /Cons. Reg. Psicologia, Marta Maria Castro Vieira da Silva /SEDESE, e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Consolação Cifani da Conceição, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida, Eliane Maria Alves Bissoli, Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados, Maria Elizabeth de Freitas, Sandra Barbosa, Marcelo Armando Rodrigues, Gabriele S. Silva. **Simone:** Eu vou coordenar aqui o pleno do conselho tendo em vista que o nosso queridíssimo presidente teve que se ausentar no dia de hoje por motivos particulares então eu desejo a todos nós um excelente dia na certeza de que o que nos une é a convicção de que a proteção sócio assistencial é um direito do cidadão e um dever do nosso estado e que todos que estão nessa mesa, nesse pleno comungam dessa direção então quero cumprimentá-los e também informar a todos conselheiros que a nossa querida conselheira Camila é a aniversariante do dia (parabéns) tudo de bom pra você viu Camila, que a sua vida se direcione sempre para o caminho dos mais pobres da ética coletiva e da justiça social, bem, eu vou passar também para os outros colegas aqui do conselho que vão me ajudar a coordenar aqui o pleno de hoje então passo também para a primeira secretária do conselho a nossa queridíssima Arlete para que ela também nos cumprimente. **Arlete:** Bom dia a todos e todas o que eu quero dizer é que a gente não pode perder a esperança e que esse seja mais um dia de trabalhos e que a gente consiga alcançar o que a gente pensou pra hoje e que sigamos fortes e livres para defender o que nós acreditamos. **Simone:** Passo também para o nosso conselheiro Gilberto segundo secretário aqui do conselho estadual para seus cumprimentos. **Gilberto – Cogemas:** Bom dia a todas e a todos primeiro a gente quer dizer pra vocês que ontem nas nossas várias reuniões a gente puxou uma pauta de debate sobre resistência, nesse momento histórico que a gente está vivendo inclusive com ações pautadas na prática para abrir um diálogo maior e mais estreitado com aquelas instituições, organizações que estão também sofrendo com a Emenda Constitucional 95 e quero convidar todas e todos para entrar nesse luta para que seja uma luta de resistência já que o outro significado de Minas é liberdade então a gente quer construir daqui pra frente essa trincheira de liberdade de garantia de direito, então conclamo a cada um e cada uma pra ocupar essa trincheira e a gente poder também ser um espaço de defesa dos mais pobres nesse estado que é um estado que a gente ama muito. **Simone:** Bem cumprimento também a nossa querida secretária executiva do CEAS, Consolação, e em nome dela toda secretaria executiva que sem dúvida nenhuma é responsável para que a gente tenha mais um pleno pautado aí no compromisso, na ética e na transparência, então

também quero convidar para sentar aqui ao nosso lado a nossa querida ex-conselheira estadual a Sandra, e atualmente conselheira nacional que pelo compromisso que ela tem com a base, com a política, ela está se dispondo a passar os informes do Conselho Nacional, mas também, discutir um pouco com a gente a pauta do conselho nacional para que ela também possa ter uma representação lá também desse coletivo, então Sandra, por favor, sente aqui ao nosso lado. Bem, a nossa ducentésima trigésima quinta plenária tem como a nossa pauta primeiro a abertura, depois apreciação da ducentésima trigésima primeira plenária ordinária, depois faremos a justificativa de ausência, e agora a gente tá, eu inverti um pouco a pauta aqui, me perdoe, mas nós temos apreciação da pauta, depois os informes e os pontos para apresentação e deliberação, a revisão do BPC, procedimentos e prazos, o intervalo, depois avaliação e apresentação do resultado do Encontro Estadual de Fóruns, de Entidades, Conselhos Municipais, Usuários e Trabalhadores e depois nós faremos um processo pra distribuição e avaliação do relatório final das atividades do plano de assistência social da Central Geradora Hidrelétrica Areão - CGH Areão, com vistas a licença de apuração, LO no órgão ambiental do município de São Francisco do Glória, será feito pelo conselheiro Felipe Serrano, depois então a gente entra nas comissões temáticas, depois o plano de ação da comissão de ética e depois o nosso descanso merecido. Bem, eu vou passar pra nossa secretária executiva, pedir a ela auxílio pra ela fazer a verificação do quórum, pra ela colocar apreciação da ducentésima trigésima primeira plenária ordinária e também fazer o favor de justificar a ausência pra nós. **Consolação:** Bom dia a todos e todas, Consolação, nós temos aqui 13 conselheiros, entre os suplentes também em condição de titularidade, então nós temos o quórum inclusive qualificado. A ducentésima trigésima primeira plenária ela foi encaminhada 2 vezes para todos os conselheiros, a primeira inclusive pra que todos verificassem se ela estava de acordo, foi a ata que infelizmente perdemos a gravação, fizemos aqui um relato da plenária, então houve o primeiro encaminhamento, então as pessoas que contribuíram nós colocamos como Arlete, como questão de informe, nós refizemos a ata e mandamos novamente para todo mundo, então essa é a ata que a vice-presidente pediu que eu colocasse aqui agora em apreciação e votação, se todo mundo concorda, se tem alguma observação em relação a essa ata. Alguma observação? **Simone:** Bem, então eu peço aos conselheiros, por favor, favoráveis a ata e em condições de votar por favor levantem os seus crachás, podem abaixar, contrários, abstenção, então a ata foi votada por unanimidade. **Consolação:** Agora eu passo a justificativa de ausência. É, Isac, nosso conselheiro Isac dos Santos Lopes, da Federação Quilombola, ele por motivo de estudo, de faculdade nesse período, a conselheira Cecília também da Associação Quilombola, só que de Ponto Pontal, ela está no Capacita SUAS, está na semana do Capacita no município dela, Fabrícia da Seapa tá de férias, o Márcio Caldeira, férias, Maria Juanita, férias, Ana Cristina da Fazenda, férias, Rafael da Secretaria de Educação falou de uma impossibilidade estar presente não determinou a impossibilidade, Gabriela também não pôde estar aqui, Alice Resende Brandão do Fórum Municipal dos Trabalhadores por motivo de saúde e Rodrigo, presidente também por uma questão de saúde. **Simone:** Agradeço a nossa secretária executiva e cumprimento e agradeço a presença da Diretora de Serviços de Atenção Básica da Sedese a Maria Elizabeth, agradeço a presença entre nós, agora nós vamos passar para os informes, e vou começar então pela vice presidente do colegiado de gestores municipais de assistência social a secretária Ivone e Conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social, então, por favor, Ivone proceda aos informes do colegiado. **Ivone:** Bom dia a todos e todas, é Ivone-Cogemas, então nós teremos agora dia 26 uma plenária ordinária essa plenária do Cogemas de Minas ela tem como objetivo a eleger os representantes regionais para compor a diretoria do Cogemas, está no estatuto e nós temos já há mais tempo interesse de fazer essa organização e, essa nova diretoria tirou como prioridade organizar, então o encontro ele vai ser realizado lá na Cidade Administrativa vai ser no 9º andar do edifício Minas, no dia 26 de julho, eleição dos

integrantes do Conselho Regional do Cogemas, nós estamos chamando esse representante que vai fazer parte do Conselho Regional do Cogemas de Minas e também vai ser a eleição dos delegados para o vigésimo encontro nacional do Cogemas que também já passo o informe. Aqui vai acontecer nos dias 30, 31 e 1º de agosto aqui em Belo Horizonte, na av. Amazonas 6200, esse encontro ele é um encontro que o Cogemas Nacional realiza todos os anos, é precedido de 5 encontros regionais, então é um encontro que já tem 1572 participantes já inscritos só de Minas 197, então pela avaliação é o primeiro encontro do Cogemas Nacional que teve mais inscritos de Minas Gerais. Então a gente ainda tem um período aí até o dia 30 de julho, então possivelmente ainda vai aumentar mais ainda, esse encontro a pessoa vem pelo município, paga R\$250,00 a inscrição, e a inscrição tem um link lá, é muito fácil de inscrever. O Gilberto está me auxiliando ali, o link já está lá e a programação já está colocada ali. É um encontro que a Márcia Lopes vai estar presente, então muita gente que assim defendeu e que defende o SUAS, que construiu toda essa política vem, é um encontro que lógico, é uma resistência a esse desmonte da política do SUAS, então a gente tem é que contar com a ajuda do CEAS para ajudar a mobilizar para esse encontro, e, ele é de gestores, trabalhadores, conselheiros também, todo mundo pode se inscrever, especificamente os conselheiros também, e a gente tem muita dificuldade, acho que o CEAS está também articulando esse encontro com muitas dificuldades, tanto financeira como também nesse momento que o estado de Minas está passando por essa crise, então eu acho que é um encontro também que vem reforçar essa luta para manutenção do SUAS mesmo com as dificuldades que a gente está vivendo, então são 2 momentos muito importantes para o colegiado, 1 pra estruturar a coordenação regional e outro para reforçar nossa luta aí com o SUAS, e é um momento também gente que trás muitas oficinas, o MDS vem, trás também muitas discussões, mas é um momento que articula muitas forças do Brasil inteiro, e com certeza pra defender aí o plano decenal, pra defender as instâncias de pactuação do SUAS, Colegiados, da CIB, todas as CIT, acho que é fundamental esse momento pra nós aqui em Minas Gerais está recebendo o colegiado do Cogemas Nacional, num momento tão importante pra nós do SUAS, então acho que é fazer um esforço, todos os gestores quem puder articular, encaminhar, mobilizar, os municípios tem os recursos, que são os recursos da gestão do IGD SUAS e do IGD Bolsa Família, que pode ser utilizado pra tá dando essa oportunidade para os conselheiros participar desses eventos que é a capacitação, então eu acho que é o momento dos gestores dar oportunidade, por que está perto de Belo Horizonte, cidade que não está distante, porque as vezes o encontro é em Belém do Pará, é em outros lugares mais distante, então agora está aqui em Minas Gerais, então eu acho que é importante a gente incentivar os gestores a ajudar os conselheiros também a participar desses eventos. **Simone:** Muito obrigado, secretária Ivone, parabéns ao colegiado de Minas Gerais, não só pelo esforço de centralizar a representação do Cogemas, regionalizar, acho que isso vai dar uma base importante para o Cogemas, Cogemas Regional, isso é muito bacana, acho que fortalece a pauta regional muito, porque tem o Fórum dos Usuários, o Fórum dos trabalhadores, o Fórum das Entidades, o Fórum do Conselho, e agora o Cogemas Regional, isso é muito importante eu tenho certeza que vocês estão dando um passo muito importante pra estruturação e organização do SUAS em Minas Gerais, e também por essa pauta nacional que é trazer um encontro que é sem dúvida nenhuma depois da Conferência Nacional, é o maior encontro da assistência social Brasileira. Ele acontece todo ano, e dá uma direção grande aí para a luta do SUAS no Brasil, então meus parabéns, conte sempre com apoio do nosso Conselho Estadual. Também passo para os seus informes, vou passar para a Sandra para que ela possa nos informar também do Conselho Nacional de Assistência Social. **Sandra:** Bom dia a todos gente, outro dia eu falei no Fórum Estadual, passando os informes lá pra Luanda, que é um compromisso que eu tenho de nunca esquecer jamais das raízes de todo esse aprendizado, que foi possível do âmbito municipal, estadual, e agora estou lá

representando os trabalhadores no âmbito Nacional, então que eu ia fazer um esforço, que a gente sabe que é muita coisa, muita agenda, muito trabalho, de estar no máximo possível, eu estar informando, socializando para o FET, as discussões aqui para o Conselho Estadual. Então a primeira lá de proposta a gente não teve em si uma discussão, a primeira pleno mesmo vamos dizer que começou a adentrar na questão da política mesmo, foi esse reunião agora de junho eu fiquei na comissão de acompanhamento de Conselho, eu gostaria de ter ficado na Política mas a gente dividiu a Sociedade Civil entre as comissões, vou começar aqui com uns pontos embora toda comissão de Conselho, mas a gente tá lá defendendo é a política como um todo, vou falar um pouco sobre o orçamento, sobre o encontro do Cogemas que já foi falado aqui, teve um encaminhamento, vão vir duas conselheiras nacionais representando, foi feito o convite, está vindo o representante de trabalhadores, a Margareth do Rio de Janeiro, e de representante de usuários a Solange lá de Santa Catarina, que vai estar representando aqui o Conselho Nacional, nossa Sandra pode participar então eu estou me excluindo porque senão não vai dar oportunidade a outros que vai acontecer aqui em Minas Gerais. Na comissão de Conselhos gente, bem rapidinho que a gente não pode desprender muito, teve um ponto que foi o município de Aracaju pedindo proposta, orientações para poder implantar os conselhos municipais, outros locais dentro do próprio município, isto deu muita discussão, depois de muita discussão foi falado a experiência de Minas Gerais, com os regionais, com as experiências das Urcmas, foi citado, e eu já tinha dado um informe do encontro que aconteceu aqui entre Sedese e o CEAS dos nossos encontros dos Fórum Estadual dos Trabalhadores e Entidades e que teve muito êxito, e que a gente estava caminhando numa perspectiva muito boa aqui de fortalecer o controle, e que lá a maioria tanto do governo quanto a sociedade civil não estava acatando muito essa ideia de Aracaju de estar criando conselhos, livres conselhos para os municípios, uma coisa muito estranha, foi uma discussão muito grande, teve 2 reflexões ou o conselho municipal lá não está sendo uma referência, não tá chegando, não está trabalhando com a conta, ou porque fica inventando criar outros espaços, resumindo, vai ser chamada a experiência de Minas Gerais e de São Paulo no conselho para estar falando, socializando pra todo CMAS essa experiência das Urcmas e das regionais, eu falei da secretaria, em São Paulo também tem uma experiência nesse sentido, então é pequena mas tem, eu não conheço mas assim me falaram, aí ficou de ser convidadas essas 2 experiências que eu estava falando isso vai ser legado como um exemplo, uma referência pros municípios que está pensando que os estados está pensando, isso aí foi nas comissões. Na plenária, gente aí deu informe tá gente, até falei com a Luanda, Luanda pedi um resumo, a Consolação passou pra mim rapidamente uma síntese de quantos participantes, quantos gestores, muito bacana que a Consolação deu tempo de fazer essa síntese, eu passei lá como informe do nosso encontro, no sentido de estar aprimorando o controle, fortalecendo, escutando as regionais, das Urcmas e tal, então foi assim, eu falei vou escutar o pleno falar que a gente já está caminhando nessa proposta, enquanto tem gente encaminhando proposta ainda meio, a gente já estava encaminhando uma proposta mais propositiva mais de autonomia mesmo e de escutar a base. Quando foi na plenária gente, aí eu fiz um evento lá, é o seguinte, as comissões ficou no último dia a tarde, para ser discutido, como que pode 4 comissões do conselho nacional ser discutindo de 2 as 5 e meia, das 5 e meia, 6 horas todo mundo já está saindo quem é dos outros estados, então eu propus, na próxima, inventei essa pauta, a gente sabe que tinha que ter um envolvido lá de apresentar os trabalhos da MDS, das comissões, a organização ficou 1 dia praticamente envolvido com essas apresentações mais formais, que tem conselheiro novo também chegando e a gente tem que entender isso, mas assim ficou muito prejudicado, foi só 2 comissões que falaram nessa última tarde, foram 2 dias de plenária que 1 dia as comissões, e aí ficou muito prejudicada a comissão de acompanhamento nem falou, ficou a de orçamento e a política, aí eu vou só sinalizar aqui 2 situações do orçamento que a gente achou muito estranho, veio um indicativo da comissão

para aprovar, mas a gente já chegou com um representante governamental apresentando que tem uma lei que, uma coisa da lei do PSL eleitoral, que não podia fazer comparativo com o orçamento anterior, que eles são proibidos, aí todo mundo estava passando a coisa batido mas eu falei assim, eu não estou entendendo, inclusive tem um governamental que falou que isso não existe, que foi um que já foi de outros governos aí, então eu quero que traga aqui porque se eu vim de Minas Gerais com dinheiro público, pra gente ver os números, não quero saber dos números, os números vão traduzir a intenção pra fazer uma avaliação, o controle político do orçamento, o que aumentou, o que cortou, porque, a execução orçamentária tem problema que foi 47% e, alguns que foi vinte e poucos %, então assim não é que eu sou entendida mas se eu estou aqui, não adianta apresentar números pra gente e cadê os números passado, que ele não podia trazer, não podia comparar, porque a lei eleitoral proíbe, então ficou pra próxima plenária também, já chegou ameaçando a comissão, e eu fui, todo mundo ficou calado, eu falei assim, então vai trazer pra gente, essa lei, esse entendimento desse artigo, desse parágrafo, que fala que a gente não pode fazer um controle eu quero que faça um controle comparativo de um ano pra outro, e quais as justificativas, que eu acho que isso é que vai fazer um controle com mais qualidade no orçamento, eu não sou da comissão mas eu fiquei dando pitaco lá no orçamento, porque a comissão que eu estava não pode apresentar por causa do tempo, então teve isso, já chegou amordaçando que a lei eleitoral que a gente não pode fazer comparativo, então a gente já colocou que a gente quer que traga isso oficial que foi um email, foi chegado por email lá do governo, não sei se é da Casa Civil de onde que foi, amordaçando lá querendo atrapalhar um pouco os trabalhos da comissão e teve cortes, e a gente debateu muito se está tendo cortes principalmente na básica, porque estão inventando outros programas, gastando com o dinheiro, inventando outras coisas fora da política do SUAS, então a gente bem simplesinha assim (minha família está falando), a comissão de política, o grande debate que gastou muito tempo e que a gente saiu cinco e meia, e quem ficou continuou foi a bendita educação financeira pro público do bolsa família, dos cofrinhos que na comissão de financiamento e política foi apresentada essa tecnologia os 3 cofrinhos inclusive os tamanhos de cada um, e falou que ia trazer pra plenária, na plenária não trouxe os cofrinhos, e a Margareth falou eu quero ver a tecnologia. A tecnologia não apresentou porque já foi debatido muito na comissão, pois é, 3 cofrinhos e a sociedade civil, mas aí debateu demais que o pessoal da bolsa família, estão gente pegando o embasamento do decreto do Lula de 2010 que previa realmente a educação financeira, mas hoje a gente está em outra conjuntura, outro cenário, aí fui falar que tem uma conselheira lá muito combativa nós estamos combatendo o mapa da fome, você quer que uma pessoa que ganha R\$60,00, R\$90,00 vai economizar para no fim do ano ter R\$60,00 no outro dia já está pegando o dinheiro do cofrinho para comprar o leite, nós estamos combatendo o mapa da fome e foi assim um debate muito grande para o governo, porque já está tudo estruturado gente, inclusive com as oficinas que vai ter, nós exigimos, aí vai ter um momento nesse próximo pleno que vão participar os conselheiros, para entender o que é esse programa, embora já esteja tudo planejado, tem 3 cofrinhos, pequeno, médio e grande, depois eu deixo o material pra vocês, quero fazer os resumos direitinhos. Aí falou que tem que fazer educação financeira é o governo, que está todo perdido cortando em políticas públicas e não trouxe as benditas tecnologias que são os cofrinhos que a gente queria ver, deixar, tirar foto e tudo mas na comissão trouxe, mas como foi debatido na comissão, na hora da plenária não trouxe os cofrinhos não porque eu queria tirar foto para estar socializando, porque vai ensinar o público do bolsa família a economizar, e aí a gente deixou claro, nós não somos contra a educação financeira, ninguém é contra educação financeira mas, nesse contexto de corte de desmonte que isso é uma contradição, que isso é um absurdo e um descalabro, então ficou um debate muito tempo da comissão de política sobre esse ponto, teve dentro do rito do primeiro momento dos conselheiros, foi feito uma palavra sobre o papel dos

conselheiros, na hora que fala papel dos conselheiros, eu falei oh minha Nossa Senhora, Minas Gerais já escutou tanto a Eleonora Schettini falar disso, mas a gente tem que compreender, aí o Daniel do IPEA que já foi conselheiro nacional ele veio falar do papel do conselheiro, o que é o conselho, aí eu confesso não acrescenta muito pra gente, graças a Deus pra gente que já tem essa experiência aqui de muito seminário, muito debate sobre o controle social, mas ele falou umas coisas interessantes e uma das coisa que eu achei que ele acrescentou é quando ele fala que é uma grande diferença que demarca da sociedade civil com o governo é que nós estamos lá legitimado pelo voto nós queremos estar lá e que muitas vezes os representantes governamentais são indicados pelo governo que muitas vezes nem querem estar lá, eles vão pelo cargo de confiança, aí eu aproveitei essa brecha depois que acabou a fala dele e falei que eu estava achando muito legal ele falar isso porque a gente sempre compreendeu que o voto do governo é um só, que a sociedade civil geralmente é que faz o contraponto e que aí é por isso que a gente não podia deixar de pensar nesse processo que vem aí de outubro, aí eu já fui colocando, então isso aí já deixava pra gente claro, qual o governo que a gente tem, e quem vai ser indicado, e como que vai ser esse voto lá, porque se é um voto só, se tem um governo que tem uma inclinação pra atender mercado financeiro, políticas econômicas não liberais a gente já sabe o que vai ser o controle, governamental dentro dos Conselhos, não só da assistência social, então nessa brecha que ele não falou muita coisa a mais do que a gente já escutou muito aqui pela Eleonora já inclusive já escutou o CMAS várias vezes falando sobre o Conselho, os papéis dos conselheiros e eu fui e aproveitei brechas e falei da experiência de Belo Horizonte da gente com as Emendas Parlamentares, se a gente quando tem divergência a gente se tem em Minas Gerias hoje a gente tá num governo que a gente tá caminhando rumo a novos Horizonte, tem divergências? Tem, tem dissensos? Tem, mas a gente consegue dialogar e avançar, todos nós consigamos ganhar, mas que dependendo dos governos que tem a gente sabe então a gente não podia chamar a atenção dos conselheiros novos pra não descolar dessa reflexão de outubro agora, porque é muito importante a gente ver o governo que a gente quer, qual essa inclinação, e qual o horizonte de uma política de estado, que a gente conseguiu avançar muito e agora a gente está vendo totalmente sendo desmontado, e outro ponto do Cogemas que eu já falei eu tô falando rápido gente pra passar meus informes mas, a gente tá vendo assim um clima também assim meio de desânimo do Conselho, não sei se é porque está chegando a eleição, os trabalhadores que lá estão que são até terceirizados já ficam assim preocupados que não vão continuar dependendo da mudança de governo então esse clima todo as vezes paira pelo conselho nacional então nesse próximo pleno que a gente vai poder estar falando das comissões de acompanhamento e de normas que nem se quer teve tempo, eu propus inverter uma pauta, a última tarde pra falar de 4 comissões de temas de amplitude nacional que a gente não ia aceitar isso e aí nós pedimos pra inverter essa pauta embora a primeira teve tudo, teve André do IPEA falando teve apresentação aquela coisa mais administrativo até de apresentar o Conselho de apresentar as diretorias que lá estão mas gastou-se muito tempo com isso e a gente tá apto pra realmente a adentrar na essência do que está acontecendo e nós fizemos essa inversão pra ver se no próximo mês isso avança e vamos ter nosso conselheiro de um encaminhamento que saiu lá de uma capacitação pra gente entender esse programa da educação financeira, pra gente entender eu acho eles acreditam que nessa oficina que vão fazer com a gente, a sociedade civil nós vamos assim mudar de ideia e deixar de ser tão contra. Nós deixamos bem claro não somos contra a educação financeira, os moldes que estão fazendo nessa atual conjuntura desse desmonte que a gente não poderia estar aprovando e aprovar o quê se já está tudo acontecendo e as coisas tudo já planejada e organizada, aí disse que já vai mudar não vai ser o programa mais, aí falando que não é do SUAS que é uma coisa a parte, mas vai ser executada com pessoal dos técnicos do CRAS, é os técnicos do CRAS gente, lá vai ser os técnicos do CRAS que

vão estar apoiando nesta execução, então quando que é do SUAS agora aí eu falei de todos os Capacita que eu participei, da básica, do controle social, da vigilância e que a básica falou que estava assoberbada, os técnicos foi uma das falas que inclusive foi trazida aqui para esse Conselho, de tarefas por conta da questão aí do Ministério Público e Juizado exigindo, quem participou do Capacita aqui pode lembrar disso como eles já estão cheio de tarefas e estão querendo colocar mais isso e tá falando que não é do SUAS, mas foi executado com os técnicos lá do CRAS então como não é do SUAS, então foi um debate mas ficou só até aí, duas comissões não apresentaram as discussões que foi a de acompanhamento e de normas devido que ficou 4 comissões de 2:00 as 5:00 para estar apresentando e ficou meio prejudicado esse trabalho, em Minas Gerais é isso, já falei do Cogemas que esta vindo, de política e do CRAS, e que esse convite que vai ter para experiência de Minas Gerais das Urcmas e dos regionais aí eu fiz questão de enfatizar todo o esforço que foi feito aqui em Minas Gerias no sentido de fortalecer o controle, escutar também, não é tudo cor-de-rosa, não está tudo pronto e acabado, tem muito desafio ainda pra ser implementados nos municípios, mas a gente trouxe pra Minas Gerias com recurso na parceria aí da Sedese com recurso do CEAS, foi aprovado aqui no CEAS e eles ficaram muito assim encantados com essa experiência e a gente fica feliz de estar levando a experiência de Minas Gerias lá pro Conselho Nacional, mas eu vou me comprometer de fazer um relatório todas vezes depois dessas plenárias, pra trazer e deixar aqui passar Consolação pra ficar aqui para os conselheiros, porque é um compromisso que eu assumi da gente ficar atualizado do que está acontecendo lá e também como segmento do Fórum Nacional ter uma informação bem assim para o FET e das experiências que a gente tá realizando aqui com seus desafios e seu sucesso que já está acontecendo, então assim já olham pra gente realmente com diferença por que a gente já vem de experiência de luta, no momento Minas está com resistência e governo ficou lá, eu chamei atenção dos governamentais, o voto é só assim aprovado, aprovado, não tem ninguém pra fazer uma ressalva, ninguém fala nada sobre esse corte na proteção social básica, sobre essa execução aí ficou de na próxima também ser um encaminhamento e da comissão de orçamento vai ter que mostrar pra gente porque vem com os números, e amordaçando com o email que chegou lá não sei da aonde que a gente não poder comparar e eu falei que eu não ia aprovar nada sem saber direito o que avançou o que diminuiu e números por si só não traduzem nada os números traduzem a intenção, a vontade política e qual que é a caminhada do governo nacional pra gente falar, eu fui chamada muito de romântica no município e tal que o controle é um momento do orçamento, que depois ainda passa por tudo e vai lá para a Câmara que envia para a Câmara Municipal eu falei perfeitamente mas a gente tem que exercer o papel da gente, a gente tem que exercer tem que estar em ata, e tudo, e tem que ter uma pessoa inclusive se a gente quisesse aprimorar pra acompanhar lá na Câmara o dia que vai votar esse orçamento é no âmbito municipal, estadual e no nacional, infelizmente a gente não alcançou isso porque senão, a porque vai passar pra outro se vai sofrer corte não vai sofrer, mas outro que chega na gente tem que colocar a nossa indignação ou então nosso apoio ao que está sendo feito, então nesse sentido Minas Gerais para não estender muito, eu vou fazer um relatório tá Simone, e me comprometo de deixar toda vez dos plenos e das minha participações que tiver aí do Conselho Nacional porque foi aonde que eu comecei do conselho municipal, estadual e a gente não chega num lugar só pela gente tem toda uma trajetória, uma história então a gente tem que ter esse compromisso foi falado muito isso, de quando a gente é legitimado pelos segmentos esse feedback essa constante informação com os segmentos principalmente da sociedade civil que ele é eleito nós, somos legitimados por todo segmento foi lá através do voto que nós estamos nesses espaços, então nesse sentido que eu quero deixar essa contribuição linhas muito gerais, mas está muito confuso lá nesse Conselho Nacional gente, obrigada. **Simone:** Obrigada, Sandra. Olha só Sandra tem alguns debates que a gente começou a fazer desde

ontem e com certeza vai perpassar pro dia de hoje, que é o retorno das deliberações da Conferência, acho que esse tem que ser o rumo que vocês tem que tomar, e a gente ontem, vamos discutir aqui hoje nós vamos discutir o referendun popular contra a Emenda Constitucional 95 foi uma principal deliberação da Conferência Nacional junto com o fim do programa criança feliz e que nós vamos e que foi colocado na agenda desse ano ainda pelo encontro dos Fóruns que nós fizemos então nós vamos retomar o debate do referendun popular contra a Emenda Constitucional 95, e Sandra principalmente vocês terem condições, coragem a dia de convocar a Conferência Nacional para que a gente também tenha condições de convocar as conferências estaduais e as conferências municipais que tem que sair a convocação no máximo até dezembro desse ano, então são duas bandeiras importante, claro sem dúvida nenhuma fora o debate aí das eleições deste ano, tendo a assistência social como nossa bandeira maior, então essa discussão acho que é importante que você tenha clareza e eu sei que você tem, da importância das nossas bandeiras das deliberações da conferência nacional mesmo porque no ano que vem tem mais. **Sandra:** Gente, eu esqueci em agosto eu também fiquei na comissão de acompanhamento das deliberações Conferência que vai ser agora em agosto porque a gente acatou a divisão nesse pleno, então foi lá pra mesa da CIT ficamos lá divididos e eu fiquei na comissão de deliberação da conferência que vai ter deliberação agora em agosto. **Simone:** Ok, muito obrigado. Vou passar agora os informes da presidência ampliada, Consolação. **Consolação:** A mesa diretoria reuniu-se ontem com a presença do presidente, da vice, da 1ª secretária Arlete, do Gilberto 2º secretário, é, como ela não pode participar ontem a Marta estava aqui na secretaria executiva nós pedimos que ela fizesse essa participação representando a comissão de normas, como o Isac também não estava presente nós chamamos a Soyla que é a coordenadora adjunta, a Ivone coordenadora do financiamento, Bruno da comissão de Política. A mesa Diretora ela começa sempre as discussões sobre a pauta do Conselho, ver se tem algum acréscimo, como é que tá se tem que tirar alguma coisa, e nesse momento a gente parou a discussão um pouco sobre o resultado do encontro estadual então a mesa diretoria discutiu-se a necessidade, tanto um pouco da avaliação, mas eu acho que vai ter o momento oportuno na plenária então eu não vou entrar nisso e ela falou das prioridades em relação algumas das demandas colocadas pelos Fóruns e Urcmas, a questão do Dia D, por exemplo, de pensar nesse Dia D, então já deixando algum indicativo pra discussão da própria comissão de apoio, foi discutido sobre isso, sobre a importância do financiamento do Fórum a questão do PPAG da gente já pensar inclusive o que a gente vai estar inserido no PPAG pra esse apoio aos Fóruns, a questão do plebiscito que tá num momento também, que é uma prioridade também ainda pra esse ano, então pensou-se que tem muitas propostas, mas nós temos 6 meses, até agora 5, então nós temos aí pra frente mais ainda além dos meses nós temos esse processo eleitoral, e o processo eleitoral também impede o Conselho de fazer algum evento ou de passar algum recurso mesmo que seja pagamento de diárias pros municípios, Fóruns e também de algum lanche, então viu-se que a gente tem que priorizar inserir então a participação nas Urcmas e Fóruns dessas regiões nesses períodos e fazer uma programação também em relação a isso, foi colocado a importância das orientações também de Urcmas e Fóruns da gente estar propondo isso que a comissão de monitoramento também deve já se reunir, inclusive fazer junto a comissão de apoio checar fazer essas propostas que saíram dos Fóruns com as deliberações da Conferência, ver também o que tem de comum e o que foi trazido, como a gente vai trabalhar isso, pensar talvez num encontro no final do ano a comissão de apoio deve ter discutido também sobre isso quem sabe um evento no final do ano de coordenações regionais e estaduais de Fóruns porque depois do processo eleitoral novembro, dezembro que a gente teria alguma coisa, e mais esse Dia D que seria também no final do ano então a gente tem que pensar alguma coisa nesse sentido até pelo tempo de organização, e ainda falou-se que a Simone já disse aqui da importância da convocação da conferência Nacional teve um debate muito



interessante sobre o momento político vivido que o Conselho ele tem que trazer essa discussão o Gilberto falou muito, o conselheiro Gilberto falou muito sobre isso sobre a questão da estratégia, tática mesmo que a gente tem que saber aqui qual é a base da assistência social que o Conselho defende a assistência social então saber esse quadro geral o que representa Minas em relação ao Brasil pra política de assistência social então de unir esforços realmente para essa garantia que é o momento de união e não de separação de algumas brigas de qualquer briga interna, que nós temos que ter esse viés político isso não é partidário é um viés da política de assistência social, inclusive nas regionais que o Conselho quando for alguma reunião representar o Conselho Estadual nós vamos ter a proposta de texto sobre isso o posicionamento do Conselho em relação a esforços da política de assistência, falo proposta uma agenda também descentralizada para a gente poder levar essa história, a história da assistência a história de todo esse movimento como que a gente vai organizar e fortalecer os Fóruns a partir inclusive desse momento histórico. Falou-se também da gente ainda fazer ofício ao conselho nacional informando sobre o encontro pros Conselhos Estaduais do Brasil, dos outros Conselhos pra também dar mais transparência a esse momento rico que foi o encontro estadual, ainda, um documento, nós vamos fazer uma pesquisa de como está a discussão sobre o enfrentamento da Emenda Constitucional 95 então provocar esse diálogo de luta pra unificar, como que a gente pode retirar isso, a questão do próprio plebiscito e também aí ter a participação, o compromisso dos candidatos aos governos de revogarem a Emenda Constitucional, então a mesa diretora discutiu também sobre isso, ainda discutiu sobre o encontro do Cogemas, a gente foi falando sobre essa pauta, notas do Conselho, sobre inclusive a própria questão do Piso Mineiro também, o Conselho vai fazer uma nota sobre isso, e aí pela avançar da hora, não deu pra gente vencer toda a pauta da mesa diretora nós passamos para o ponto relativo a Juiz de Fora e aí foi colocado no manifesto que o conselho municipal fez em relação a esse processo licitatório de passar serviço inclusive a posição do conselho contrário que uma entidade possa estar executando PAEF e PAEFI e aí foi colocado a tentativa que já saiu daqui do conselho, de marcar uma reunião com o gestor local, nós não conseguimos viabilizar essa encontro aqui em BH e aí saiu então um encaminhamento de uma ida ao município que vai ser agendada, ainda foi colocado que a AMAC que era a entidade que executava o serviço anteriormente ela também fez uma consulta ao conselho pra saber se era legal a forma que o conselho municipal estava conduzindo e aí nós vamos responder a essa AMAC que ela procure o conselho municipal de assistência pra esclarecer sobre essas questões. Em resumo foi isso a mesa diretora. **Simone:** Obrigada viu, Consolação. Eu vou passar agora os informes para Marta Silva para ela falar dos informes pela Sedese. Marta por favor. **Marta:** Bom dia a todos e todas, desculpe a voz, gripada, enjoadinha. Bom, então a gente começa os informes da Sedese com CapacitaSUAS por favor pode adiantar, a gente já tem um balanço do curso de proteção social especial que vem desde junho sendo executada nos 21 polos, nós estamos nesta semana com 2 turmas em andamento, Paracatu e Poços, ainda existem 2 polos que são Uberlândia e Varginha que as inscrições estão abertas, ainda não foram encerradas, e que está pra acontecer, mas do previsto que eram 1365 inscritos dos 19 polos 111 pessoas efetivamente foram capacitadas a gente já fez a verificação de presença delas então a gente está próximo de atingir a meta. No quadro seguinte a gente fala disso, demonstra polo por polo, número de municípios em cada polo total de pessoas inscritas e pessoas que foram aprovadas depois da verificação da presença mínima durante o curso. Então é só discriminar polo por polo como é que está: Almenara 17 municípios total de inscritos 31, 27 aprovados; Araçuaí 22 municípios 34 pessoas inscritas e 34 aprovados; Curvelo, 27 municípios, 62 pessoas inscritas e 62 pessoas aprovadas na presença; Divinópolis 41 municípios, 114 pessoas inscritas e 100 pessoas aprovadas; Governador Valadares, 70 municípios, 110 inscritos e 106 aprovadas; Ituiutaba, 8 municípios, 28 inscritos e 27 aprovados; Juiz de Fora 32 municípios 84 inscritos e 63

aprovados; Metropolitana 27 municípios, 254 pessoas inscritas e 220 aprovadas; Montes Claros 65 municípios, 99 pessoas inscritas e 96 aprovadas; Muriaé 18 municípios 81 pessoas inscritas no polo 69 aprovadas; Paracatu 8 municípios 33 inscritos a gente ainda está em curso, ainda não concluímos o curso, hoje é o último dia do curso; Passos 13 municípios 34 inscritos e 31 aprovados; Patos de Minas 15 municípios 46 inscritos e 45 aprovados; Poços de Caldas, 19 municípios 65 pessoas inscritos e o curso ainda está sendo concluídos hoje, então a gente não tem como contar os aprovados; Salinas 19 municípios 26 pessoas inscritas e 26 aprovadas; São João Del Rei, 27 municípios 74 pessoas inscritas e 67 aprovadas; Teófilo Otoni 30 municípios 65 pessoas inscritos e 62 aprovados; Timóteo 38 municípios, 86 inscritos e 76 aprovados; Uberaba, a gente, são 9 municípios, 39 pessoas inscritas mas a gente ainda estar aguardando o lançamento para fazer o encontro de presença para considerar como aprovados; Uberlândia e Varginha as inscrições ainda estão abertas, o curso ainda vai ser ofertado. A seguir a gente retorna também ao Encontro Estadual de Fóruns e de Trabalhadores, de Entidades e dos Usuários e das Urcmas que nós realizamos parcerias com o CEAS. Só detalhando que no Fórum foi lançada a campanha estadual de combate ao preconceito do usuário e usuária e lançado o caderno de orientações de trabalhadores e trabalhadoras do SUAS que foi elaborado juntamente entre a Sedese e o Conselho Regional de Psicologia para ser mais um instrumento de disseminação da campanha ao combate da discriminação contra os usuário e usuária, preconceitos. Bom, retomando o CapacitaSUAS também teve início com o seminário de proteção especial que ocorreu em junho lá na PUC São Gabriel e nessa ocasião também foram lançados 2 cadernos: o caderno - Nas Trilhas da regionalização da proteção especial em Minas Gerais e também foi lançado o caderno de trabalho infantil, histórico, conceitos, petições culturais, linguagem alternativa de abordagem, intervenções pra gestão do PET, mil conceitos do SUAS – então nesse seminários além da gente ter dado início ao Capacita SUAS lançamos 2 cadernos importantes de orientações técnicas pros municípios. Acho que a gente não precisa dizer do que tem dentro de cada caderno, mas eles tiveram coordenações e durante o seminário tiveram exposições de todo debate do conteúdo dos cadernos durante o seminário. Também do curso a Câmara Técnica que trabalha em relação ao PPCAM a conselheira que representa o CEAS é a Camila que tem participado dessa Câmara Técnica em que tem se discutido a proposta de acolhimento pra criança e adolescentes ameaçada de morte em Minas Gerais com a modalidade de inclusão do programa. A Câmara Técnica teve início das suas discussões em 18 de abril em que teve como pauta a apresentação do próprio programa PPCAM, o inquérito civil do Ministério Público que acabou por instituir a Câmara Técnica, apresentação do censo SUAS acolhimento de 2017, a contextualização do problema depois em maio a próxima reunião da Câmara Técnica trabalhou os conceitos e organizações do SUAS, território e rede, os instrumentais que são utilizados, apresentação sobre as medidas preventivas elencadas no ECA localizando o programa, apresentação sobre conceito de voluntariedade do PPCAM e seus efeitos sobre a política de proteção e outros encaminhamentos. E a última reunião que foi dia 12 deste mês em que a Câmara Técnica continua construindo todos esses conceitos, todas as discussões na perspectiva entre a realidade do serviço e a integração com as demais políticas públicas. O trabalho da Câmara Técnica ainda não está concluído. A gente vem trazer informação pra esse Conselho Estadual depois que expor o relatório sobre a opinião dos adolescentes em cumprimento a liberdade assistida e prestação a serviços à comunidade a cartilha de medidas sócio educativa, isso é uma pesquisa lançada pelo MDS com intuito de qualificar os serviços ofertados aos adolescentes em conflitos com a lei encaminhada a todas as unidades de atendimento adolescente em cumprimento de liberdade assistida, é um questionário que os próprio adolescentes vão opinar sobre os serviços ofertadas a ele, e colaborar na construção de um material informativo para todo o Brasil, então essa pesquisa vai subsidiar o material sobre o tema, são perguntas que os adolescentes vão responder e a

partir dela que vão ser feitas as orientações, o formulário pelo jeito não é tão objetivo de fiscalizar o serviço, não é essa intenção da pesquisa exploratória e, nem vai ser utilizado para fins de análise de cofinanciamento das medidas, é uma forma de trazer visibilidade e opinião dos usuários, serviços prestados, a intenção da pesquisa é essa. Então a pesquisa o que o MDS tem solicitado e que a Sedese tem disseminado é que todas as equipes garantam acesso dos adolescentes aos computadores pra poder fazer a resposta rápida de formulário que utiliza no meio informacional, o formulário é sigiloso as respostas não são identificadas, o adolescente também pode responder por celular, então também tem essa outra perspectiva de se utilizar o celular para isso. O formulário estará disponível até 31 de agosto, então a gente mostra qual é o link para as pessoas poderem conhecer mais sobre o formulário. Bom a próxima informação que a gente traz são as reuniões gerenciais de gestão compartilhada que são realizadas pelo CREAS regionais, vocês sabem que esse é um espaço instituído também para troca de trabalho entre as regiões, entre especialistas, representantes dos municípios e territórios, sistema de garantia de direitos realizado em Diamantina, Peçanha, Águas Formosas são os mais recentes. Na verdade a gente está falando de alguns eventos, outros eventos da Sedese são as feiras de economia popular solidária, que são realizadas pela subsecretaria de trabalho são feiras que tem acontecido em todo o estado de Minas Gerais. Bom com relação ao atendimento de plano de serviços em relação ao piso de 2017 a situação dessa semana apurada pela equipe de subsecretaria de assistência social, nós temos 879 planos de serviços aprovados, não temos planos de serviços em cadastramento, mas temos 8 que estão em situação de preenchimento pela Prefeitura e 6 estão em análises pelos conselhos municipais. Com relação a 2018, nós temos dos 853 municípios nós temos em preenchimento pela prefeitura 133 em análise dos conselhos municipais 68 e já cadastrados 652 planos de serviços. Foi isso que nós trouxemos de informes para o Conselho considerando o plano de informações mais recentes. Obrigada. Bom dia. **Simone:** Agora em vou passar para a Conselheira Cristiane, então isso nem está na pauta, vamos fazer o seguinte, só entra na pauta dos conselheiros avulsos os que estiverem presentes e que se inscreverem, tá bom que senão fica ruim, eu vou passar para a Conselheira Alice que está presente apesar da gente ter dito que ela não estava presente, viu conselheira Alice, peço desculpas é que a senhora nos avisou que não estaria e depois a senhora está presente, então eu vou retificar a presença da conselheira Alice e passar pra ela os informes, depois está aberta para os outros conselheiros. **Alice:** Bom dia gente, Alice sou da FMT BH e realmente justifiquei que estava doente mas, eu achei importante vir aqui hoje, na verdade pra poder falar que eu vou ser substituída porque a prefeitura de Belo Horizonte fez um processo seletivo para coordenação de CRAS e CREAS que foi um avanço muito grande assim para gente como trabalhador e aí eu fui aprovada no processo para a coordenação de CREAS, e aí agora nós já estamos no trâmites de tomar posse e tudo e, aí como eu vou estar lá na coordenação eu não vou estar mais representando o Fórum de Trabalhadores de BH mas aí ontem já foi tirado um nome para poder me substituir que vai ser a Francielly Ferreira Caetano que acho que muitos de vocês já conhecem que é do CREAS e aí ela vai ficar como representante do FMT então eu gostaria muito de agradecer, foi uma experiência de pouco tempo peguei o início dessa gestão do conselho, e foi uma experiência muito rica pra mim aqui queria agradecer demais, parabenizar a secretaria executiva acho que é um trabalho fenomenal eu sempre elogio muito vocês, e a todos conselheiros também pela força, acho que é um conselho muito forte muito coeso assim, acho que esse é um momento muito importante que a gente está vivendo aqui no estado. Então é isso gente, muito obrigado a todos. **Simone:** Conselheira Alice parabéns, foi uma conquista dos trabalhadores de Belo Horizonte, a seleção de todos os cargos de coordenação dos CRAS e CREAS passa por processo seletivo então isso é uma conquista dos trabalhadores e, uma conquista pessoal sua também, então acho que são as duas coisas, que você faça uma coordenação democrática, que você organize

usuários de seu território que você faça um trabalho interdisciplinar, onde assistentes sociais, psicólogos, advogados e todos que estão lá construam um projeto coletivo para a população daquele território e conte sempre com a gente, nós agradecemos muito a sua presença, a sua participação e a participação do Fórum de Trabalhadores de Belo Horizonte. Muito obrigada em nome do Conselho, viu. Bem, está aberto os informes para os conselheiros que quiserem, conselheira Silvana. **Silvana:** Bom dia a todos e todas, eu só queria justificar a ausência do Rafael, Consolação, porque ele não está mais na secretaria de educação, ele voltou pra escola então vocês encaminhem a solicitação do Conselho pedindo pra indicar outra pessoa? Outra coisa que eu queria falar rapidinho é parabenizar a Ivone e o Gilberto pelo encontro do Cogemas. Agora ainda a gente queria trazer uma outra discussão que a gente está vivendo um momento o CEAS está muito qualificado mesmo nessa discussão que o Cogemas trás da regionalização, e eu acho que o conselho poderia estar participando desse encontro, e eu gostaria de estar participando desse encontro acho que seria positivo pra gente, enquanto conselheiro estar nessa discussão só que é caro é uma questão que eu estou trazendo de R\$250,00 pra mim nesse momento é um preço puxado, será possível a gente pensar numa estratégia, pra alguns conselheiros que quiserem participar, estar participando? Eu estou trazendo isso pra gente discutir porque eu acho que é importante a participação dos conselheiros nesse encontro, eu gostaria, enquanto conselheira de estar participando, não tenho condições nesse momento, então trago essa questão pra gente discutir se é possível ou não, tudo é possível. **Marleide – CRP:** Eu só queria fazer uma pergunta pra Marta que apresentou a Sedese mas ela saiu, talvez, é porque eu achei interessante essa questão da pesquisa exploratória sobre opinião dos adolescentes, comprometimento de medidas eu trabalho no serviço de medidas e eu não estou sabendo, isso não chegou lá pra nós, Luanda também trabalha e não chegou eu queria saber se já está disponível no site, como está sendo essa divulgação, como que é isso, porque nós não estamos sabendo não. **Irajá:** Bom dia a todos conselheiros sou Irajá – Indígena: Eu só queria agradecer a mesa diretora, a sedese pelas grandes informações da plenária passada pelas comunidades Indígena e comunidades tradicionais, acho que foi um avanço dentro daqui do conselho, trazer essas informações tão ricas pra gente e também ver toda situação de grandes comunidades de grande porte que está em situação de vulnerabilidade desse estado, aonde convive praça que também tem grandes problemas com fiscais a gente recebe semanalmente então assim isso é uma forma de agradecer mesmo através da Simone hoje que é a presidenta aqui do conselho, está aqui representando o presidente, agradecer e pensando na possibilidade, uma possibilidade futura que a gente está organizando essa comunidade pra trazer essas informações que é uma preocupação muitíssimo grande até pela própria minha parte as informações não chegar a tanto, inclusive uma das minhas preocupações que eu trago sempre aqui sempre eu estou discutindo é o CadÚnico dessas pessoas possa ter por ele seu direito adquirido, isso é uma preocupação que eu tenho não só por causa de uma cultura aqueles tem que recebe esses benefícios, eu acho que o CEAS pensa uma possibilidade de nós estar buscando e levando as informações pra essas pessoas que tem realmente pra fazer esses cadastros e também eu gostaria que o CEAS também pudesse estar pensando aqui os conselheiros. Que a gente pudesse estar pensando em algumas comunidades que vivem sem seu reconhecimento aqui no estado de Minas Gerais aonde é discriminado onde tem discriminação, preconceito com a própria gestão de alguns municípios e isso eu trago isso aqui porque eu estou vivenciando isso no norte de Minas e as pessoas as vezes com falta de conhecimento dessas comunidades que tem uma cultura diferenciada acaba discriminando e levando por lado criminal da própria etnia, então eu gostaria muito de talvez pensar numa possibilidade da gente tá pegando as informações desses povos e trazer aqui, sei lá, trazer aqui a FUNAI que é um órgão de competência para explicar o porquê que eles não tomaram as providências com esse povo da etnia, traz aqui, ou órgãos que são

realmente competentes, ouvir porque que eles estão em condições de vulnerabilidade, acho que o conselho tem, eu não sei se tem condições de fazer isso mas eu acho que não é uma possibilidade de estar pensando para que essas comunidades não sofram tanto, que tanto já sofreram durante esse período de colonização que é aqui no Brasil. **Simone:** Sandra depois a conselheira Ivone. **Sandra:** Primeiro na situação dos adolescentes que foi falado dessa pesquisa do plano a gente é eu lembro que na época da construção junto com a Sedese que eu fui como conselheira a gente chegou a salientar esse ponto da importância de ouvir os adolescentes então eu vejo que isso já está sendo concretizado de certa forma porque a gente ainda continua representando o Fórum Nacional da Criança e Adolescente, fazendo, tendo atitudes, ações, projetos para eles e não com eles e escutando e, tem que escutar sem medo porque eles mandam na real, eu lembro dos adolescentes (la viva) te mando é na real aqui tia, tudo que está acontecendo e isso é bom as vezes a gente tem hora que fica assim mas vou falar dos desafios mas, é isso mesmo a gente vai ter um encontro agora no Rio de Janeiro em setembro eu vou trazer o informe com a rede latina americana de adolescentes, que é rede LAMIC nós estamos participando de alguns encontros até a coordenadora nacional do Fórum está participando no México, Paraguai e a gente vai fazer um encontro no Rio de Janeiro com mais de 100 adolescentes da América para discutir justamente os problemas e eles estão querendo entender todo esse movimento da criança e adolescente no Brasil. Então assim, muito bacana essa iniciativa dessa pesquisa, e sem medo de ser feliz, escutar e ver os desafios, e trazer eles mesmo para efetivamente eles serem protagonistas das políticas que eles vão ser sujeitos de direitos na execução e na oferta desses serviços para eles. Para Alice eu quero também parabenizar a Alice, você e a gente conviveu pouco tempo no Fórum Estadual dos Trabalhadores mas, no municipal um pouquinho e eu tenho certeza que você não vai esquecer tudo que você viveu, ouviu, quanto a técnica lá da ponta, enquanto trabalhadores, e não vai esquecer porque você virou gestora, muito pelo contrário, eu penso que isso vai só fortalecer pelo que você viu, ouviu, vivenciou na ponta e com os trabalhadores e vai começar inclusive propor iniciativas para qualificar mais a gestão. Eu penso que é um aprendizado por essa caminhada. Tenho certeza que você não vai esquecer tudo que foi discutido e rolado e vai fazer uma boa gestão aí no CREAS. Quero te desejar uma boa sorte pra você. **Simone:** Ivone. **Ivone-Cogemas:** Eu pedi a palavra, Ivone Cogemas, mas pra fazer um relato de Cordisburgo, nós estamos agora na trigésima semana Roseana, eu trouxe só um convite, já está quase finalizando mas Cordisburgo realiza essa semana que trás a obra do Guimarães Rosa, estudiosos do mundo inteiro que ficam lá uma semana trocando ideias mas eu recebo mais, parece assim a gente pensa o Guimarães parece uma dúvida, quanto mais a gente estuda mas quer entender mais sobre a obra dele, então está sendo muito rica também apesar de que a população da cidade não acompanha, ainda não conseguiu entender a importância, mas hoje e amanhã ainda realizam atividades, eu passo aqui o convite as pessoas só pra tomar conhecimento. Obrigado. Queria só mais ou menos convidar o conselho talvez uma das suas plenárias ser realizada em Cordisburgo lá, nós temos espaço, talvez conhecer a gruta, conhecer mais o Guimarães, por que não, marcar uma plenária lá em Cordisburgo. **Simone:** quem convida dá banquete, paga as passagens, a diária o almoço e a janta, fica à vontade será um prazer enorme. Conselheira Sandra. **Sandra:** Bom dia a todos, Sandra de Montes Claros, eu gostaria só de trazer uma situação aqui a conselheira Arlete, Ariadna e eu participamos do CapacitaSUAS em Salinas, e foi coincidência entre nós 3 uma preocupação e, eu não sei seria aqui a instância eu vou colocar aqui pra que posteriormente a gente possa pensar juntos nos preocupou muito, a relação dos técnicos, dos coordenadores das unidades de acolhimento e dos CREAS em relação aos conselheiros tutelar, então assim, o que nos chamou atenção é que a forma como eles se referem aos conselheiros tutelares, é uma forma assim, também eu não estou lá pra saber, mas é uma forma agressiva, mas parece que eles estão numa luta constante lá na região, e isso me preocupou muito porque

os conselhos tutelares como os conselhos de direitos todos, nós somos parceiros estamos na mesma luta, na mesma caminhada na defesa do SUAS, e aí me preocupou essa situação, nós chegamos a comentar uma vez somente, Ariadna e Arlete, durante toda a capacitação, todas as referências que eram feitas aos conselheiros, eram realmente que eles parece que estavam atrapalhando o trabalho dos CREAS e das unidades de acolhimento, então eu penso que nós temos que repensar não sei se seria o CEAS, se seria a Sedese, se nós teríamos que fazer um intercâmbio com o CMDCA, ou com M. Estadual sabe João, o Cedca mas a gente teria que tentar tratar um pouco essa questão para a gente ter uma caminhada mais ou menos conjunta, é nesse sentido. Obrigada. **Simone:** Obrigada, conselheira Sandra. Acho que é uma questão para a coordenação de política que discute a relação também da área da assistência social com a área da criança e adolescente, peço a nossa secretária executiva que a gente possa discutir na presidência ampliada a pauta indígena a pauta colocada aí pelo conselheiro Irajá, acho que a gente precisa dar uma resposta de fato para essa questão vem sendo tratada dentro da Sedese, mas o conselheiro Irajá pela representação que tem nesse conselho vem também impulsionando nosso Conselho para que o Conselho também tenha uma proposição, seja mais proativo na questão então conselheiro Irajá nós vamos discutir essa pauta lá na presidência ampliada e ver como que a gente pode trazer também a luz o debate indígena e quilombola nós também temos a representação quilombola aqui no conselho estadual, representação importante, me comprometo aqui em nome da nossa presidência ampliada de levar o debate pra gente fazer na mesa diretora e então a gente trazer uma proposta também pra essa questão que o conselheiro vem colocando desde o dia que assumiu como conselheiro nesse conselho. Conselheira Marleide essa pesquisa é uma pesquisa feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e queria que os conselheiros, não é uma questão de compreender, que nós também estamos custando a compreender, mais que compreender, aprender a lei eleitoral está muito rígida com a gente, nós tivemos que tirar do ar o site, o blog mas eu vou pensar viu Marleide talvez a gente faça só uma comunicação pra todas as equipes da pesquisa sabe uma, talvez uma comunicação por email, então como a gente está na primeira semana aí pode ser que a gente está com medo pra expor os candidatos e nem a nós que somos funcionários públicos mas também não pode ficar sem informação, senão fica muito ruim você tem toda razão, pode deixar que eu vou, eu já anotei aqui e vou mandar um recadinho para minha equipe, pra gente divulgar nem que seja uma nota informando uma pesquisa, que tempo, isso aí é melhor, Ceas pode, nós vamos arrumar uma forma aqui pra gente fazer isso de forma que não prejudique, mandar pros CREAS direto, uma informação técnica, mas pode deixar que eu já anotei aqui. Com relação a solicitação da conselheira Silvana a vice presidente do Cogemas me informou que tem um convite feito ao nosso presidente, ele com certeza estará presente, tem vários outros conselheiros aqui também que vão participar da reunião do cogemas, o conselho nós não planejamos orçamentariamente, financeiramente a participação de pagamento de inscrição de conselheiros no colegiado, mas nada impede que eu possa negociar, eu e o presidente Rodrigo, com colegiado a participação do conselheiro pelo conselho, aí é claro, abre pra um, abre pra todos que tem interesse, a gente negocia e vê quem o conselho acha que é mais, quem representa melhor aí o conselho na participação do colegiado mas todos que tiverem interesse avisa a Consolação que eu vou tentar negociar com o colegiado nacional, não esquecendo que o encontro é nacional que o colegiado de gestores municipais aqui tem uma relativa autonomia para realização do encontro. Tá bom. Eu vou passar pra conselheira Cristiane então, cumprimentá-la, ela chegou pra dar seu informe, e depois, tem mais alguém que quer se inscrever, João, que camisa cor-de-rosa, meu Deus do céu, Arlete ele está com a camisa cor-de-rosa desde ontem? Não, a outra cor-de-rosa tá fedendo meu Deus do céu, é outra? Graças a Deus é outra, senão o Irajá estava lascado. Então, Cristiane, João e Gilberto. **Cristiane:** Bom dia a todas e todos, bom, eu estou até falando aqui pra secretária

executiva que tem 3 semanas que eu não vou na entidade, porque nós estamos aí com uma agenda e semana que vem nós temos outra agenda no Ceará, mas eu vou ficar 1 mês praticamente sem ir na entidade, mas essas volta toda que eu fiz nessas 3 semanas foram umas voltas que realmente eu acho que me fizeram crescer muito no ponto de vista de território de olhar pro território na complexidade desses territórios em Minas Gerais, bom e aí o informe que eu tenho que está na pauta com relação à participação na capacitação em Manhumirim que foi feita na Faculdade Fasig, mas é importante dizer um pouco do que foi a participação no capacitaSUAS em Patos de Minas na qual eu solicitei ao conselho que eu pudesse fazer lá, porque na capacitaSUAS aqui na regional BH metropolitana eu estava em 2 compromissos, 1 enquanto conselheira pré-candidata ao conselho municipal de BH, no qual nós fomos eleitos, e esse compromisso é com o nosso eterno ministro Patrus Ananias, vieram num convite nosso e não dava para gente se ausentar, então não pude fazer e solicitei e lembrei a secretária executiva da época que foi aprovado aqui a resolução pro Capacita e, que eu tinha solicitado isso que tivesse uma flexibilidade pros conselheiros que não fosse uma rotina mas fosse uma possibilidade então eu fui para Patos de Minas, e vim de Patos de Minas com a certeza de que o SUAS realmente ele está chegando nos territórios, nos territórios mais longe, e tem uma consolidação, e aí eu quero fazer aqui um elogio na CRP pelos técnicos da psicologia que eu vi lá compreendendo o lugar e o papel deles no sistema demarcando isso, explicando isso sabe, até para os outros técnicos, eu acho que o CRP tem feito a partir da suas normas, (aí eu não vou saber o nome que vocês chamam) regulamentações, instruções, orientações, um trabalho muito importante, e aí é que a gente vê muito o trabalho, a importância do técnico da psicologia na média e alta complexidade e, esse trabalho que o CRP tem feito está tendo resultado nos técnicos assim, eu fiquei muito impressionada com a nitidez dos técnicos em relação a essa construção, ao processo eu fiquei assim impressionada sabe assim, eu nunca vi, eu não imaginava que o interior nós íamos encontrar equipe técnica da psicologia tão lúcida em relação ao seu papel, eu fiquei muito feliz disso, eu acho que foi muito sábio também, e foi muito bom ter sido uma formação feita até por uma psicóloga também, acho que aí isso foi muito importante, porque o município acaba que tem muitos, que estavam interessados que participaram que foram encaminhados pro curso, mas claro que a gente tem os desafios, e esses desafios não são poucos, saí de lá bem preocupada em relação as organizações da sociedade civil, relatos de acolhimento institucional de abrigos de idosos com mais de 100 abrigados no mesmo espaço, construímos (sei lá) um espaço gigante, essa cidade toda tá muito feliz com o espaço gigante do acolhimento pra idoso pra tirá-los daquelas residências que a gente acha tão bonitinha, que trás tanto essa questão da convivência que fortalece tanto isso pra um espaço maior como se fosse um hospital, isso nos preocupou muito assim, me preocupa muito, e na regional também técnicos, daí a gente eu acho que é um diálogo que nós precisamos fazer, e aí eu convido ao CEAS a isso para fazer uma reflexão a respeito disso e chamar a OAB pra gente conversar da mesma forma que eu acho que o CRP conseguiu fazer isso, que chegou depois na política, acho que a gente precisa discutir com a OAB qual que é o lugar desses técnicos na orientação jurídica dentro do CREAS, eu acho que a gente precisa fazer essa discussão, isso é urgente viu vice, nossa vice-presidente eu acho que a gente precisa pensar nisso, Simone, e enfim eu acho que o controle social nos municípios, todas as fragilidades que foram apresentadas durante o CapacitaSUAS, todas as fragilidades estavam relacionadas com a fragilidade do controle social, assim, todas, as especificações de organizações de sociedade civil descumprindo normativas é um problema de controle nacional, relacionados a não realização de concurso, a fragilidade do atendimento, tinham técnicos lá que vão pra polícia fazer autuação e inclusive retirada de pessoas de violação de direitos pra acolhimento institucional, técnicos do CREAS realizando esse papel, então eu acho que a gente precisa muito pensar em fortalecer o controle social dentro dos territórios, e fortalecer as Urcmas, eu acho que esse é

uma instância importante, a gente não debatendo isso eu acho que o CEAS ele não precisa ir para os territórios lá, ele não tem essa prerrogativa mas é preciso a gente fortalecer e discutir o controle social porque realmente é inexistente, os técnicos nem citam o controle social como uma instância de controle de fiscalização de acompanhamento de construção de política pública então eu acho que isso me preocupou muito, mas em contrapartida quando em chego em Manhumirim pra fazer a capacitação me surpreendi com uma aluna do curso da faculdade Fasig em Manhuaçu que fez um projeto a respeito do controle social e, desse projeto surgiu um conselho municipal de Simonésia, completamente organizado já dentro das normativas, a partir de um auxílio de um projeto de uma garota, assim é uma menina falando um controle social, falei pra ela da importância disso do que ela estava fazendo porque a gente pensando muito no atendimento, no provimento, e o controle social e a gestão a gente acaba as vezes a universidade as vezes fica fragilizada nisso nessa formação desses profissionais, então foi muito interessante a formação estavam presentes diversos conselhos da região e conselhos com diversas formações entretanto somente esse conselho que é o do projeto dessa garota que tinha a presença dos usuários e, os usuários estavam lá e aí a gente percebe a necessidade de nós fazermos uma discussão sobre o controle social e sobre esse lugar do controle social dentro do sistema único de assistência social, quando após a formação a usuária me abordou e disse que ela estava entrando para o conselho porque ela queria conhecer e compreender o porquê que o sistema único de assistência social não consegue atender a filha dela usuária de drogas com 14 anos e, esse era o interesse dela de entrar no conselho para entender essa política, como que isso funciona e porque que ela não consegue que a filha dela seja atendida lá, lá não tem CREAS na cidade dela, que o CRAS não consegue dar essa resposta pra ela, isso me fez pensar, como que a gente, como que é realmente, como realmente é visto o controle social até mesmo para os usuário, bom e aí foi isso eu acho que a gente tem muitos desafios, eu trouxe isso ontem pra comissão, enquanto acompanhamento de conselhos acho que nós precisamos muito de pronunciar como que o CEAS e aí, eu até sugeri ontem dentro da comissão que a gente pense uma coisa que eu já venho pontuando aqui a necessidade de nós fazermos um material, porque nós vamos para essas formações nós vamos para esses espaços, e a gente não deixa nada do conselho estadual e não tem nada que diz o que é o conselho estadual, pra ser entregue pras pessoas eu queria muito ter entregue isso para essa usuária, um folders que fala o que é o conselho que diga a importância sabe, eu já coloquei isso aqui, não é porque eu trabalho na gráfica que eu estou legislando em causa própria mas, de verdade a gente pode discutir isso, pode sentar, a gráfica ela tem essa proposta, ela é uma gráfica da assistência social pra assistência social e já faz um trabalho pra assistência social a muito tempo, então eu acho que a gente precisa pensar isso, porque realmente é muito ruim eu acho que chegar numa formação como essa e não deixar nada do CEAS sabe concreto, ficou uma fala mas, nada registrado do que é o conselho. Eu acho que todos nós conselheiros quando a saímos daqui do conselho representando o conselho estadual acho que é importante a gente levar uma ferramenta dessas conosco para poder deixar nesses espaços, então já é a segunda vez, eu queria que isso fosse reforçado em ata, novamente a necessidade disso, e eu até com nossos amigos ontem a gente discutindo a respeito até de visitas nossas que nós vamos fazer as vezes de uma denúncia que chega é importante a gente deixar um material lá a quem nós viemos dizer, eu acho que é não usar crachá e nem camiseta, mas é dizer a quem que nós estamos representando, o que significa esse conselho, eu sinto muito falta disso nessas representações, então é isso gente, obrigada, e boa plenária pra nós. **Simone:** João. **João:** Bom dia a todos e todas, João CMAS Pirapora, gente na realidade eu queria tirar uma dúvida na fala não sei se de Consolação ou Simone, eu não me lembro bem porque eu estava aqui olhando outra coisa, mas assim a dúvida que eu tenho agora muito séria é com esse período nosso, o período eleitoral, sabe Simone, Consolação porque a gente assim, quando eu falo que a gente vem



pro conselho para ser conselheiro e não pra ser mais um no conselho, eu tô falando a verdade daquilo o que eu sinto, é um sentimento meu, que o conselho é aquilo que a Cris acabou de falar, é interiorizar as ações em prol das pessoas que dependem da assistência social, e a gente começou a fazer umas agendas por aí, já assim lógico colocando à disposição como conselheiro e agora quando você fala que nesse período o conselho, o CEAS, o estado não pode de certa forma não financiar mais custear algumas coisas me preocupa é justamente com aqueles que não pode estar nesse espaço, por exemplo nós vamos realizar lá na regional nossa que nós criamos a UPA lá em Buritizeiro, a gente pensou primeiro foi no usuário que não tem como custear a sua vinda do interior das cidades próximas para cá, aí gente fica impedido de trazê-los porque a gente não tem recursos e, as vezes o município não tem interesse de mandar o usuário e as entidades pra esses encontros, pra esses espaços, aí eu fico preocupada da gente também eu estava começando a negociar pra setembro o encontro em Curvelo eu estava até falando com Dona Ivone ontem, que a gente tá discutindo por causa da Urcmas e a gente se dispôs a ajudar os companheiros lá também, Dona Ivone de um lado eu do outro e aí a gente também acaba ficando impossibilitado, então assim, nesse período essas demandas do SUAS não param, mas a gente não pode fazer nada em relação a questão do dinheiro público, então assim só pra clarear pra mim, porque se a gente não puder a gente vai se virar porque os compromissos que eu assumi nem que eu vou por minha conta, vou de carona faço alguma conta, mas as demandas do SUAS não param, e esse conselho não pode parar nesse período, então eu queria saber como a gente faz, se a gente para também o que a gente vai fazer nesse período, é uma dúvida que eu tenho. **Simone:** Gilberto. **Gilberto:** Eu queria só fazer um encaminhamento para o pessoal do Fórum de Trabalhadores, Luanda, é o seguinte no nosso encontro de Fóruns da nossa região lá veio uma coordenadora de CRAS, sabe ela foi selecionada através de processo seletivo ela não tem cargo de confiança teve um dilema lá que pediram inclusive ela pra sair da sala no meio da reunião de trabalhadores que teve lá no Fórum. Eu queria que o Fórum de Trabalhadores, as Instâncias devidas fizesse um documento falando se é ou não é Coordenadora de CRAS selecionado por processo seletivo, se não é cargo de confiança se é ou não é trabalhadores, porque chegou lá foi inscrito como trabalhador de repente pediram pra sair, aceitaram a inscrição então se tem de ver isso. É isso. **Simone:** Então, Luanda por favor responda porque eu vou terminar esse ponto de pauta senão a gente vai ficar a manhã inteira falando disso. **Luanda – Fetsuas:** Eu até ia falar desse ponto no momento da avaliação do encontro, mas só pra poder esclarecer esse momento inicial, mesmo sendo coordenador escolhido por processo seletivo como é o caso da Alice e a gente entende trabalhador, gestor são todos trabalhadores, coordenador, gestor são todos trabalhadores mas na categoria de representação de organização de trabalhadores quem ocupa cargo de gestão não pode representar o trabalhador isso está bem claro na resolução do CNAS que diz de como é ele entra como é que vai funcionar essa questão, teve uma questão pedi orientação para o Fetsuas, o Fet enviou as resoluções, enviou uma orientação também por email, e aí esse impasse continuou eu acho que no momento da tarde eu vou fazer uma avaliação no momento dos trabalhadores e a gente vai falar um pouco sobre esse momento que a gente esteve lá mas esclarecendo na organização de trabalhadores uma coordenadora não pode estar, isso realmente é algo que não pode. **Simone:** Obrigada gente, só respondendo conselheiro João é o seguinte no exercício do papel de conselho, que tiver designação do conselho estadual ninguém está dizendo aqui que não vai pagar a sua diária não é nada disso não, eu estou te respondendo isso, agora eu peço na secretaria executiva pra gente pautar na próxima pauta do conselho convidar nossa consultora jurídica que ela vem explicar pros conselheiros qual é a legislação eleitoral, então a gente vai pautar, até pra dar oportunidade pra todo mundo, esclarecer, tem também sair do nosso encontro para gente fazer uma orientação para os diretores regionais, pras Urcmas então acho aqui que cabe aqui um debate nosso, tá João. Então tá, agradeço a

todos pelos informes, eu vou fazer uma pequena alteração aqui na nossa pauta, e aí eu peço a nossa funcionária da secretaria executiva do conselho, a Rosa para que ela possa proceder a distribuição da avaliação do relatório final das atividades do plano de assistência social da central geradora hidrelétrica Areão, CGH Areão com vistas a licença de operação (LO) no órgão ambiental no município de São Francisco do Glória do conselheiro Felipe Serrano, vocês viram que eu participei ativamente das áreas de teatro lá em João Monlevade quando eu utilizava a minha caneta na boca pra falar as palavras bem faladas, Rosa, então eu vou passar pra Rosa pra ela prosseguir com o ponto de pauta. **Rosa:** Bom dia, sou assistente social, técnica da secretaria executiva do CEAS. Bom, conforme nosso sorteio que ocorreu dia 23/02 o próximo conselheiro que vai assumir o processo como relator é o conselheiro Felipe, ele assume o CGH Areão ela foi implantada no município de São Francisco do Glória, é um plano de assistência social aprovado em 2012 e a gente está na avaliação do relatório final deste empreendimento. **Simone:** Obrigada Rosa. **Felipe:** Bom dia só mais uma consideração antes de falar desse processo acho que é interessante a gente não esquecer que nós temos aqui participando dessa nossa plenária o conselheiro Márcio e as vezes quando a gente fala diretamente no microfone fica uma confusão pra que ele localizar, correto Márcio? Acho que é uma consideração importante em respeito à sua pessoa. Em relação ao processo em conversa com a Rosa eu gostaria também de deixar em plenária a solicitação para que a mesma acontecesse essa visita nos dias 2 e 3 de agosto pra que a secretaria do conselho pudesse já organizar para eu estar participando da visita nesses dias. Obrigado. **Simone:** Olha só conselheiro Felipe só vou te pedir uma coisa para que o planejamento da forma como o senhor vai fazer a avaliação do processo ela seja discutida e planejada com a nossa secretária executiva, tá bem, e aí vocês podem ver qual que é a forma, o melhor dia, e detalhe a sua agenda, tá bom, obrigada viu, continua com você aí viu Felipe vou passar pra você para você falar sobre o plano de ação da comissão de ética. **Felipe:** Com relação ao plano de ética ontem em uma conversação com a Consolação nós trouxemos de uma forma mais clara essa possibilidade tanto do plano de ação em relação também os conselheiros que estão na comissão de ética eu gostaria já de novamente dizer quais são esses conselheiros e as representatividades que foram deliberadas, então nós temos hoje Arlete e eu Felipe enquanto sociedade civil a Camila e Wilson enquanto representação governamental, a Camila foi eleita à coordenadora dessa comissão e eu vou dar apoio no monitoramento, o plano de ação que vai ser apresentado agora estar sendo exibido no slide ele traz como princípios cinco ações que são: ação 1 – o acompanhamento das reuniões ordinárias do CEAS, ação 2 – receptivo, acompanhamentos para os conselheiros que venham substituir representações então é recepcionar conselheiros para poder apresentar a eles o plano de ética, ação 3 – reuniões semestrais quando necessária ação 4 – A participação das ações do Conste, ação 5 – que é a que eu gostaria de deixar como ação muito importante para esse momento que é a apresentação do código de ética para os conselheiros, então em conversa com a Consolação eu entendemos que a comissão ela vai se reunir para já planejar pra que aconteça o momento de apresentação do código de ética para que todos os conselheiros tenham a informação desse código de ética, e posteriormente nós vamos estar aí executando o planejamento de acordo com esse plano. Alguma consideração Consolação? Eu já falei, mas eu vou repetir então, tá então só repetindo como solicitação da Consolação quem compõe a comissão Arlete e eu Felipe enquanto sociedade civil a Camila e o Wilson enquanto representantes governamentais. Obrigado. **Simone:** Muito obrigado conselheiro Felipe nós aguardamos então a reunião da comissão de ética e acho que é extremamente importante o debate da ética dos conselheiros, nós já tivemos várias questões aqui do conselho que muitas vezes a gente fica em dúvida da conduta, não conduta individual, mas da conduta ética, numa ética construída no espaço público e, como o conselho é um espaço público muito legítimo, porque todos que estão aqui são eleitos seja pelo voto direto ou indireto, então é muito

importante essa discussão da ética acho que faz esse conselho crescer como instância, então agora a gente vai começar o relato das comissões, conselheiros Helder eu não sei se é o senhor que vai dar a leitura da comissão de normas, o senhor está preparado conselheiro, então eu vou, nós vamos começar então pela comissão de normas, eu peço ao coordenador Helder que ele então proceda a leitura e o relato da reunião da comissão de normas, eu peço a secretaria executiva então que prepare as outras comissões que nós faremos o debate e a leitura pelo menos até o meio-dia, depois a gente para e voltamos a 1 hora, então passo para o conselheiro Helder. **Helder-CMAS Pedro Leopoldo:** Bom, primeiro ponto de pauta que foi apresentado apesar de eu não estar e não ter tido a oportunidade de participar ontem, me passaram aqui, foi a questão da minuta da resolução que dispõe sobre o procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no conselho estadual de assistência social e revogando a resolução 363 de 2011, conforme deliberado na plenária do mês de maio a comissão de normas convidou a ouvidoria geral do estado para reunião deste mês, com objetivo de conhecer o fluxo dos procedimentos que a ouvidoria utiliza para as denúncias, e assim também ajudar nas discussões da revisão da resolução do CEAS de denúncias recebidas, principalmente referente a celeridade do processo, e outra questão que foi muito discutida aqui sobre as denúncias anônimas e as devolutivas como seriam isso, uma coisa que foi discutida aqui que precisamos ressaltar que não é o objetivo de CEAS criar uma ouvidoria própria mas, a ouvidoria ela confirmou a presença e será indicada uma servidora da saúde Conceição Resende para participar da reunião mas devido o quórum baixo da comissão resolvemos adiar essa reunião com a ouvidoria para o mês de agosto, essa é a sugestão de encaminhamento, continuo lendo? O segundo ponto é sobre a barra de Braúnas, avaliação dos aspectos denunciados pelos areeiros atingidos pela construção da barra de braúnas durante a reunião do dia 17 de maio de 2018, a data do protocolo é 17 de maio, as considerações técnicas aqui estão em processos de análises o que foi apresentado, e foi realizada a transcrição da reunião do dia 17 e as sugestões de encaminhamento é que pretendemos agendar uma reunião extraordinária da comissão de normas para o dia 15/08 a partir das 13:00 horas com os areeiros empreendedor, a coordenação de inclusão e mobilização social CIMOS, técnicos do programa de proteção dos defensores direitos humanos de MG, e a comissão dos atingidos composta por José Neto Duarte, José Marcelo Pereira de Freitas, Flávia Aparecida Dutra do Bem, Élcio Maciel da Silva, Danilo Novaes de Souza, Geovane Carneiro Rocha, e o advogado que representava os atingidos Senhor Leonardo Pereira Resende que assinará o termo de acordo de 2011, outra sugestão é que na reunião de agosto a comissão apresentará em plenária para deliberação os encaminhamentos decorrentes da análise, se algum conselheiro quiser falar. **Felipe:** Posso fazer uma complementação? **Helder:** Pode. **Felipe:** Então conselheiros e conselheiras, acho que é importante assim explicar que esse é um processo que já está em pauta e, acontecendo por vários anos e é interessante dizer que para hoje a atual comissão nós tivemos a oportunidade de uma conversação, e nessa conversação nós tivemos a oportunidade de ouvir um dos lados, então a gente entendeu que é muito importante ampliar essa conversação, trazer os envolvidos, pra que antes de nos posicionarmos de uma determinada forma a gente possa ter uma compreensão maior, então a gente entendeu que é muito importante realmente ter esse momento pra que a gente possa fechar o nosso entendimento, então é uma consideração que eu acho interessante que é no sentido de ampliar a visibilidade da solicitação. **Helder:** E a questão de agendar pro dia 15, um dia antes é porque também tem que tomar conta das outras pautas que a gente tem ainda pra discutir. O terceiro ponto a ser apresentado é o projeto hidroagrícola de Jequitaiá, e agora o protocolo se deu no dia 25 de julho e as considerações técnicas é que por meio do ofício 040 de 2018 o Superintendente de Engenharia e Logística da Infraestrutura Rural da Seapa informa ao CEAS que as negociações fundiárias com os proprietários das áreas de interesse para aprovação do projeto hidroagrícola Jequitaiá já

foram finalizadas as obras elas estão paralisadas e o contrato entre Codevasp, SEAPA e a empresa que administra o PAS encerra-se em 11 de agosto de 2018, porém há indicativo de prorrogação desse prazo, assim a SEAPA solicita ao CEAS manifestação em relação a esse assunto, então o plano de assistência ele vai se encerrar em 11 de agosto de 2018, a sugestão de encaminhamento é que o CEAS manifeste a SEAPA no sentido da necessidade da continuidade das ações dispostas pelo plano comprovadas no CEAS em 2013 dando prosseguimento as atividades já desenvolvidas, considerando que são atingidas aproximadamente 400 pessoas que devem ter os seus direitos garantidos independente dessa paralisação de modo que seja cumprido o artigo 6º da lei 2812 de 98, essa é a sugestão de encaminhamento. Alguma complementação Felipe? O quarto ponto de pauta é que a assistência social de Raul Soares ela solicitou por email ao CEAS orientações acerca do decreto 332 de 2018 promulgado pelo município de Raul Soares que estabelece a assistência social dos equipamentos de CRAS e CREAS a competência de realização de triagem e formulário de avaliação sócio econômica para acesso ao serviço de assistência jurídica gratuita aos insuficientes ao núcleo de assistência jurídica do município, a data do protocolo se deu dia 08 de julho de 2018 essa demanda também foi apresentada a Sedese que já emitiu uma Nota Técnica 98/2018 sobre o assunto e a demanda foi encaminhada ao CRESS com cópia da nota técnica da Sedese e, o CRESS em resposta informou que os técnicos foram orientados por correspondência eletrônica pela seccional de Juiz de Fora, a nota técnica da Sedese ela faz considerações acerca da lei orgânica de assistência social que estabelece que a assistência social ela é definida como política de seguridade social não contributiva que prevê os níveis de ações sociais através de ações integradas de iniciativa públicas da sociedade para garantir o atendimento das necessidades básicas, esclarece também que as ações do SUAS bem como as atribuições das equipes de referências que atuam nos equipamentos, quais são essas ações tanto de proteção social básica e especial, neste sentido a Sedese esclarece que a realização de triagem sócio econômica por parte dos assistentes sociais e outras categorias de profissionais que atuam nos equipamentos do SUAS não se constituem como serviço sócio assistencial previstos nas normativas e tipificação da assistência social que é a resolução 109 bem como o atual modelo da política pública de assistência social, ele supera a categorização de declarar os insuficientes recursos, sugere ainda que para os indivíduos de mobilidade social o acesso ao serviço de assistência jurídica no município se dê pelo CadÚnico que o sistema oficial e, fontes de dados utilizados para identificação e caracterização das famílias de indivíduos com baixa renda do país e, que diante de um possível encaminhamento dos cidadãos e família a esse serviço possa ser feito também a inclusão dessas pessoas nos serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais garantindo então a integralidade da proteção. Então, qual que é a sugestão da comissão, é encaminhar a nota técnica da Sedese para a assistência social que consultou o CEAS sobre a legalidade do decreto municipal manifestando a concordância em relação ao conteúdo e informar que já é do conhecimento do CEAS que o CRESS também fez as devidas orientações aos profissionais do município. Essa é a deliberação dos 4 pontos. **Simone:** Pois não Felipe. **Felipe:** É só complementar que desses 4 pontos nós temos os pontos os últimos 2 pontos apresentados pelo Helder como ponto de deliberação, o primeiro e segundo ponto como ponto de informações no sentido de que a comissão ainda precisa ter um encaminhamento dentro da comissão para eles. Ok. **Simone:** Tá entendi agora Felipe. Obrigado. Então o Felipe está nos alertando que os pontos de discussão da comissão que os 2 primeiros são informes, Felipe, o ponto 3 ele é um ponto pra nossa deliberação aqui no plano, que é o seguinte, está sugerindo ao pleno do Conselho Estadual que manifeste a Seapa no sentido da necessidade da continuidade das ações dispostas no plano de assistência social aprovadas pelo CEAS em 2013 dando prosseguimento as atividades já em desenvolvimento considerando que são atingidas aproximadamente 400 pessoas que devem ter seus direitos garantidos independente da

paralisação das obras de modo que seja cumprido o artigo 6º da lei 2812 de 98, então eu peço aos conselheiros que aqueles que concordam com esse encaminhamento que o CEAS manifeste para a Seapa, por favor, manifeste levantando os crachás, os que concordam, podem abaixar, discordância, abstenção. Ponto 4 que também é ponto de deliberação que também sugere encaminhar a nota técnica da Sedese para o assistente social que consultou o CEAS sobre a legalidade do decreto municipal, manifestando concordância em relação ao conteúdo. Então o Conselho Estadual vai encaminhar manifestando que concorda com a nota técnica emitida pela Sedese. Então os conselheiros que concordam por favor levante os crachás, podem abaixar, alguma discordância? Abstenções, hoje eu não quero me abster de nada viu gente. Quero logo tomar posição e pronto. Então tá, muito obrigada aos conselheiros, parabéns a toda comissão pelo trabalho, parabéns para a Rosa pela condução da comissão. Muito obrigado. Agora gente nós vamos, ainda vamos antes do nosso almoço, proceder aqui a avaliação do encontro estadual e, pra gente fazer avaliação do encontro estadual nós vamos abrir para que as pessoas possam fazer as suas avaliações livremente, e é claro nós faremos o registro, e é muito importante que a gente faça uma avaliação, faça um registro para que também seja como parâmetro para outros encontros, e também tendo em vista que é uma pauta de deliberação de conferência então também merece que a gente avalie e que essa nossa avaliação também ela entre na avaliação do acompanhamento das deliberações da Conferência. Então está aberto pra quem quiser dar um chute inicial aí, pra gente fazer a avaliação. Conselheira Luanda. **Luanda-Fetsuas:** Ontem a gente teve reunião na coordenação do Fetsuas, fizemos uma avaliação e, a avaliação que eu trago é uma avaliação do coletivo de trabalhadores, é uma avaliação do Fet. A primeira coisa que a gente avaliou é que o CEAS foi ninja em organizar esse evento em tão pouco tempo um evento da dimensão que foi, foi muito pouco tempo para poder articular, mobilizar então isso foi algo assim muito legal, muito positivo, a gente percebeu o tanto que foi bacana, a segunda coisa é algo inédito assim, nas articulações com os Fóruns Nacional de Trabalhadores me parece que Minas está aí a frente mesmo dessa organização, dessa regionalização, então é o exemplo mesmo pro país, é algo que a gente tem que falar sobre, tem que falar nos outros estados, tem que falar a nível nacional mesmo, porque é uma coisa que a gente tá fazendo que é bem grandiosa, é bem grandioso, e aí assim a gente vem com muitos pontos positivos e esses pontos positivos também acabam levando para os pontos negativos, em função do pouco tempo que a gente teve para poder mobilizar essa organização a gente sentiu algumas coisas que ficaram meio trincadas no grupo de trabalhadores, a primeira coisa foi essa questão da presença de gestores representando trabalhadores, foi uma questão que a gente foi percebendo ao longo do processo alguns trabalhadores vieram indicados por gestores e isso incomodou o movimento de trabalhadores locais, a gente teve algumas questões delicadas que a gente percebeu que vai ser necessário trabalhar bem próximo mesmo, e aí o Fet continua contando com o apoio do CEAS nisso, da gente pensar junto essa organização dos Fóruns e aí tanto regionais quanto municipais também, a gente teve um momento no começo do encontro de trabalhadores de apresentações e nessas apresentações alguns gestores se apresentaram como gestores, tinham inclusive duas diretoras da Sedese, diretoras regionais da Sedese, e aí nesse momento logo com toda educação que ele tem, todo jeitinho ele pediu e aí foi assim foi muito tranquilo não foi nada tenso, ó ente, estamos no momento de trabalhadores aqui e seria interessante se a gente pudesse conversar entre nós pra gente não ficar inibido, então eu vou convidar os gestores que estão aqui pra poder deixar a gente a vontade, e foi isso o que aconteceu, os gestores saíram livremente a gente teve um problema com essa coordenadora que se sentiu ofendida, e aí ela falou disso também no momento, discriminada, ela falou que se sentiu discriminada, e falou que não iria sair e ninguém mais falou nada com ela e ela permaneceu. É, mas a gente teve essa questão e a gente tem muita essa questão no movimento de trabalhadores, porque somos quem representa os trabalhadores porque assim todos somos

trabalhadores, todos somos trabalhadoras e trabalhadores, mas a representação de trabalhadores ela é algo que tem uma determinação, uma legislação, normas que regem e inclusive é uma lógica de que se a gente tem por exemplo coordenação, gestores junto com a gente no movimento a gente pode se sentir inibido pra poder dizer de alguma questão que a gente pode ter, esses gestores, a vezes a gente tem uma gestão muito boa as vezes não. Então a gente teve essa questão mesmo lá no momento nosso, o nosso momento foi muito rico acho assim que a gente estava precisando muito desse momento pra poder falar, então foi coisa demais que apareceu, quase não deu tempo da gente vencer as propostas a gente entrou num consenso de sair com todas as propostas, porque eram todas muito importantes e aí a gente avaliar e depois mandar a bola pro CEAS mesmo pra avaliar o que poderia ser prioritário, mas foram aparecendo muitas questões, a gente teve dificuldade assim de gerir a reunião porque todos queriam falar, todos estavam com uma necessidade muito grande, de se colocar, de expor as dificuldades e tudo mais, então a gente teve essa questão com o tempo, a gente ultrapassou o horário saiu de lá era quase 8 horas, eu tô com fome querendo já levantar e de sair, mas a gente não conseguiu vencer o que era da nossa agenda também, então nós precisamos de mais encontros. Queremos mais, e é isso assim acho que essa é a nossa avaliação a gente avaliou como positivo, mas sempre a gente quer mais mesmo, então e aí aquilo que a gente tinha planejado enquanto plenária do Fet, a gente decidiu por uma questão de logística, de organização não fazer por muito principalmente em função do tempo, a gente sabia que não ia dar tempo, nós conseguimos eleger os representantes do Núcleo de Educação Permanente que foram eleitos lá no momento da reunião mas, a nossa plenária mesmo de recomposição de regimento interno a gente preferiu deixar para outro momento, porque realmente não ia sair uma coisa bem feita em função daquilo que a gente precisava fazer naquele momento. **Simone:** Continua aberto Sandra. **Sandra:** É só pra informe também gente no pleno passado de junho teve um informe assim muito rápido que chegou o ofício no CNAS, no início encaminhado pela executiva nacional pelo Fórum Nacional dos Trabalhadores e falou que é de um grande município que pelas características eu tenho certeza não falou o nome, mas é daqui de Belo Horizonte que surgiu esse questionamento lá, inclusive ampliando pra tudo viu gente, pras representação de classe, para os sindicatos, uma série de questões que a gente vai ter que fazer essa discussão interna na executiva nacional no Fórum Nacional dos Trabalhadores que ia ser encaminhado, ela não falou o nome do município eu entendi que Minas, que Minas historicamente é que provoca pelo A pelo B pelo sim pelo não pelo consenso pelo dissenso mas é o que provoca e é interessante abrir pro debate o diálogo, que vai sair ofício, seria encaminhado para a executiva nacional em agosto agora eu vou participar da reunião nacional do Fórum Nacional dos Trabalhadores que teve esse levantamento, esse questionamento sob a gente aprimorar, discutir sobre a real representação nos espaços do trabalhador, isso tá ampliando pros sindicatos, ao falar de CRESS, conselhos de classe, e que o trabalhador genuíno lá na ponta, acho que vai ser bacana a gente dialogar, e a gente com certeza vai conseguir avançar nesse sentido, a gente não quer apropriar de espaços, quer gente comprometido com a questão. **Débora-Sedese:** Eu queria também dar um depoimento aqui porque eu fui relatora do grupo dos usuários, Irajá estava lá, Isac não está aqui hoje, Irajá me ajuda aí também de dizer a importância mesmo, foi muito bacana pelo fato de vários rincões aí de Minas poder vir ao encontro de colocar no lugar de usuário, entender que lugar é esse, acho que foi muito importante, muito importante mesmo, agora por outro lado a gente percebe o tanto que ainda temos que avançar, também no grupo de usuários a gente teve representações que de fato não eram usuários da assistência social, acho que também isso aconteceu, a gente teve usuários da saúde, gente teve também por ser incipiente essa organização lá na ponta então acabou chegando aqui dessa forma, então são pessoas que tem experiência vamos dizer assim no controle social da saúde, ou em associações ou em militância de ficar lá no pé do prefeito falando que está errado

determinadas coisas, mas de fato não são usuários da assistência social então permanece Irajá, a gente viu isso, ainda uma questão da identidade do protagonismo mesmo acho que é um desafio pra gente trazer mesmo o nosso usuário, outra coisa e aí acho que foi bacana, saiu uma coordenação lá, saiu uma coordenação estadual acho que o CEAS deveria tomar como tarefa, organizar, apoiar ver como que essa coordenação vai conseguir se reunir, para que ela possa disseminar ir pra regiões, a gente viu que nas regiões ainda está enfraquecido, mas o fato de ter saído uma coordenação, acho que essa que tem agora já é uma legitimidade pra essa coordenação que vai organizar os usuários e usuárias dessas regiões e isso, lá inclusive Irajá, Isac, os usuários daqui ficaram nessa coordenação que a partir daí pode fortalecer. Então acho que é isso, acho que é um núcleo assim importante, uma base mas tem um longo caminho aí pela frente que o CEAS deve ajudar nessa organização. É isso e coloco-me à disposição para continuar aí nesse lugar de apoio também como fiquei lá na relatoria que acho que é fundamental pra defesa do SUAS à organização dos usuários e usuárias. **Simone:** Conselheira Soyla. **Soyla** CMAS de Paracatu: eu sou bem mineira, viu, então sobre o encontro estadual nossa foi maravilhoso e assim foi uma honra coordenar a comissão coordenar a oficina de Urcmas junto com a Simone Albuquerque, gente, tranquilo demais, mas foi ótimo foi bacana demais, ela dando risada, e a Urcmas, as Urcmas é uma troca de experiência violenta, ainda mais que a gente tem experiência pra trocar, e eles buscam a gente no corredor, conselheiro não tem paz nesses encontros, que é o tempo todo procurando a gente, mandando zap, foi uma coisa muito bacana, estreitou demais os nossos laços, a gente fez um grupo de zap bacana que a gente está começando a trocar experiência, eles preferem falar no privado até no primeiro momento, trocando material, que é uma coisa bacana estreitar, essas estratégias Débora a gente vai levantar agora na comissão de apoio, daqui a pouquinho a gente, você assanhou, mas a gente vai conseguir pensar em estratégias em conjunto, agora foi muito bacana o encontro estadual nesse sentido, agora a gente deve também agradecer demais o pessoal da secretaria executiva, foi fora de série, Paula me suportou o tempo todo, eu correndo de um lado pra outro da sala e Paula correndo comigo ali no cantinho, então assim foi bacana demais, nossa o CEAS sem a secretaria executiva o que a gente iria ser, Consolação, então foram fora de série, eu só tenho a agradecer por ter participado nesse momento no estado de Minas que foi pioneiro nessa junção espero realmente que a gente comece agora com esse ponta-a-pé inicial trabalhar os Fóruns Municipais, é isso. **Simone:** Conselheiro Bruno. **Bruno-** CMAS Juiz de Fora: Gente eu não estive no Fórum, mas o Conselho Municipal de Juiz de Fora teve um conselheiro que esteve, e este conselheiro ele é representante de usuário então eu achei que a presença dele foi uma coisa muito importante, e ele deu um parecer pra gente, eu só queria passar esse parecer pra cá, porque xingamento a gente sempre ouve mas os elogios as pessoas guardam, ele falou que se sentiu muito importante, muito valorizado, e pela forma com que ele foi tratado a forma como ele foi visto, ele é representante de usuário, na vida dele ele não tem isso naturalmente, então foi só uma contribuição que ele deu, que eu achei muito bonito eu fiquei até emocionado, eu queria trazer pra cá, achei muito importante compartilhar. **Simone:** Ivone depois Sandra. **Ivone –** Cogemas: É, eu também já falei em outros momento mas quero estar registrando também nessas ata, vou repetir, na verdade eu acho que esse encontro ele vem, a gente veio concretizar as deliberações da Conferência que foi muito bem acertada, tanto na área da gente decidir o tema da Conferência e chegar na Conferência e tirar essa deliberação e agora a gente realizar a deliberação, realizar o encontro, eu acho assim que não tem explicação, foi um ponto muito importante, acho que o conselho estadual acertou muito bem, tanto pra realização da Conferência, do tema como tirar essa deliberação e como também realizar esse encontro com tantos contrapontos, mas assim, os conselheiros todos se investiram e realizou esse encontro, um ponto que eu achei muito importante também foi a organização das entidades, acho que não foi tão forte assim pra gente nas pré Conferências

estar falando muito da organização dos Fóruns das Entidades o quanto que o encontro estadual reforçou o que é a coordenação, acho que isso foi muito importante, como também proveitos dos Fóruns dos Usuários, o Fórum dos Trabalhadores, quero destacar aqui o grande compromisso desse conselho especialmente com o Fórum dos Usuários, eu acho que assim se nós não monitorar bem em defesa do apoio as diretorias regionais como também do CEAS para que de fato eles não fiquem decepcionados, pra que realmente aconteça articulação a nível das regionais, e eu acho que esse conselho tem papel fundamental pra reforçar essa organização dos usuários a nível de cada região e quero dizer assim que nós estamos no caminho certo, acho que levantou para esse conselho estadual mais um compromisso com a sociedade civil, com a organização com o controle social e que agora nós vamos mais ainda a fundo com esse controle social com a participação da sociedade civil, com um grupo mais organizado, trazendo seus debates mais organizado para o conselho estadual, e dizer que não vai ser fácil, aponta pra nós um grande desafio, tirar a deliberação da Conferência, realizar encontro aí desperta e trás pra nós mais ainda compromissos, mais desafios mas eu acho que nós estamos no caminho certo, tem que ser por aí mesmo, não é pro outro lado não, tem que ser organizando mesmo pra que a gente tenha a fala mais organizada nos espaços deliberativos, a gente tem a fala mais coletiva, acho que um ponto trouxe também o protagonismo dos usuários, muita gente assim, eu acho mesmo que todos eu fiquei na Urcmas eu ouvi o debate dos usuários, dos gestores, foi muito bom a forma de como o usuário coloca, conotação da perda nos serviços acho que isso foi também um momento também muito rico como gestor, e também para os trabalhadores e acho que o ato ele foi bom mas houve também assim acho que não tinha como ser melhor não, porque o tempo foi muito pouco para organizar, mas assim ainda o carro chegou a tempo demorou um pouquinho mais chegou e, a gente ainda conseguiu fazer aquele momento ali na Praça 7 e acho que foi muito bom. E eu queria ver se há possibilidade da campanha como a gente falou de ter um momento com os CRAS quem sabe essa campanha ainda ela possa ainda ser motivadas nos nossos CRAS se vai ser no Dia D o que for, porque saiu como uma deliberação lá, que nesse momento mas todo mundo junto no estado de Minas Gerais envolvendo os CRAS todo serviço os CRAS um dia essa campanha ainda a gente poder ver se da possibilidade de realçar. Obrigado. **Sandra:** Então gente no primeiro momento, enquanto a nova central que a gente ficou na parceria também do carro, pedir desculpa pelo atraso que teve do carro, mas acho que deu pra gente estar atuando lá na Praça 7 no momento do ato, mas eu fico assim também com uma reflexão que a gente ainda tá falando muito por nós mesmos, a população como um todo, ela tem que ser mais esclarecida e informada sobre o SUAS, inclusive tinha gente lá falando o tempo todo, até subiu no carro lá no estacionamento, do SUS, esse é um movimento do SUAS, então eu não sei como a gente tem que buscar estratégia de informar a população sobre o sistema único de assistência social, no sentido do conhecimento, que a gente tava falando ali da população de rua de todas as questões que aflige o bolsa, o BPC, mas esclarecer como um todo, e eu falo isso até como participante de execução, de medida que a gente fazia reuniões no bairro Santa Terezinha na unidade de acolhimento institucional, eles reconhecem o posto como equipamento da política de saúde mas não reconhece o acolhimento institucional como um equipamento da assistência social que a política bem organizada em parceria com a prefeitura, então assim a comunidade como um todo não sabia então assim nos identificar mesmo como política pública o acolhimento institucional que está lá na ponta eu acho que falta a gente pensar em aprimorar isso. E também falar que eu já dei um informe lá no conselho nacional, a Consolidação fala que talvez a comissão vai expor os números eu passei já, Luanda, isso vai ser passado aqueles números, aquele consolidado que eu te passei pro Fet, de participação, do quantitativo, eu posso falar, porque eu quis passar do aspecto qualitativo e da intenção e da ação de deliberação e da execução da deliberação de Conferência e que o fortalecimento do controle social, mas os números



são importante gente, a Consolação, eu pedi pra ela passar uma síntese rápida pra mim , pra passar os números pro CNAS, e ela passou aqui no Zap, em termo de municípios foram 93 municípios que participou, tivemos 51 convidados 4 acompanhantes 9 representantes de diretorias regionais, 27 conselheiros estaduais, 193 participantes no geral, dos segmentos nós tivemos 15 de entidades, 36 de trabalhadores, 20 de usuários e 29 de Urcmas, então assim e o consolidado de que saiu de cada grupo aqui que eu não vou falar, mas é importante produzir esses números também, de 93 municípios, quantos de cada segmento eu passei isso lá conselho, informei o conselho nacional para dar visibilidade tanto do qualitativo que estava o CEAS nessa ação de cumprir a deliberação de Conferência, fortalecimento do controle, mas também de toda essa organização, e também agradecer a secretária executiva, eu participei do primeiro dia no outro dia eu tive exames não pude comparecer mas a Consolação também e toda equipe da secretaria em nome Consolação agradecer o empenho, e até se pôs a Consolação fez essa síntese rápida para eu apresentar no Conselho Nacional na plenária eu como comissão, como representante de acompanhamento de conselho falar desse evento que aconteceu aqui em Minas Gérias, então é nesse sentido. **Simone:** Cris. **Cristiane**—INM-Sacramentinos: Então sobre o encontro, nós conseguimos colocar em prática uma deliberação, eu acho que isso coloca o Estado Minas Gerais num patamar, de é um estado que respeita as deliberações de uma conferência acho que o país está precisando de um exemplo assim, então a gente respeita e acata aqui o que definido de uma conferência e, o fato da gente conseguir realizar esse encontro é um exemplo muito nítido e um respeito do estado de Minas com o controle social. Bom, neste sentido eu fico pensando que o encontro ele foi importante e ele deixa aí muito nítido ainda a necessidade de mais encontros, ontem inclusive na comissão a gente já estava discutindo isso como que é daqui pra frente, uma vez que todos nós aqui percebemos que foi pouco tempo, isso é uma avaliação, nós precisamos agora pensar como que nós vamos conduzir tantos Fóruns, que só ficaram mais consolidados nesse encontro, só foi mais fortalecida a necessidade desses Fóruns nesse encontro, então eu fico pensando que realmente é desafiador, agora do ponto de vista da organização agora pelo pouco tempo nós conseguimos muito, uma vez que nós tivemos um início de ano, um início de atividades do CEAS muito atípico, todos sabem disso, mas eu fico pensando que são coisas que eu acho que a gente tem que ir aprendendo e acumulando conhecimento na realização de eventos como este. Na conferência do ano passado nós tivemos uma plenária no domingo, vocês lembram disso? Quanto que foi importante aquela plenária, pra gente alinhar todo mundo saiu assim muito alinhado, eu senti muita falta, e aí eu não sei os demais conselheiros que estavam aqui, até porque eu tirei férias em maio, então isso quebra um pouco do engajamento com a discussão e aí quando eu cheguei em junho, eu até eu vim rapidamente aqui mas a gente estava promovendo um evento no cine Brasil, é um evento já nacional enfim não dá pra nós nos ausentarmos, então eu perdi aquela reunião também, mas eu fiquei sentindo falta de um alinhamento do conselho como um todo, sabe, anterior ao evento, eu em alguns momentos eu perguntava algumas coisas para alguns conselheiros uma vez que nós não fizemos no dia 19 que a gente teve uma reunião só da comissão com a mesa diretora, que foi a que eu não estive, mas não teve a reunião que eu falo com todos, eu perguntava pra alguns conselheiros e eles não sabiam algumas coisas assim, eu tive na verdade uma reunião só Sandra com a Consolação pra pensar a questão do ato, mesmo assim o que seria, e foi uma semana bem turbulenta nós duas perdemos pessoas próximas bem no dia da reunião então foi um negócio confuso, mas de toda forma eu senti falta desse alinhamento do CEAS, não a comissão acho que foi importante ter, mas eu senti falta desse diálogo, agora do ponto de vista da organização das entidades das organizações da sociedade civil a gente tá aí tentando dobrar a língua pra falar conforme o marco regulatório mas é difícil, é assim Ivone, eu acho que realmente conselheira, nós conseguimos dar um salto e um salto importante pra nós enquanto entidades, nós entendemos lá dentro desse

processo dessa organização inclusive do Fórum Estadual, que foi uma ideia já vinda do conselho, da Conferência que nós precisávamos, nós fizemos uma moção em relação a isso, nós discutimos nós tiramos lá um grupo pra poder pensar como nós faríamos isso, e o encontro foi extremamente importante o CEAS compreender que era necessário também trazer as entidades, vieram um número menor porque nós não estamos com a articulação a um nível de articulação ainda dos usuários e dos trabalhadores que foram dado o ponta a pé nas conferências regionais, nós não participamos desse processo de organização, então eu entendo que é uma grande conquista para as organizações da sociedade civil ter conseguido sair com o Fórum Estadual desse encontro, eu acho que é pra esse encontro estadual é histórico isso e entra pra essa história 2 vezes por ter saído de lá um fórum estadual que é uma coisa que as organizações já tem demandado a tanto tempo, mas também quanto a organização da sociedade civil a gente tem outro desafio que é a regionalização, regionalizar não vai ser fácil é desafiador, em Patos de Minas não vieram nenhuma, nem representante de Urcmas, nem de trabalhadores, nem de usuários, nem de entidades, estavam lá completamente deslocados dessa discussão que nós estamos fazendo, embora tenha tirado lá uma comissão, mas isso não caminhou, parou naquilo que ficou, então Patos de Minas é um desafio, aí eu fico imaginando que nós precisamos agora identificar e aí foi uma questão que nós entidades colocamos que a primeira coisa que nós vamos fazer é levantar onde não tem representação de conselheiros estaduais, quais são essas regionais, e como que nós vamos chegar nessas regionais como nós vamos articular, então a gente precisa muito dos trabalhadores, precisa muito Fóruns dos Usuários, precisa muito das Urcmas principalmente das Urcmas, para gente conseguir fazer essa articulação regional. E aí é isso nós enquanto organização da sociedade civil estamos muito felizes, e o Fórum Estadual dá muito respaldo, nós estamos indo agora dia 1º de outubro, viu vice presidente que é importante dizer isso dentro dessa reunião do Cogemas, nós vamos ter representação do conselho nacional pela atual representante de organização da sociedade civil, ela vai estar aqui e aí nós vamos fazer o encontro do Fórum Estadual do Fórum de Organização de Sociedade Civil de Assistência Social de Minas Gerais com o movimento nacional de entidade de assistência social em parceria com o Fórum Municipal, então isso pra gente já é uma agenda importante ela vem enquanto representante do MNEAS mas é a presidente do Conselho Nacional então nós já vamos começar a discutir, a pensar a pauta das organizações sob âmbito mesmo qual é o impacto que nós podemos fazer em relação ao sistema único em nível nacional, e aí eu fico pensando que uma das pautas, ainda não foi discutida com meus pares, é a gente levar essa discussão que nós fizemos ontem na comissão de como que nós vamos fazer essa articulação e trazer as entidades, as organizações e o movimento nacional pra esse plebiscito que nós estamos pensando, então a gente fazer essa articulação das agendas de lutas, uma vez que isso já foi uma agenda tirada pelas entidades da defesa do sistema único lá mesmo dentro do encontro, então acho que nós estamos no rumo à uma consolidação mesmo ampla de todas as Instâncias na defesa do sistema. Obrigada. **Arlete** – Graal do Brasil: Então Já fui contemplada em várias falas que realmente me antecederam, mas assim, eu quero chamar atenção pela questão dos palestrantes, a gente teve oportunidade de ouvir, de compreender melhor por meio de uma análise de conjuntura todo esse processo de criação do SUAS e como que isso nos motiva a trabalhar por essa política e que ela é totalmente de inclusão então ouvir as professoras, ouvir o Patrus e demais pessoas que falaram pra gente, isso me anima porque eu vejo como que o CEAS tem sido ousado em suas propostas, e a ousadia de trazer as pessoas e de encontrar metodologias sempre de inclusão, e a gente ouve aí na fala dos usuários, das entidades mesmo, do próprio governo, as representações de dizer da importância de estar junto, porque as pessoas precisam conversar, e é conversando que a gente vai construindo vai consolidando toda essa política que é o nosso sonho, que ela permaneça, que ela melhore e que a cada dia vá incluindo. Uma outra questão que eu quero

trazer aqui é sobre a campanha como que é uma campanha bonita, como que ela nos desafia dizendo que o SUAS é nosso, e reafirmar que nós os conselheiros e conselheiras somos as pernas do SUAS onde que a gente esteja, e de motivar esses equipamentos em nossos municípios por meio das Urcmas, por meio dos Fóruns, por meio da gente mesmo de ir nesses equipamentos e dizer tá acontecendo isso e, é preciso que isso aqui melhore é preciso fazer uma abordagem quanto mais humanizada melhor, para que as pessoas se sintam vontade de vir e acessar essa política. Então eu falo do ponto de vista de conselheira mas também de usuária dessa política. Muito obrigada a todos. **Simone:** Conselheira Marleide. **Marleide:** Quanto a questão da avaliação do encontro é, eu já me sinto contemplada na fala da Luanda como ela disse ela falou a partir da conversa que a gente teve ontem no Fet, pelo coletivo mas, eu só gostaria de destacar como a gente, nós trabalhadores, nosso grupo estava muito grande, ainda bem, a gente tinha em torno 36 pessoas então assim a gente tinha representante de quase todas as regionais, acho que só ficaram 2 de fora, Diamantina e Patos, que se inscreveram mas não foram, enfim então assim gente estava com representação de todo estado, o grupo estava grande, o grupo estava sedento por esse momento, por esse encontro, por informações, por trocas então foi muito rico e por estar grande e com muito assunto a gente não teve tempo de fazer uma avaliação com o grupo daquele momento ali mas assim no corredor, na hora do almoço, conversando com algumas pessoas, inclusive com representantes da minha regional e com as regionais próximas, várias pessoas elogiaram o encontro que como disse o Bruno a gente também quer falar dos elogios que isso é importante isso é construtivo então assim várias pessoas elogiaram e disseram da importância desse momento mesmo, assim de quanto o CEAS, a Sedese está propiciando de fomentar essa organização de trabalhadores que é um momento muito importante pra gente e também da questão das palestras, das discussões que foram feitas então assim as pessoas deram retornos bem positivos e eu acho que isso nos faz, como diz a Luanda querer mais, todos nós trabalhadores saímos dali com essa intenção de querer mais, de ter mais momentos, então assim estamos de parabéns todos nós, trabalhadores, Conselhos, enfim, é isso aí, obrigada. **Consolação:** Estou escrita tá gente, primeiro falar realmente do ponto da organização acho que a deliberação do Conselho de ter adiado o encontro em função de um termo, de fazer um termo de referência e contratar uma empresa foi uma sábia decisão, e aí eu resalto mesmo a equipe da secretaria executiva e a Subas que juntos não mediram esforços para que o encontro ocorresse, inclusive assim, nos dias de ponto vamos dizer, facultativo todo mundo trabalhou, sabe, estava aqui pra que fosse organizado quer dizer a gente estava realmente empenhado tanto a equipe da secretaria executiva com da Subas, também de ter conseguido as diretorias regionais nessa parceria junto com as diretores regionais e as Urcmas que oportunizaram muitos encontros pra que a gente tivessem essas representações regionais, se não fosse também por isso a gente não teriam essas pessoas aqui, os vários conselheiros estaduais que se empenharam pessoalmente não só de estar em determinados lugares, o João tá ali, ele teve até um dia aqui ficou ligando para as regionais dentro da secretaria mesmo, dizendo gente vamos participar, então fazendo mobilização, outros o próprio Cogemas o Gilberto pegou a relação dos gestores pra ligar pra que os usuários pudessem também estar presente, então assim agradecer esse envolvimento e registrar o envolvimento pessoal e tantos outros conselheiros aqui, as parcerias mesmo com o CRP que deixou lá a disposição sob o material de estar presente, a própria professora Márcia Mansur que esteve nas reuniões também de organização, então ela não esteve só no CRP participou lá da mesa mas, ela também esteve aqui contribuindo com a gente nessa construção, a professora Eleonora, o Cogemas, CREAMS a nova central que na hora que a gente falou assim do carro, ela disponibilizou na hora esse carro sem custo nenhum pro conselho, de nada, porque tem diária tem a questão de motorista, inclusive gente a secretaria executiva não teve nem que emitir ofício pra prefeitura eles

fizeram tudo, até a questão da legalidade que foi a nova central, registrar isso, registrar que foi tudo muito bom, a questão do ato, dos parceiros as pessoas que a gente dos movimentos que a gente convidou, estiveram presente, acho que aquele conteúdo de causa, acho que o ato foi muito bonito, foi o segundo ato do conselho, porque na história do conselho nós temos 2 atos, um na Conferência estadual, esse é o segundo ato organizado pelo conselho, eu posso falar porque eu estou aqui desde que ele existe, então foram 2 atos que a gente tem registrado nessa história, e foram muito bom mesmo, em relação ao conteúdo acho que ao gente trazer também os participantes 1 dia antes do evento também foi uma sábia decisão, todo mundo estava aqui, pôde dormir só 1 ou 2 exceções que a gente não conseguiu horário de ônibus; Salinas que era a noite mesmo, não tinha condição, e outras pessoas que optaram, que fizeram a troca da passagem, porque não podiam se ausentar na quarta-feira, mas então a maioria estava aqui já, antes do evento então com toda essa logística, a empresa que ganhou foi ótima também, que a gente conseguiu essa organização da acolhida, a Secretaria da Educação que em tempo record ela fez o material em braille pra gente, então assim se a gente for numerar realmente foram muitos parceiros, a Cristiane conseguiu junto ao instituto Missionários fazer aquele Folder que fala ali receberam, muito bonito ela conseguiu a impressão dele, também foi tudo assim quase da noite pro dia, a gente foi tendo essas conquistas pra que tivesse, a pasta veio também do instituto então a gente veio se organizando pra ter o evento daquela forma então agradecer realmente todo mundo nisso, e também acho que o único ponto que eu senti mesmo a gente até já avaliou na secretaria executiva um pouco também em relação ao encontro como a Cristiane falou a gente tinha que ter um outro encontro com os conselheiros com todo mundo não só pra fechar, ter isso, todo mundo tá falando da mesma forma, ter o nivelamento, mas eu acho que dá até pra discutir um pouco mais, o conteúdo e como que os grupos iriam discutir, porque na hora que for por mais que a gente estivesse ali que vai sair 2, não estava muito claro mesmo assim a forma, cada um foi um pouco com a sua experiência que ajudou muito mais ficou alguma coisa nesse sentido. E ainda já do que saiu a gente já conseguiu criar todos os grupos de Whatsapp que tem relação com o CEAS, então a gente fez o CEAS com o grupo de usuários, com o grupo de entidades, com o grupo de trabalhadores e Urcmas, então a gente já criou esse grupo e a Sedese já fortaleceu a secretaria executiva com uma técnica que é a Misley que já está lá foi nossa estagiária e, agora ela é técnica e a Sedese já encaminhou aqui para secretaria executiva para fortalecimentos dos Fóruns, tá gente, e é isso. Então obrigada a todos. **Simone:** Eu também me inscrevi e primeiro eu queria dizer que a Consolação vai ser a primeira ninja ocidental do SUAS. Bem, eu acho que a conjugação de esforços foi muito grande para a realização desse encontro, também tem uma confiança enorme entre nós do próprio conselho a gente adiou tomamos a decisão acertada mantivemos a decisão então essa relação de confiança também é muito importante pra gente poder conseguir fazer o encontro ocorrer da forma como nós imaginamos. Claro que tem questões gente, que são questões que também é fruto do acúmulo e do processo, apesar da gente fazer um encontro de Fóruns nós decidimos que traríamos também os que também ainda não se constituem como Fóruns, isso tem problema, lógico, aí chega lá nos trabalhadores tem gente que está dentro do armário, isso é óbvio, nós decidimos que não traríamos só Fóruns, essa é uma decisão nossa, então essa é uma consequência óbvia de que geraria confusão, quando nós tivermos o momento de reunir os Fóruns aí vocês vão ver que essas coisas vão acontecer menos. Isso aconteceu no Fórum dos Trabalhadores, e o constrangimento que foi lá no Encontro das Urcmas, foi um constrangimento, quem estava lá no grupo sabe, nós enfrentamos um embate fortíssimo do usuário com uma pessoa que estava lá, a pessoa fez uma fala absurdamente preconceituosa, dentro da campanha, num momento daquele, foi muito tensionado, muito muito tensionado, a forma como ela falou mexeu, a forma já foi preconceituosa, a fala foi preconceituosa, nós tivemos que também no momento que nós estávamos coordenando, coordenação compartilhada entre conselheiro

Gilberto, conselheira Soyla e eu, nós tivemos que também conduzir o grupo para reflexão de que a mudança não se dá de uma hora para outra. O fato de ter conhecimento não elimina o preconceito se fosse assim todos os profissionais de nível superior não teria preconceito, então não é verdade fazer o cara ficar na escolinha pra estudar assistência social não significa que você vai ter o melhor secretário municipal do mundo, se fosse assim estaria resolvido o nosso problema, então eu só estou dizendo isso pra dizer que política se resolve na política, não tem outro lugar de se resolver política a não ser na política, outro problema que aconteceu foi o que a Consolação colocou aqui que a gente tem que prestar muita atenção foi na mesa final, aquela mesa final também aconteceu aquilo ali porque as pessoas não tinham carência do relator, tudo bem não teve mais reunião do conselho, mas o conselho ele definiu uma comissão para organizar o evento, a comissão organizadora deixou claro vamos trazer relatores de fora, pra não dar o problema que deu, mudou o negócio no meio do caminho vai dar problema no final, óbvio, nós já tínhamos discutido aquilo aqui. Vamos trazer gente de fora, porque? Porque na hora de fazer o relato aí não é o grupo do Gilberto, não é o grupo da Simone, não é o grupo... não, é o relato, isso aí gente quem tem experiência de condução, sabe muito bem disso, aí o que gerou na plenária final? Outro constrangimento, que foi a dúvida, sabe Gilberto você não estava lá mas teve a dúvida, qual a dúvida? A dúvida dos que perderam, levou que perdeu pro pleno, sendo que nós passamos aperto lá, você não estava lá, eu estava lá passamos aperto, aí teve isso no grupo nosso, das Urcmas mas, teve também no grupo das entidades, problemas de dúvida, e aí gente, eu estou falando assim desse jeito pra gente também nas nossas discussões aqui também sermos fortes, transparentes, não é abrir mão do que a gente acha não, ninguém aqui vai querer abrir mão do que acha mas também da gente ter clareza também do produto final, acho que essas foram as 2 questões que nós temos que refletir pra próxima, mas também tem pontos que nós temos que nos orgulhar bastante, eu acho que essa discussão da representação ela é uma discussão que ela está embutida de política pura do princípio ao fim, é claro que na disputa do usuário, da assistência social todos nós somos usuários, mas na hora da representação aquele que está no serviço que recebe o benefício é que vai disputar a legitimidade disso, é lógico que todos nós somos trabalhadores? Somos, mas na hora de quem for o gestor, do coordenador não vai aceitar o trabalhador de ponta, não vai aceitar porque a disputa é política, a representação, no Cogemas duvido que o secretário vai aceitar, o que o coordenador do CRAS tem aceito lá, não, quem é o secretário municipal, e assim por diante, então nós estamos discutindo a representação do que é importante, agora o ato público também essa foi uma decisão absurdamente acertada, que foi na Praça 7, aí gente o olhar que a sociedade tem para as pessoas pobres é o olhar que ela tem pra política, eu posso distribuir 1000 panfletos. 1000 panfletos, posso fazer propaganda na globo, posso fazer o que eu quiser, agora a disputa das pessoas que trabalham e que compram a sua comida com o dinheiro do trabalho na nossa sociedade é diferente do olhar das pessoas que trabalham mas não conseguem comprar sua comida com o dinheiro do trabalho é isso, nós temos que disputar isso nas nossas disputas políticas do meu ponto de vista, por isso o ato público foi legal demais, dá uma energia no nosso campo para nós lutarmos, sai em tudo quanto é mídia, as pessoas postam no site, principalmente de esquerda, claro, que também precisa, a gente precisa levantar nossa turma, a turma da esquerda também precisa, nós precisamos levantar, nós, aqui em Minas o que nós estamos fazendo, nós não estamos chorando pelo leite derramado, nem pela democracia perdida, pela falta de cofinanciamento, nós estamos? Nós estamos indo pra rua, isso é uma forma diferente, podia estar chorando podia estar nos acusando, nós não estamos fazendo isso nós estamos juntando o que nos une e indo pra luta, isso é muito importante e dá muito medo sem dúvida nenhuma, porque se tais pessoas continuar em nosso caminho pode ser que a gente volte ao caminho da proteção social para todos. Então eu queria muito parabenizar a todos, foi muito bacana, nós erramos por causa

do processo, erramos assim, essas coisas que eu acho que depois a gente pode ficar mais atentos, mas foi muito bacana, muito legal, agora o lançamento da campanha é muito importante, porque também coloca o SUAS na linha do combate ao preconceito, trás os trabalhadores, só para que todos saibam nós estamos continuando, a gente tem um compromisso com o CRP de distribuir as cartilhas, então elas vão chegar em todos CRAS e CREAS viu Ivone, todos vão receber pra todos os trabalhadores, então nós temos um caminho de entrega nós vamos fazer com cuidado pra ninguém dizer que a gente tá fazendo campanha disso ou daquilo mas aí quando chegar na mão além disso nós estamos mandando uma orientação para os trabalhadores, eles estão recebendo uma orientação, uma cartinha, com material de orientação, um cartaz também pra pregar nos CRAS e no CREAS, todos vão receber e aí é lógico que nós temos a outra proposta que saiu dos Fóruns é pra gente fazer mais uma mobilização este ano ainda, porque a gente não se cansa de mobilizar, isso aí a gente não se cansa, então eu acho que tem um segmento e já foi falado aqui pela Soyla, que a comissão de acompanhamento de conselhos ela se debruçou para dar a liga pra gente dar a direção aí nos encaminhamentos que foram feitos pelos Fóruns que eu acho que é muito importante que o conselho estadual hoje tem uma base muito legítima pra discutir os caminhos que ele vai percorrer. O Irajá veio aqui me dizer que ele levantou a mão vinte vezes, como eu também não enxergo muito bem, Irajá eu peço desculpas e passo pra que ele possa se pronunciar. **Irajá**- Indígena: Eu queria só complementar a fala da Débora, que todos esses problemas que aconteceu com os demais grupos de discussão aconteceu com o nosso grupo de usuário, enquanto o Isac, eu e a própria Cecília nós tínhamos que tomar direção das rédeas das coisas senão ia ter um direcionamento diferente, dos usuários, a discussão então assim uma avaliação que pelo menos eu tiro como usuários, como representante dos usuários, eu tiro como um avanço porque na própria comissão foi tirado a coordenação isso foi um avanço que já vem sendo discutido a criação do Fórum desde 2015, isso não alavancou por diversos outros problemas, e nós pensamos no momento agora que seria do encontro, acho que esse encontro foi importante pra que os usuários viessem pra discutir essa coordenação pra criação desse Fórum, então, quer dizer pra gente dos usuários foi muito importante o encontro enquanto assim o ato acho que foi excelente pra gente mostrar pra todos que todos nós estávamos ali, então só pra complementar pra Débora que ela já fez todo um relato do que nós discutimos, e assim reafirmar a presença vou reafirmar a minha presença dentro do próprio conselho, e aprendendo muito, eu sou um aprendiz aqui, como você diz, sou conselheiro novato mas, eu estou aqui pra aprender com vocês que são os tubarões, que são os dinossauros aqui dentro do conselho. **Simone**: Irajá eu só tenho uma reclamação a fazer, o cocar. Vamos organizar gente uma e meia a gente volta. **Sandra**: Gente, espera aí só um momentinho, desculpa, mas em relação ao usuário, eu quero falar um fato que aconteceu no conselho nacional, eu fico assim muita com vontade de socializar, na hora da gente tomar posse, esse biênio é das entidades que estava lá na organização dos acordos que iam ser presidente nos próximos 2 anos, os usuários levantaram a questão querendo também ser presidente dessa série histórica, que ha muitos anos de conselhos quando que eles chegaram a presidência, não é porque ser presidente vai atuar mais ou menos, mas é um lugar político a gente sabe a representação, o que aconteceu? Eles jogaram para os trabalhadores ou, nosso quórum de representante trabalhadores a gente fazer essa mediação entre entidades e usuários, você entendeu? Então foi um momento tenso mas, olha que bacana que surgiu o que aconteceu, a entidade recuou, cedeu vai ficar presidente o primeiro ano e no próximo ano o presidente vai ser o representante de usuário a Eleonora, então quando a Simone fala que a política se resolve é dentro da política, é isso que a gente tem que saber, no biênio é da sociedade civil a presidência, entendeu? É da sociedade civil, dividimos um ano vai ser a entidade, e depois o outro ano são 2 anos é biênio entendeu, então é só pra te falar que eu vi os usuários mediando nesse sentido. **Simone**: Eu vou pedir

os conselheiros que retomarem aos seus locais e nós vamos pedir a conselheira Soyla para proceder o relato da comissão de acompanhamento de conselhos, por favor. **Soyla:** Boa tarde a todos, Soyla – CMAS Paracatu: A pauta é longa então eu peço que prestem bastante atenção, ponto 1 – Encontro Estadual dos Fóruns e Urcmas em Defesa do Suas, organizar para lutar e resistir, mapeamento de propostas e ações, a sugestão era que se construísse um fluxograma, como desdobramento das diretrizes consolidadas no referendo evento, criar caminhos de realização do plebiscito visando revogação da PEC 95, as Urcmas deverão realizar debates com os candidatos, conhecer as propostas para suas regiões, a discussão do PPAG inclusão para 2019, Dia D, definir data e sua organização, realização de encontros com coordenadores e Fóruns no final do ano, checar pontos surgidos no encontro com as deliberações da Conferência, norteamento das coordenações dos Fóruns onde existam, isto aqui é tudo resumido, questões que foram levantadas durante o encontro estadual, tá bom. Encontro gerado para deliberação da plenária, não é plebiscito gente é um referendun, verificar como funciona um referendun, consultar a OAB sobre formas de viabilidade de realizá-lo, prazo eleitoral, lembrar que um órgão está sendo destruído, então assim, a questão do plebiscito, do referendun agora seria sobre a PEC 95, então uma das questões é a gente ver como que a gente vai organizar, o que é referendun, agora não é mais PEC é Emenda, infelizmente é Emenda, contatar os parceiros para ajudar a gente nisso, a confecção de cartas para as entidades atingidas verificando como as mesmas foram impactadas pela PEC 95 e quais as propostas de ação para revogação da mesma, informar que o CEAS se coloca à disposição para construção do referendun, realizar consulta jurídica à Sedese para verificar a viabilidade da ação, convidar um advogado para vir a plenária explicar como fazer. A gente pensou aqui nesse momento, daquela promotora que foi até a Cidade Administrativa que eu acredito que ela é do Distrito Federal e aquele advogado de São Paulo que a gente não recorda os nome, Consolação, para a gente verificar aqueles nomes se eles podem estar nos auxiliando nesse momento do referendun. Solicitar ponto de pauta no fórum de interconselhos para apresentação e adesão sobre a nossa luta e sobre o referendun, enviar carta aos parlamentares contrários a PEC para adesão e defesa do referendun, solicitar a Sedese nota técnica e jurídica pra procedimentos de debates em ano eleitoral, pra gente se respaldar, criar documentos sobre locação de recursos informando de onde deverá sair para qual finalidade será destinada, enviar para os deputados que possuem afinidade com a causa social foi até sugerido André Quintão, Marília Campos, Dr. Jean Freire, ver uma fonte mais segura para previsão orçamentária do Piso Mineiro a fim de garantir continuidade e repasse, realizar encontro estadual de coordenadores dos Fórum e Urcmas na segunda semana de novembro, para mobilizar e traçar estratégias de realização do Dia D que foi pensado para o dia 7 de dezembro, dia da assistência, nos municípios ou regionais, criar um grupo de trabalho envolvendo os movimentos sociais e parceiros presidentes nas oficinas de fóruns e Urcmas, para analisar deliberações do encontro estadual com as deliberações da Conferência, estabelecer estratégias e prazos no cumprimento das deliberações do encontro estadual, fazer um enquete com formulários de questões, enviar aos participantes dos grupos, solicitar retorno para levantamento até novembro, de todos aqueles que participaram do encontro estadual para construir um diagnóstico, pra gente apresentar até novembro, eu vou chegar lá porque é novembro, informar o conselho nacional sobre a realização do encontro estadual com fóruns e seus desdobramento, uma vez que não teve ampla divulgação pelo conselho nacional o nosso conselho estadual, a gente acha que é importante essa divulgação, enviar documento, deixa eu voltar em novembro que é uma coisa que a gente não colocou aqui, a gente está pensando na possibilidade de novembro a gente estar em pé para poder fazer um encontro estadual com as Urcmas, as coordenações estaduais e pensar com vocês se seria interessante também chamar as coordenações regionais dos Fóruns, de novo, mas levantando já um diagnóstico de que pé esta, até para fortalecer essas coordenações

estaduais principalmente, e enviar documento ao conselho nacional lembrando da importância da realização da conferência e seu chamamento ao final do ano, uma vez que não é isso que está sinalizado, a gente tem que começar a lutar para conseguir que chegue, ainda que a sua realização tem que estar estabelecida na previsão orçamentária do PPAG, é o primeiro ponto ainda, desse tamanho. Posso partir pro segundo ou já vai pro encaminhamento. Porque é muita coisa gente. Ponto 2 – análise da denúncia de Monte Carmelo, eu já vou pro encaminhamento, tá. Encaminhamento gerado para deliberação em plenária. Denúncia de irregularidade na gestão quanto ao cadastramento do bolsa família, benefícios eventuais, contratação de funcionários e as atividades envolvidas no CRAS, relata ainda perseguição e processo disciplinar contra uma funcionária que fez a denúncia durante a conferência que resultou em advertência por escrito a servidora, quem estava cuidando desse caso é a conselheira Sandra, encaminhamento gerado para deliberação em plenária ofício ao denunciante, direcionando aos órgãos competentes, como sindicato e entidades em conselho, ofício ao CREAS solicitando informações sobre o procedimento adotado em relação ao processo movido sobre a servidora, ofício ao CMAS orientando quando a necessidade e adequação das normas à lógica do SUAS, lei e regimento interno. Ponto 3 - análise de denúncia de João Pinheiro, relatório do CONEDH, contra as irregularidades identificadas no abrigo Carla Alves de Queiroz, falta de funcionários, desrespeito a autonomia de equipe técnica, falta de metodologia para atendimento aos adolescentes abrigados, perseguição política e agressão física da funcionária para coordenadora da casa, o tema foi tratado pela comissão enviado aos órgãos competentes, realizado visita de orientação pelo Ceas e Sedese e conselheira Soyla, para quem não sabe João Pinheiro é uma das cidade que compõe o noroeste de Minas a qual eu presido a Urcmas, então a gente está bem próximo, 100 km e a gente mantém muito contato, procura orientar o gestor, presidente de conselho, a comissão deliberou pelo arquivamento do processo por considerar que as medidas já foram tomadas e a situação resolvida conforme constatado pela visita da conselheira e informes do CMAS. Ponto 4 – Denúncia do município de Pedro Leopoldo, relatam precariedade da estrutura física que não preserva privacidade dos atendimentos, dificuldade e interação dos funcionários com a gestão, falta de equipe mínima de referência, suspeita e autonomia de funcionários para não concessão em benefícios de alguns, situação que tem provocado o descrédito e insatisfação dos usuários que assumam postura de hostilidade e ameaças a integridade física e psicológica dos funcionários, já sem condição de desenvolver um trabalho com dignidade na oferta do serviço, o municípios está em acompanhamento por denúncia anterior que envolveu assessoria pela Sedese e Ceas. Encaminhamento gerado pela deliberação em plenária. Oficializar ao CMAS quanto a denúncia recebida, solicitando calendário de reuniões, cópia das 3 últimas atas da reunião, resolução de regulamento do benefício eventual no município caso existam, se não está regulamentado como é avaliado e atribuído periodicidade em que realiza visita no acompanhamento aos equipamentos públicos. Oficializar a Sedese para verificação dos fatos e orientação a gestão. No momento é isso. Ponto 5 – Denúncia ao município de Sacramento. Relata irregularidades graves na assistência social do município como: desvio de veículos da assistência para atender outras áreas, são 10 veículos mas apenas 1 atende o CRAS, CREAS inclusive bolsa família, que tem carro próprio porém atende outro setor, CRAS baixo atendimento com apenas 1 assistente social, houve processo seletivo mas sem contratação do profissional, o coordenador do CRAS desenvolve funções específicas do serviço social mesmo não sendo contratado como assistente social, os recursos dos benefícios eventuais estão contingenciado mesmo com orçamento, não apresenta ação do plano de assistência social, o CMAS não se reúne nem exerce sua função de controle social, encaminhamento gerado para deliberação em plenária, oficializar o CMAS solicitando as cópias das 3 últimas atas da reunião, regimento interno, lei da criação do CMAS, calendário das reuniões, informar se aprovou o plano de assistência



social e periodicidade em que é apresentada a prestação e contas pela gestão. Ponto 6 – análise do reflexo do decreto estadual 47.402 de 24 de abril de 2018 – que estabelece a nova configuração regional da Sedese recebida em 04 de maio de 2018 que impacta quantitativamente na composição das Urcmas, a casos em que se chega a 30 municípios alterados, definir procedimento a adotar, encaminhamento gerado para deliberação em plenária, solicitar Sedese que explique em plenária os critérios utilizados para estabelecimento da nova configuração Sedese. Ponto 7 – Solicitação de capacitação enviado pelo gestor da assistência social e presidente do CMAS do município de Jaboticatubas, região metropolitana, tendo inscrição de entidade e controle social, encaminhamento gerado para deliberação em plenária, fazer o contato com as Urcmas metropolitana e solicitar que pautem o tema em uma reunião da Urcmas informar sobre a solicitação ao Ceas e necessidade de atendimento conjunto por apresentar uma demanda recorrente pelos diversos municípios, informar que o Ceas disponibilizará os conselheiros, foi sugerido Cristiane Isabel e Silvana Célia para atendimento da Urcmas, responder ao solicitante informando a capacitação via Urcmas, após tentativa com a Urcmas. **Simone:** Muito obrigado conselheira Soyla agora a gente vai ponto por ponto, primeiro a gente vai discutir depois os encaminhamentos para deliberação, tá bem, então ponto 1 é o encaminhamento das propostas retiradas do encontro estadual de Fóruns e Urcmas, está em discussão, podia voltar com ela gente, colocar aí, voltar com o ponto 1, então está em discussão, Débora você tinha se inscrito, microfone por favor. **Débora:** Tinha me inscrito que tem a ver Soyla você já tinha anunciado, Débora da Sedese a respeito das questões que eu tinha votado de manhã sobre a importância do apoio para a organização, tem uma proposta ali de realização no encontro com os coordenadores dos Fóruns no final do ano, e eu estou trazendo um ponto mais assim pra gente conhecer, saber e a partir daí poder pensar esse encontro porque eu não sei como ficou os outros Fóruns, a coordenação porque assim se você está falando da coordenação estadual e como ela foi tirada, porque na coordenação do Fórum dos Usuários que foi o grupo que eu participei tirou-se um representante por região, então foram 22, eu quero saber se é isso mesmo, se os outros também estão se organizando dessa forma, tentando já configurar esse encontro, o número de pessoas e tal, se tem uma delimitação se a coordenação é por região ou se a gente vai pensar alguma coisa que seja representante de macro regiões, se a gente tem perna de trazer sempre 21 pessoas de cada um seguimento, então eu estou trazendo mais pra gente pensar junto aqui porque de fato eu acho que é fundamental a gente conseguir ter uma articulação dos Fóruns aqui, então eu estou a ver se é mesmo esse o caminho. **Simone:** O Soyla vai anotando as questões por favor. Bem eu me escrevi, primeiro o seguinte, ontem eu fiz contato com o Maroni, ele é representante do INESC que é uma entidade bastante atuante, progressista e eles estão compondo uma plataforma de movimentos sociais e um dos objetivos da plataforma é lutar pela retomada da democracia no Brasil, e é claro que a retomada da democracia no Brasil passa por várias frentes, passa pela luta da eleição livre, passa também pra que todos os candidatos tenham condições de concorrer às eleições, e passa também por a gente reconstituir o estado proposto na constituição de 88, portanto também pra revogação da Emenda Constitucional 95 e eu fiz o contato com ele dizendo a ele que tinha saído como deliberação da Conferência nacional a gente fazer um referendun então fica claro que não é plebiscito é referendun, plebiscito é antes de ter a lei se o povo quer ou não a lei e referendun é depois que tem a lei que a gente vai dizer se a gente quer que a lei continue ou não, e ele me disse que a plataforma dos movimentos sociais vai se reunir dia 08 de agosto no Rio de Janeiro, e está na pauta o referendun, e ele me disse qual que é a dificuldade que eles estão tendo na leitura, se é o momento ou não do referendun, primeiro que não dá pra gente fazer um referendun esvaziado, porque só tem validade gente referendun oficial, referendun oficial significa referendun chamado pelo Congresso, nossa constituição ela prevê isso no caso a gente faria um referendun popular, pra forçar a barra

pra que seja chamado um referendun oficial, então ele me disse que eles vão fazer uma análise da conjuntura pra ver se nesse momento a gente gasta as nossas energias estabelecendo um compromisso na adesão dos candidatos, vamos dizer assim, ao referendun oficial porque isso também não é uma tarefa simples, ao processo de eleição é 3 meses só, agosto, setembro, outubro, então se o caminho for não, nós vamos conseguir a adesão dos candidatos ao referendun oficial, isso também é um caminho enorme, não é só procurar os candidatos, mas é colocar essa questão na agenda, articular pra que isso aconteça, enfim, eles vão ver se o momento é esse ou se dá pra fazer as 2 coisas, se tem força, vocês estão entendendo, se tem ambiência porque não dá pra fazer uma coisa esvaziada, pra gente fazer um referendun popular, tem que fazer um grande referendun popular, senão você esvazia a luta antes dela começar então essa reunião ela será no dia 08 de agosto, a minha sugestão invés de chamar alguém pra vir aqui no pleno do conselho, pedir a consultoria jurídica nossa que eu nem sei se tem condições de falar de referendun, convidar não sei quem, não sei quem, talvez a gente se inteirar melhor do debate então minha sugestão é que uma pessoa vá nessa reunião do Rio de Janeiro representando o conselho estadual, eu já falei com ele a posição do conselho, que a gente vai, isso é uma deliberação da nossa Conferência, então que a gente vai puxar Minas Gerais, o referendun popular, é claro que nós não vamos puxar sozinho, isolado, nós também vamos avaliar a conjuntura nacional, eu pedi a ele também, ele não me respondeu ainda se tem alguma entidade de Minas Gerais participando, dessa discussão do Fórum, da plataforma dos movimentos sociais, ele não me respondeu ainda, mais eu sugiro gente, porque como a gente está muito por fora do debate nacional, dessas leituras mais, da conjuntura nacional mesmo assim a gente puxar uma luta aqui é como se a gente fora, vocês estão entendendo, fora do eixo, então mesmo achando que a gente deve puxar, mas pelo menos que a gente puxe com mais clareza, do cenário nacional, então essa é uma sugestão que eu queria fazer, ele mandou por meu email ontem, eu não tive tempo de abrir ainda, os documentos produzidos, então já tem documentos, eu vou passar para a Consolação para ela passar para a comissão dos conselhos, para que vocês também conheçam os documentos, mas eu penso que nesse momento a gente deveria se inteirar melhor de como é que a plataforma dos movimentos sociais ela está pensando e também além de ir nessa reunião, pedir para incluir o conselho estadual de assistência social também na plataforma dos movimentos sociais na luta e resistência pela volta da democracia no Brasil, então isso é uma questão que eu queria colocar aqui pra gente ver qual o caminho que a gente deve seguir. A outra questão é com relação ao encontro das coordenações, ontem qual o debate que a gente fez na presidência ampliada ontem, que nós fizemos o encontro dos Fóruns com 2 pautas, 3, de organização, luta e resistência, na pauta da organização a gente tirou que a obrigação nossa pra esse ano, pra gente chegar no ano que vem, com as coordenações estaduais estabelecidas, não dá pra gente fazer tudo, gente, não dá, então só pra informação agora todos os Fóruns, todas as categorias tem coordenação, todos, todos variam nesse número aí de 20 a 30, todos, varia, então não tem jeito da gente fazer uma reunião, nem estou falando de encontro, eu nem chamaria isso de encontro, mas uma reunião do conselho estadual com as 4 coordenações que nos dê aí de 100 a 120 pessoas porque além deles tem nós também do conselho, então não tem muito jeito, sabe Débora, pelo menos nesse momento até a gente acertar melhor o desenho, mas eu penso que a gente deveria fazer um esforço, aí não é um pequeno esforço porque trazer de novo mais 100 pessoas aqui é um grande esforço, por isso mesmo a gente teria que decidir isso aqui, pra depois planejar, aí tem que ter dinheiro, tem que ter tudo de novo, eu nem chamaria isso de encontro, que eu nem sei se a gente tem fôlego e pernas pra fazer encontro, mas uma reunião do conselho com as coordenações dos Fóruns eu acho que é interessante pra gente discutir, dá o retorno das coisa e mais projetar um pouco pro ano que vem que é um ano importante de Conferências, e talvez casar esse encontro com o dia D, pro dia D, aí uma alerta viu Soyla e

os companheiros da comissão de acompanhamento, vocês vão ter que transformar esse dia, transformar esse dia é o que? É fazer uma resolução do conselho estadual, tem que ter uma resolução, dizendo que dia é esse, pra que que é esse dia, qual o objetivo dele, então tem que transformar essa ideia do dia numa proposta concreta e tem que transformar isso numa resolução, eu não estou dizendo que tem que ir direto na resolução não mas tem que ter um embasamento de formas que o conselho estadual saiba que todo o dia 7 de dezembro ele vai ter uma atividade estadual, é só pra vocês saberem tem que transformar esse dia numa resolução do conselho estadual. Soyla, Débora e Silva. **Soyla** - CMAS Paracatu: Sobre a questão Débora até a gente sugeriu fazer uma enquete com formulários de questões e enviar aos participantes dos grupos pra solicitar um retorno para gente fazer um levantamento e apresentar esse diagnóstico nesse encontro/reunião, porque aí vai ser bacana porque tem bastante comissão provisória, pra gente saber o nível que tá, se evoluiu disso, que é o que a gente espera que se evoluía, quanto ao Dia D Simone, no primeiro momento a gente levantou 7 de dezembro, a gente pensou assim de trazer uma data, definir isso se realmente vai fazer o Dia D, então no próximo mês a comissão vai estar se organizando e pensando de que forma a gente vai organizar e outra questão que a gente pensou muito a respeito e a gente vai ter que refletir muito mais é se vai ocorrer nos municípios ou em Belo Horizonte, de que forma que a gente pode fazer isso, que vai ser melhor, mais bacana se a gente faz um ato aqui em Belo Horizonte no Dia D ou se incentiva os municípios a realizar esse ato nos municípios, mas isso a gente pode estar pensando nisso no próximo mês organizando fazendo uma coisa mais preparada. **Débora**: Eu só queria também contribuir com essa discussão do Dia D, primeiro pra pensar no nome, porque ficou Dia D do quê, e querendo trazer um pouco assim quando a discussão toda de preconceito que isso começou lá num convênio que tinha pra MDS com o Conselho Federal de Psicologia e o Fórum de Usuários que a ideia era de colocar no centro da discussão os usuários, então acho que assim, é legal um dia de defesa do Suas acho que tinha que ter esse caráter e pensar assim algo ligado mesmo com a questão dos usuários, pode ser contra o preconceito eu acho que a tem que manter, acho que valeria a pena assim a comissão e a gente pensar assim aprofundar mais que nome é essa, um nome pra pegar mesmo, e tentando fazer uma relação por exemplo com o que aconteceu com a política de saúde mental com a questão do dia da luta antimanicomial que pegou foi muito importante isso, tem o dia 18 de maio, hoje ele é um dia nacional, e que o foco é mesmo a questão da convivência da não hospitalização então que a gente pudesse assim, tentar pensar tem gente que tem cabeça boa pra isso, não é publicidade, é de mobilização que a gente pudesse ter esse dia ligado muito claramente aquilo que a gente defende no SUAS, que é o não preconceito, a convivência familiar e comunitária, não segregação, não acolhimento, enfim a não criminalização da pobreza, tudo isso que a gente discutiu no seminário foi muito bacana, está lá no caderninho que a gente escreveu então eu acho que valeria a pena mesmo porque nesse período eleitoral a gente não vai conseguir fazer muitas atividades de disseminação do caderno, por que período eleitoral fica vedado isso, e aí assim que acabar o período eleitoral a gente retoma isso junto com a ideia do dia de mobilização, uma coisa assim neste sentido, acho que é importante ter os usuários como foco central aí nesse dia. **Silvana**- Educação: Acho que é reforçar um pouco que a Soyla falou, a discussão que a gente fez ontem na comissão, em relação ao Dia D, a gente ficou discutindo se seria importante fazer aqui ou nos territórios regionais, ou nos municípios, aí a gente achou que não tinha perna pra poder ir nos municípios, mas se conseguisse mobilizar os territórios era um ponto de partida, seria mais importante fazer isso lá e aí eu acho que agregando o que Débora tá falando, tendo o usuário como protagonista principal do Dia D a gente tem que ir no território que ele tá, as vezes no equipamento que ele tá acionando os CRAS todo mundo para participar dessa mobilização lá nos territórios, e aí a gente consegue ter uma repercussão maior desse debate, então é reforçando a questão de fazer nesses territórios,

nesse princípios já das regiões mesmo. **Sandra-** CMAS Montes Claros: Então eu só gostaria de reforçar a fala da Silvana e da Débora, eu penso que o Dia D, ontem eu dizia isso no grupo, nós estamos muito voltado pra dentro, eu acho que a gente tem que ser mais ousado, explicitar essa questão da política pra fora, e a gente só vai conseguir fazer isso se a gente resgatar um pouco da nossa militância na linha da admissão do movimento social que é de ir pra rua mesmo, ir pra praça, e dizer o que está acontecendo com a política de assistência social, e fazendo aí também um link com a campanha do preconceito de usuários do SUAS e talvez seja o momento de nós lançarmos a campanha nos municípios, e aí eu lembro que a fala da Cris, ela não está aqui no momento, mas ela até dizia o seguinte, acho que o Gilberto falou que o município queria 3 técnicos, mas lembrar que não são só os técnicos da assistência, nessa hora nós temos que contar com os parceiros, no município tem as entidades, tem os outros conselhos, tem o pessoal do movimento sindical, das associações dos moradores de bairro, associação de trabalhadores rurais, eu penso que nós temos que trazer todo esse povo pra essa discussão, eu penso assim se a gente assumir o Dia D como um dia realmente de luta um dia da gente de divulgar o SUAS, trazer uma reflexão nacional para os municípios, eu penso que vai ser muito bacana, eu penso que a gente consegue marcar um momento histórico na luta em defesa do SUAS. **Magda:** Eu queria só contribuir com o que a Débora falou da luta antimanicomial e a gente começou pequeno e agora alguém falou que se é no território aqui, na minha opinião eu acho que se a gente trabalhasse o território é muito mais interessante, porque assim o problema é a gente sensibilizar as pessoas que trabalham na Sedese, nos territórios para que eles façam, porque a gente não tem ideia de quanta coisa criativa que aparece, a gente faz a sensibilização, explica o que é, faz uma aqui em Belo Horizonte, no grande centro, mas que a gente incentive fazer no território, se quiser fazer um maior aqui, é uma sugestão viu gente, façam mas incentive fazer no território, eu tive no ano passado praticamente eu não participo do dia 18 de maio aqui, eu vou sempre pro interior porque convidam a gente, eu estive no ano passado em Araçuaí e eu fiquei impressionada com a mobilização, as meninas do Caps lá começaram a 3 meses antes, isso é criatividade, elas foram 3 meses antes em todas as escolas de segundo grau falando o que é a luta antimanicomial e marcaram, combinaram uma peça de teatro para as 4 escolas que existiam maiores lá, e ia ter um prêmio, eram pra 300 alunos no dia eu estava lá, no dia era só uma escola de segundo grau que ia pra 300 alunos fizeram as camisetas para 300 alunos, e aí no dia todas as escolas foram mobilizadas porque fizeram a peça de teatro, foi lindo, lindo eu fiquei emocionada até chorei, aí as pessoas, as escolas fecharam no dia 18 de maio tinha 1200 pessoas na rua, mais a banda, mais gente que a gente colocou aqui, aí foi gente de Araçuaí, foi gente de entorno, foi gente dos municípios do entorno, eu fiquei muito emocionada, o dia parou, o comércio fechou as portas, e aí a gente pôs o desfile na rua, foi lindo, então a minha sugestão é que a gente faça isso, Dia D, que a gente sensibilize muito, vá na secretaria, a gente liga para os municípios, a gente oferece para colocar na mídia da secretaria, pede também pra eles colocarem na mídia dos seus territórios, das prefeituras, peçam apoio de todas essas instituições que a gente é parceiro, então minha sugestão é essa. **Simone:** Muito obrigado, conselheira Silvana e depois conselheiro Felipe. **Silvana:** Falando dessa questão do trabalho nas regiões, eu queria dar exemplo de um trabalho de mobilização que nós fizemos também no mês de maio, educação, saúde e DR, que foi assim, muito bacana, muito bacana mesmo, que maio como mês do trânsito, Educação para o Trânsito, foi um trabalho intersetorial feito regionalizado, educação tem 47 regiões, saúde tem 28, DR tem 40, como trabalhar o mês de maio, que é o mês que tem até o lacinho, do maio amarelo, nos territórios pra mobilizar todo mundo, para planejar essa ação de maio nós fizemos 3 vídeos conferências com as regionais, que foi o sucesso da ação, sabe a gente reuniu até coordenado pela educação que tem um número maior de regionais, as regionais de saúde e do DR foram para as regionais de educação, aqueles que o município mais perto ou

estavam todas no mesmo município e nós ficamos aqui a nível central coordenando a vídeo, e a partir daí nós passamos as ações do planejamento para o maio amarelo, fizemos um planejamento, recebemos outros e fizemos o mês do maio amarelo foi um sucesso em vários municípios de grande porte, não só escola, como a polícia militar foi nas escolas, corpo de bombeiro também presente, a segurança pública, saúde com as palestras, médicos indo nas escolas, chamando as famílias, populações indo nas ruas fazendo blitz, fizemos uma blitz na MG perto do BH shopping, paramos todo mundo, alguns acharam ótimos, outros acharam ruins, mais o maio amarelo apareceu, e apareceu em vários municípios, teve um resultado depois disso muito grande, a ação continua nesses municípios, expandindo pros outros através de todas as regionais que estão articuladas e que foram articuladas por essa vídeo, então a gente já chegou a conversar, vocês me corrijam se eu estiver enganada tá comissão, a gente poderia aproveitar esses encontros de coordenadores nas regionais e já tratar do Dia D, já planejar, e que pode muito bem ser por vídeo conferência, porque não? A gente podia trabalhar com Uaitec's, é muito mais fácil, mais barato, fazer essa ação, esse planejamento por vídeo conferência, ou então fazer 1, 2 vezes, lógico que não pode ser 1 por mês porque a gente não dá conta, mais daqui até lá vamos supor que seja ou novembro ou dezembro, a gente define o Dia D, a gente faz quantas a gente der conta, e quando for necessário com esse público lá nas regionais, e o que a gente der conta de fazer dessa primeira vez vocês sabem os grandes municípios somos 22 territórios, onde o pessoal se envolver mais, onde as equipes se envolver mais e aí a gente fica daqui apoiando e se for o caso fazer um grande movimento aqui também.

**Felipe** – CMAS Campo Belo: Então a importância do Dia D ela não se dá somente no dia, então a Sandra conselheira do CMAS de Montes Claros falou aqui comigo, e nós entendemos que a brevidade da organização e divulgação é muito importante, o que eu gostaria de colaborar com a plenária, é que nós não podemos deixar de usar as instrumentalidades que a tecnologia nos oferece, eu não vou citar o nome de uma pré candidata à presidência do Brasil, mas que já usa nos artifícios das redes sociais e que no uso desses artifícios ela também já explica como isso pode colaborar na disseminação da informação, então é mais ou menos assim, é considerar a importância desse meio de compartilhar informação para que esse evento tenha uma repercussão muito interessante, quando a gente fala de sensibilização eu acho que é muito importante a gente não desconsiderar esse mecanismo em que sentido, recentemente nós tivemos uma experiência aonde nós tivemos a participação também dos usuários na fala, então foi feito um evento específico em Campo Belo onde os usuários tiveram a oportunidade de falar, de se identificar, e isso foi compartilhado, e quando por exemplo no município eles vieram que os próprios atores estavam falando isso trouxe um valor muito intenso nessas falas e isso trouxe um resultado muito significativo, então eu gostaria nessa proposta de organização do Dia D de me colocar à disposição com as experiências que eu já tive na construção desses instrumentos e também no lúdico que é extremamente importante para que a gente possa no Dia D a gente ter um resultado interessante, mas entender que isso acontece muito antes, trazer o valor dessa construção.

**Ivone**: Boa tarde, Ivone-Cogemas, eu fiquei pensando nesse primeiro ponto aí assim como o ponto mais estratégico dessa nossa deliberação, porque é articular o nosso controle social lá da base, onde está mais frágil, então as Urcmas ela fala até mais forte que os Fóruns, então eu penso que a gente tem que reforçar essa organização, eu acho difícil a gente trazer um de cada da coordenação seriam 26, eu estou pensando aqui poderíamos termos um evento regional e tirar o Dia D, aquele evento regional que nós estaríamos levando essa organização que a gente tá querendo dos usuários, dos trabalhadores, das entidades como o Dia D, aí cada município que compõe aquela regional vai mobilizar aquele centro, e o Dia D vai acontecer no estado inteiro naquele mesmo dia, contanto que vai sobrar para as regionais articular e não para o estado, aí cada regional, cada município vai se articular para o Dia D, e vai centralizar e aí tem que

ser a mídia, na verdade o que faz a diferença no Dia D é a publicização disso, porque não pode ficar só para regional Curvelo tem que ficar para o estado, o estado inteiro pelas 21 regionais que se articulou, eu acho que aí quem deve conduzir isso é a Urcmas, a Urcmas que seria responsável de articular esse Dia D, porque nesse momento você também está articulando a Urcmas, e aí o estado faria uma reunião com um representante da Urcmas de cada região para afirmar esse trabalho aí de organização, poderia ter também as teleconferência, mas teria esse grupo de trabalho para esse Dia D. **Simone:** Olha só gente tem várias sugestões aqui, acho que depois desse debate do pleno a comissão de acompanhamento ela tem muitas condições de discutir, eu só vou fazer uma síntese pra ver se é isso mesmo, compreendi que o território municipal, regional e estadual então tem que pensar mesmo que a gente não consiga em todos os territórios a gente tem que pensar dessa forma, compreendi que aqui tem várias sugestões, tem gente que está sugerindo que o Dia D seja Dia D conselho de defender o Suas, tem gente defendendo que o Dia D seja o Dia D pautar os usuários do Suas, então a comissão tem que discutir que talvez o Dia D de cada ano seja o Dia D alguma coisa vinculada ao Suas, tem várias sugestões também de reuniões aqui que a gente deve utilizar de todas elas, então acho que há momentos pra comissão de acompanhamento fazer uma proposta e trazer para o nosso pleno, o próximo pleno pra gente fazer uma Resolução então decidindo sobre o Dia D, isso é muito legal que dá uma resposta imediata também para os Fóruns de Conselhos, Usuários, Trabalhadores e Entidades, compreendi também por um debate que nós fizemos aqui que todos concordaram que antes da gente tomar qualquer decisão sobre a mobilização do Referendum Popular contra a Emenda Constitucional 95 nós devemos também ter mais informações, nesse sentido consultou aqui os meus colegas da Presidência Ampliada, então nós vamos encaminhar para o nosso Presidente para que ele represente o nosso Conselho Estadual na reunião do dia 8 no Rio de Janeiro, OK? tomo mundo balançou a cabeça sinal que todos concordaram com o encaminhamento. Eu vou proceder então aos outros pontos de deliberação, Consolação me ajude a localizar os papéis, obrigada Consolação. Ponto 2 – Denúncia de Monte Carmelo coloque ali para o pessoal lembrar, então a sugestão é, encaminhamento: 1 ofício a denunciante direcionando-a aos órgãos competentes como Sindicato e Entidade de Conselho; também ofício ao CRESS, solicitando informações sobre procedimentos adotados, em relação ao processo movido contra a servidora; ofício ao Conselho Municipal orientando quanto a necessidade e adequação das normativas a lógica do Suas, leis e regimentos internos. Conselheiros que concordam com os encaminhamentos feitos pela comissão de acompanhamento de conselhos por favor levantem o crachá? Podem abaixar, contrários, abstenções, então foi aprovado por unanimidade. Encaminhamento do Ponto 3: foi análise de denúncias de João Pinheiro, então encaminhamento para o pleno, a comissão deliberou pelo arquivamento do processo, por considerar que as medidas já foram tomadas e as situações resolvida conforme constatado por visita da conselheira e informes do Conselho Municipal, conselheiros que concordam com a proposição da comissão por favor levantem os crachás, podem abaixar, contrários, abstenções. Ela também foi aprovada por unanimidade. Ponto 4: Tem discussão do ponto 4 antes da gente encaminhar, Débora por favor. **Débora** – Sedese: Eu queria dar na verdade eu não sei se é um informe e contribuir aí com o encaminhamento que está posto as respeito da situação de Pedro Leopoldo, dizer que a Sedese já foi provocada, em relação a essa situação, através do conselheiros Helder, nós fizemos uma reunião então com a secretária do município, vieram alguns trabalhadores e alguns profissionais que atuam na gestão, realmente a cidade está passando por uma situação complicada, a gente tem lá, na época que a gente fez a reunião o CRAS estava fechado sem funcionamento, na cidade tem 2 CRAS, 1 deles estava fechado sem funcionamento por que as trabalhadoras estavam sendo ameaçadas por negação de benefício eventual, nós fizemos e deixamos bem claro que o papel da Sedese é de orientação, então a partir dessa reunião nós produzimos uma

Nota Técnica que a gente pode disponibilizar aqui para a comissão com todas as questões que a gente observou que não estavam de acordo com as normativas do Suas, explicamos alguns pontos trazendo mais elementos para discussão, o CRAS e o CREAS sem coordenação, então isso estava fazendo com que não tivesse lá no município gestão do território, então os técnicos sozinhos no trabalho social com famílias e sem ninguém que fizessem a gestão do território isso dificulta obviamente a relação que se estabelece com os territórios, então os usuários sem uma coordenação pra fazer gestão dos pontos principais que a gente apontou, o município está vivendo dificuldades com a lei de responsabilidade fiscal, a gente se prontificou a poder trazer algumas orientações, ou ajudar pensar saídas nesse sentido, e nesse interim a gente havia marcado junto com a secretária, a equipe que lá foi, uma reunião com o Prefeito, porque a secretária também comentou e a gente sabe que isso acontece em vários municípios da dificuldade que a própria área da assistência social tem no debate com prefeitos, com os contadores, a respeito de trazer a importância da área da assistência social, a gente apoiaria a Secretária nessa reunião com o prefeito e aí a gente já estava no carro no caminho indo pra lá, a equipe toda da Sedese de Cadastro Único, da Proteção Social Básica, quando recebemos um telefonema da Secretária desmarcando a reunião, tivemos notícias eu não sei se o Helder quer comentar alguma coisa, que o CRAS voltou a funcionar mas tudo na mesma condição, então o que eu quero dizer com isso, porque a comissão falou que vai oficializar a Sedese para a Sedese se inteirar, então quer dizer que a Sedese não só já está inteirada como já introduziu algumas questões em relação a isso, avaliação que a gente faz e com o arrefecimento da gestão faz de receber a orientação nesse interim também eu quero dizer que eu recebi um telefonema enquanto Sedese da Promotoria local falando que já está acompanhando que também já estabeleceu algumas partes, termo de ajustamento de conduta, ação civil pública lá também no município e nada ocorreu, então eu queria propor que no encaminhamento de que for oficializar a Sedese, que o Ceas no caso também foi provocado, se alinhasse com essa ação que já está sendo feita, a secretária ficou de marcar uma nova reunião e que fossemos juntos então Sedese e Ceas nessa reunião pra fazer já as orientações necessárias, convocasse então o Conselho Municipal de Assistência Social que é interlocutor do Ceas e a gente provoca junto essa reunião que de fato ela é importante que aconteça lá até pra apoiar a Secretária nas ações que precisam ser feitas lá. **Simone:** Ok gente, vocês compreenderam, então a comissão ia oficializar a Sedese, a Sedese foi oficializada nesse pleno já se manifestou também nesse pleno e está então dizendo pra gente mudar aqui o encaminhamento para que junte os esforços do Conselho Estadual e da Sedese no apoio técnico, político pra enfrentar junto essa situação. Ok? Pode ser coordenadora Soyla? Tudo bem gente, então beleza, então vamos para o ponto 5. Ponto 5: denúncia do município de Sacramento, encaminhamento: oficializar o Conselho Municipal solicitando as cópias das 3 últimas atas de reunião, regimento interno, lei de criação do Conselho Municipal, calendário de reuniões, informar se aprovou o plano de assistência social e até a periodicidade que foi apresentado a prestação de contas pela gestão. Conselheiros que concordam com a proposição, por favor levante os crachás, contrários, abstenções, vou só lembrar que a comissão de acompanhamento pode utilizar o Censo Suas, viu gente, tem todas essas informações lá. Ponto 6: análise dos reflexos do decreto estadual 47.402/2018 de 24 de abril de 2018 que estabelece a nova configuração regional da Sedese que impacta quantitativamente na composição das Urcmas, há casos em que chega a 30 municípios alterados, definir procedimentos a adotar, encaminhamento: solicitar a Sedese que explique a plenários critérios utilizados estabelecimentos adotados para a nova configuração da Sedese. Então, houve toda uma discussão aí com todos os diretores regionais, essa também é uma reivindicação antigas de vários municípios de que houvesse uma nova reconfiguração das diretorias regionais e isso impactou e está impactando a organização das Urcmas, então a sugestão é convidar a Sedese para que ela possa então trazer o

debate para o Conselho Estadual. Conselheiros que concordam com esse encaminhamento, por favor, levante os crachás, contrários, abstenções. Então todos são favoráveis. Ponto 7: Solicitação de capacitação enviado pelo gestor de assistência social, presidente do conselho municipal do município de Jaboticatubas, região metropolitana, o encaminhamento para deliberação em pleno é fazer contato com a Urcmas metropolitana, solicitar que pautem o tema em uma reunião da Urcmas, informar sobre a solicitação Ceas, necessidade de atendimento conjunto por apresentar uma demanda recorrente por diversos municípios, informar que o Ceas disponibilizará os conselheiros para essa reunião, então os conselheiros favoráveis a este encaminhamento, por favor, levantem os crachás, podem abaixar, contrários, abstenções. Todos aprovados. Então quero parabenizar a comissão de acompanhamento de conselhos pela belíssima reunião e relatório, meus parabéns. Chamo já de uma vez a coordenação de orçamento para fazer seu relato, que precisa de quórum qualificado coordenadora Ivone, convidar também a Superintendente do Fundo Estadual de Assistência Social a Cláudia, Superintendente Cláudia pedir a ela que se sente aqui conosco, apresentá-la ao Conselho Estadual, dizer que a Cláudia assumiu a Superintendência do Fundo do Estadual, vai fazer um mês mais ou menos, mas ela é funcionária, funcionária de carreira da Sedese, a muitos anos trabalha lá na Subsecretaria de Assistência Social e agora a Superintendência, é uma Superintendência nova, tem um desafio grande de trazer a gestão do Fundo Estadual para a Sedese, construir a gestão, a autonomia da gestão não é uma tarefa simples e fácil, bem que podia ser mas não é, então nós temos um desafio grande de constituir de fato a Superintendência a gente vem se esforçando nisso, pelo menos dessa arrancada final do nosso governo, a gente quer estabelecer procedimentos que configurem o status de assistência social que essa política merece no estado de Minas Gerais. Então eu quero de público agradecer muito a Cláudia, toda a equipe dela, parabenizá-la dizer que ela será sempre muito bem vinda a este conselho, viu Superintendente Cláudia, este conselho tem convicção de que a materialidade do que a gente discute aqui é você quem realiza, então que você tenha também essa responsabilidade, essa certeza de que estamos juntos, é muito bemvinda. Vou passar então para a Ivone para que ela proceda os informes da nossa comissão. **Ivone-Cogemas:** Então a reunião da comissão de orçamento ela aconteceu ontem, 19-07 às 13:30h na sala de reunião do 4º andar com a presença dos seguintes conselheiros: Ivone, João Alves, Simone Albuquerque, Rodrigo, Wilson, a conselheira Juanita foi justificada por estar de férias, e a Superintendente, a Cláudia e o César também, com a presença também da nossa secretária executiva a Consolação que também justificou a ausência da Fernanda, técnica da secretaria executiva por motivo de férias. Então os pontos, o primeiro ponto é a prestação e contas referente ao primeiro trimestre de 2018, janeiro, fevereiro e março, está na tela ali, então nesse primeiro ponto foi a ação seria a Rede Cuidar, o incentivo financeiro e material à unidades sócio-assistenciais o valor que foi da Loas orçamentária é R\$10.000,00 a meta física foi 333 unidades sócio-assistenciais. **Simone:** Só um minutinho Ivone só pra gente acertar a sua boca com a demonstração. Nós vamos só fazer uma consertação. **Ivone:** Então, nesse programa no primeiro trimestre a execução financeira não aconteceu. Outra ação é a gestão e monitoramento do programa Rede Cuidar, o valor da Loas Orçamentária é R\$100.000,00 a meta física 333 unidades sócio-assistenciais e também a execução financeira não ocorreu nesse primeiro trimestre. As ações do primeiro trimestre no âmbito das unidades, aprovadas no programa Rede Cuidar em 2017 foram realizadas ações de continuidade de implementação do programa, sendo assim orientações foram repassadas diretamente aos municípios e entidades por meio de contato telefônico e email, as unidades aprovadas e reprovadas no Programa Rede Cuidar com informações sobre os requisitos cadastrais para parceria, entre a administração pública estadual e entidades de organizações da assistência social no âmbito do Suas, assessoramento acerca dos objetivos da parceria e utilização do recurso, informações sobre o Programa Rede Cuidar, e acesso



ao Sistema Rede Cuidar, além disso com vista ao atendimento do eixo 2 do Programa Rede Cuidar, a saber, apoio técnico e capacitação: no dia 22-03-2018 foi realizada uma videoconferência destinada aos Secretários Municipais de Assistência Social, dirigentes, coordenadores, e trabalhadores das entidades e unidades governamentais, que ofertam serviços à acolhimento para crianças, adolescentes e idosos e pessoas com deficiência que integram a Rede Cuidar, com até temática e orientações as unidades contempladas com a Rede Cuidar. O outro programa, é o programa Qualifica Suas, que tem também as ações, capacitação continuada do Suas, o valor do orçamento aprovado na Loas foi R\$1.940.811,00 valor do orçamento com alteração de créditos R\$3.386.205,58 valor de suplementação de R\$1.445.394,58 a meta física pactuada 8 mil pessoas qualificadas, a execução física 727 (9,1%) já executadas. Ações: Durante os meses de janeiro a março de 2018 foram elaboradas estratégias para continuação da execução da segunda fase do CapacitaSuas que terá início no mês de junho e será encerrado em julho, o curso será ofertado é o de “Atualização sobre a organização e oferta do serviços da proteção social especial”, o caderno com conteúdo estadual está em processo de construção e o seminário de lançamento do caderno está previsto para o dia 04-06 junto com a Fundação João Pinheiro a Sedese está finalizando a matriz pedagógica e a oficina de alinhamento para os professores com previsão para acontecer nos dias 23 e 25 de maio, isso porque a prestação de contas ela já era pra ter feito antes, então nós estamos falando do primeiro trimestre, estamos vendo que já foi executado. Vigilância e apoio técnico aos municípios de aprimoramento do Suas, dotação orçamentária, valor do orçamento aprovado R\$1.781.790,00 valor do orçamento com alteração dos créditos R\$2.040.613,71 valor da suplementação R\$258.823,71 a meta física pactuada é os 853 municípios apoiados. Consolidação da execução orçamentária, financeira e física da estação, execução física, municípios apoiados 210 municípios (24,5%), execução orçamentária empenhado R\$132.679,00 (6,5%), execução orçamentária liquidada R\$106.952,17 (5,2%), execução financeira paga R\$107.617,81 (5,3%), as ações por apoio técnico pela proteção social básica e na proteção social especial, outro programa é oferta de proteção especial, piso fixo aí o valor do orçamento aprovado na Loas R\$54.045.703,00 o valor do orçamento com alteração dos créditos R\$54.045.703,00 meta física 853 municípios atendidos, a execução financeira não ocorreu no primeiro trimestre estamos com 12 parcelas em atraso. Ações da Diretoria da Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social: auxiliar os municípios no preenchimento do plano de serviço, realizar os empenhos liquidados e pagamentos, auxiliar os municípios no preenchimento do demonstrativo anual de execução da receita e da despesa. Ações da Diretoria de Vigilância Sócio-Assistencial: monitoramento da utilização dos recursos do cofinanciamento, do piso mineiro fixo, por meio do SINSUAS, piso variável, valor do orçamento aprovado R\$6.526.470,00 valor do orçamento para alteração dos créditos R\$6.658.470,00 valor da suplementação R\$132.000,00 meta física pactuada 200 municípios cofinanciados. No primeiro semestre o tipo de execução: execução física, municípios cofinanciados: 8 (4%), execução orçamentária empenhados R\$122.000,00 (1,84%), execução orçamentária liquidado R\$122.000,00 (1,84%), execução financeira paga R\$110.000,00 (1,75%), ações da Diretoria de Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social: auxiliar os município no preenchimento do plano de serviço, realizar os empenho, liquidação e pagamento, ações da Diretoria de Proteção Social Básica, realizar monitoramento relativo a série história, ações da Diretoria de Proteção Social Especial, realizar monitoramento relativo a série história, serviço do termo de aceite e cofinanciamento federal e cofinanciamento para municípios decorrentes de negociação com o Ministério Público, oferta direta da Proteção Social Especial, valor do orçamento aprovado R\$8.107.694,00 meta física pactuada no PPAG, 47 unidades cofinanciadas, execução física, unidade cofinanciada 47 (100%). As ações da Diretoria de Proteção Social Especial: A Diretoria de Proteção Social Especial realizam acompanhamento do atendimento aos

usuários do serviço por meio de relatórios e email, contatos telefônicos e visitas técnicas, os recursos financeiros repassados as entidades são necessários para manutenção de atendimento ao público alvo ao acolhido para que sejam oferecido todo atendimento necessário adequado em consonância com as diretrizes estabelecidas pela política de assistência social, são compromissos e responsabilidades estabelecidas no convênio: oferecer atendimento de qualidade garantindo proteção e acesso efetivo ao serviço de saúde, educação, cultura e lazer, visando pleno desenvolvimento e o exercício de cidadania dos usuários do programa. Serviço regionalizados: o valor do orçamento aprovado na Loas R\$8.939.990,00 valor do orçamento com alterações de créditos R\$9.281.093,84 valor da suplementação R\$341.103,84 meta física pactuada no PPAG, 13 serviços implantados mantidos. No primeiro trimestre, tipo de execução: execução física, serviços implantados: 9 (82%), execução orçamentária empenhado R\$693.319,32 (7,76%), execução orçamentária liquidada R\$554.029,90 (6,42%), execução financeira paga R\$535.111,92 (5,99%), ações da Diretoria de Proteção Social Especial: organizar a oferta regional, acompanhar o processo de implantação dos serviços regionais e municipais resultantes do reordenamento dos CREAS regionais, conforme projeto de implantação, sistematizar as orientações técnicas sobre a execução dos serviços regionais, acompanhar a criação da central de acolhimento e monitorar a execução do serviço. Transferência de Renda apenas uma janela orçamentária, valor do orçamento aprovado na Loas R\$10.000.000,00 meta física pactuada no PPAG 10 famílias beneficiadas, execução financeira não ocorreu no primeiro trimestre, apoio do controle social e a gestão compartilhada do Suas, operacionalização da gestão compartilhada e participativa do Suas, valor do orçamento aprovado no Loas R\$539.807,00, valor do orçamento e alterações de créditos R\$683.807,00 valor da suplementação R\$144.000,00 meta física pactuada no PPAG, 38 instâncias regionais de gestão compartilhadas criadas, execução financeira não ocorreu no primeiro trimestre. Ações realizadas no primeiro trimestre: no primeiro trimestre o CEAS dedicou-se a elaboração de uma proposta para apoiar e criar as Urcmas e Fóruns regionais, ação que não demandou utilização de recurso, atualmente temos criadas 13 Urcmas, 7 Fóruns Regionais de Trabalhadores, e 5 Fóruns Regionais de Usuários, ainda comissões provisórias, 9 para criar Urcmas, 15 de Trabalhadores e 17 de Usuários. Foram realizados também reuniões de comissões intergestores bipartite, a CIB no mês de março de 2018 quando houve pactuações por meio das seguintes resoluções: 01 de 2018 que institui câmara técnica no âmbito da CIB para discutir propostas de acolhimento de crianças e adolescentes ameaçados de morte em Minas Gerais, considerando inquérito civil DU NT 02415017190-1 e a resolução 02 de 2018 pactua o relatório de avaliação e monitoramento referente as metas para o estado no âmbito do pacto de aprimoramento do Suas para o quadriênio de 2016 a 2019 definidas na resolução da Cit nº 01 de 2017, não houve implantação de comissão regional de gestão compartilhada no primeiro trimestre de 2018. Manutenção do Conselho Estadual de Assistência Social e Conferência Estadual de Assistência Social, valor do orçamento aprovado na Loa R\$545.412,00 valor do orçamento com alterações de créditos R\$1.208.523,83 valor da suplementação R\$663.121,83 meta física pactuada no PPAG: 1 conselho apoiado. Primeiro trimestre tipo de execução, a execução física do conselho mantido 1 (100%), execução orçamentária empenhada R\$20.835,68 (1,72%), execução orçamentária liquidada R\$17.211,88 (1,42%), execução financeira paga R\$17.211,88 (1,42%). IOF: Rompimento da Trajetória Infracional dos Adolescentes no Estado, estruturação da política de atendimento em meio aberto, valor do orçamento aprovado na Loa R\$465.542,00 meta física pactuada no PPAG 175 municípios cofinanciados, execução física: pessoas atendidas 15, (0%) execução orçamentária empenhada: zero, execução orçamentária liquidada: zero, execução financeira paga: zero. Ações realizadas no primeiro trimestre: a diretoria de gestão de medidas sócio educativa realizou no primeiro trimestre apoio técnico relativo ao serviço de medidas sócio educativa em meio aberto a 75

municípios com participação de 238 pessoas entre técnicos e gestores, os encontros em Teófilo Otoni foi realizado em parceria com o Ministério Público Estadual da Infância – CREAS, as diretorias regionais as quais os municípios de Teófilo Otoni, estão referenciados: Teófilo Otoni, Almenara, Diamantina, Araçuaí, participaram as equipes do CREAS regionais, o encontro realizado em articulação com a diretoria regional de Poços de Caldas teve excelente adesão e participação, as atividades do PET tem continuidade com o atendimento aos municípios com orientação para continuidade das ações pactuadas nos encontros regionais por meio do uso de materiais pedagógicos estabilizados, para o CapacitaSuas para proteção social especial foi elaborado um texto de orientação para uso dos referidos materiais. Indicação agora vem as deliberações da nossa comissão. Indicação da comissão, considerando que ainda não existia programação com prazo para execução orçamentária nesse trimestre, a comissão indica pela aprovação desta prestação de contas, então a deliberação da plenária é que vai definir, mas a comissão indicou pela aprovação. **Simone:** Ivone, vou fazer uma proposta tendo em vista a densidade do tema pra gente ir ponto por ponto, pode ser conselheiros? Vamos discutir primeiro aqui a prestação de contas, só lembrando ao conselho que pela lei estadual de 3 em 3 meses, trimestre que a Sedese tem a obrigação de trazer a prestação de contas para o Conselho Estadual, então essa que a gente está analisando aqui é do primeiro trimestre, janeiro, fevereiro e março. Então está em discussão. Quem? **Camila:** Então assim, eu achei muito denso as informações eu queria que a comissão falasse de uma forma mais sucinta. **Simone:** É, eu vou tentar, tá Camila. A gente vem tentando gente, aproximar cada vez mais, eu vou da execução da política, primeiro tem muitos conselheiros aqui que são conselheiros, super sérios, são muitos comprometidos mas não tem nenhuma obrigação de ter intimidade com a rotina da gestão da política, por isso que nós temos que ter muita paciência entre nós mesmos, então gente olha só, o que a Sedese faz, como ela coordena concretamente a política estadual em Minas Gerais, primeira obrigação dela é financiar os municípios, nós financiamos os municípios como? Todos os municípios tem cofinanciamento através do piso mineiro fixo, então ali tem uma ação que é, cofinanciar os 853 municípios com o piso mineiro fixo, nesse primeiro trimestre nós não passamos o cofinanciamento, porque? Porque tem um decreto do governador que só saiu em fevereiro, e só depois de fevereiro é que nós tivemos então um planejamento do estado para o cofinanciamento dos municípios. Ok? A outra ação nossa é a regionalização é a oferta da proteção especial, uma parte do dinheiro da regionalização que é a abertura dos CREAS regionais, o cofinanciamento da referência técnica dos municípios de pequeno porte, ela é feita com recurso federal que é a fonte 56, a fonte do governo do estado é a fonte 71, a fonte 56 no primeiro trimestre nós não abrimos nenhum CREAS regional novo porque também não tinha orçamento aberto para tal e nem planejamento, o que nós fizemos no primeiro trimestre foi manutenção, mesmo assim não tinha orçamento aberto para manutenção, a gente continuou fazendo com os contratos que estavam em vigor, a outra ação nossa é o Qualifica Suas que é um programa estadual que eu volto a dizer foi aprovado a 4 anos atrás portanto ele já tem metas para todos os anos, 2015, 2016, 2017, 2018, aí dona Ivone foi falar dele e falou assim gente eu estou falando do primeiro trimestre mas isso aqui o Conselho viu acontecer, que no primeiro trimestre nós fizemos o que programamos os cursos desse ano, então como é que a gente programou? Nós fizemos o conteúdo que é caderno que a gente faz com a parceria da Associação Mineira de Municípios, então contratou o consultor, fez o caderno, fez o conteúdo, fez o seminário, fez a oficina, fez o alinhamento no primeiro trimestre, porque a realização do curso só foi agora, está terminando semana que vem a gente termina as últimas turmas do Capacita. A outra é o apoio técnico, apoio técnico a gente faz direto, mostrou ali também, todas as nossas Superintendências fazem, da Básica, da Especial, da Gestão, da Vigilância, todas fazem, faz supervisão também, a supervisão também a gente faz em parceria em Associação Mineira de Municípios, e também a outra coisa que a Sedese faz tem a ver com um cofinanciamento

pra Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, isso também não aconteceu no primeiro trimestre porque a pactuação ela foi na CIB e foi depois, foi no ano passado aliás, e ficou em restos a pagar e em fevereiro também no primeiro trimestre a gente não tinha nenhum planejamento de cofinanciamento desses municípios, então eu tentei sistematizar rapidamente o que está escrito aí pro primeiro trimestre. Está em discussão ainda. Então não havendo quem queira discutir eu vou colocar em aprovação. Como é quórum qualificado então eu vou pedir para os conselheiros para votarem, manterem o voto e a Consolidação vai contar pra nós. Então por favor, conselheiros favoráveis a aprovação das contas do 1º trimestre de 2018, por favor, levantem os crachás, permaneçam como estão, podem abaixar, contrários, abstenções. Então o primeiro ponto foi aprovado. Por favor, conselheira Ivone proceda o relatório da comissão. **Ivone:** O segundo ponto vai falar da reprogramação dos saldos pra suplementação em conta para 2018 no plano de aplicação da LOA 2018. O saldo das contas federais em 31-12-2018 para reprogramação: Programa Capacita Suas. A conta 21311-x, o saldo R\$877.833,26 - execução do programa Qualifica Suas. O programa ações estratégica do programa de erradicação do trabalho infantil, a conta 21299-7 o saldo R\$1.306.046,74, execução das ações estratégicas do trabalho infantil e Qualifica Suas. Proteção Social Especial, bloco da proteção especial de Alta Complexidade, conta 21305-5 Valor R\$391.499,65 reprogramação, residência inclusiva de execução direta do estado, convênios vigentes, proteção especial, bloco de proteção especial de média complexidade conta 21307-1 saldo R\$509.949,53 reprogramação implantação e manutenção do CREAS regionalizado e referência técnica da especial. Da Gestão, IGD Suas conta 21301-2 valor R\$262.750,45 reprogramação, programa Qualifica Suas apoio e supervisão técnica e ações de capacitação, manutenção de ações de gestão da Subas e manutenção das ações de gestão do Ceas. Gestão IGD bolsa, conta 21303-9 valor R\$588.964,13 reprogramação: programa do Qualifica Suas apoio supervisão técnica e ações de capacitação mais manutenção de ações da Subas e manutenção de ações de gestão do Ceas, total da gestão de saldo R\$851.714,58 total geral dos saldos R\$3.937.043,76 indicação comissão de pela aprovação, considerando que estamos no momento de adequação para o ano. **Simone:** Em discussão, bem eu vou só tentar colaborar aqui, gente olha só, o Fundo Estadual ele recebe cofinanciamento federal recebe pra apoiar a gestão o IGD Suas e IGD do Bolsa, o IGD do Bolsa do estado ele é calculado de acordo com a média do IGD dos municípios, então todo apoio técnico por exemplo que a área de benefícios lá da Superintendência da básica faz, é apoiar os municípios pra eles terem um bom cadastramento, manter as crianças na escola, vacinar as crianças, e as gestantes terem consultas regulares, isso melhora o IGD dos municípios, ao melhorar o IGD dos municípios melhora também o IGD do estado. Então a gente recebe, tem um teto, tem um valor máximo e o IGD ele pode melhorar ou piorar, a gente tem melhorado o IGD dos municípios portanto, também temos melhorado o IGD Bolsa do estado. Então a gente recebe o IGD do bolsa, ele para melhorar a gestão do bolsa família, e recebemos o IGD SUAS também que é o indicador também o IGD do SUAS ele é calculado através do ID CRAS que é o indicador do CRAS, então soma o indicador do CRAS do estado de Minas Gerais mais a execução financeira dos municípios, isso dá o IGD SUAS do Estado. Então esses são os recursos da Gestão, a gente recebe também pra gestão do programa de erradicação do Trabalho Infantil chama ações estratégicas do Pet e para a regionalização que agora é um bloco só o dinheiro fica todo dentro de uma conta só, que é da Proteção Especial que os governos estaduais também recebe no caso de Minas a gente recebe pra cofinanciar a implantação do CREAS regional e também para Alta Complexidade pro serviço de acolhimento, no bloco da Gestão o que aconteceu? Aconteceu que quando a gente chegou aqui tinha um saldo enorme na conta, não conseguia gastar de jeito nenhum, acho que uma turma mesmo que não era conselheiro lembra do debate do saldo. Então o que nós fizemos, nós criamos um programa estadual onde todo recurso da gestão vai pra ele porque

se você pegar cada dinheirinho desse separadamente e for executar um por um, primeiro pode ficar parecendo que a gente pode estar fatiando a licitação, isso o Tribunal de Contas cai de cima, se você ficar, eu quero um gráfica pro Pet, uma gráfica pro acolhimento, você não pode fazer isso você tem que fazer uma licitação grandona, e então o que nós fizemos? Nós pegamos toda a dotação que vem que é um pouco de cada um criamos um programa estadual e executamos tudo dentro desse programa, pelo menos uma grande parte, a não ser quando a gente quer, vou fazer uma coisa específica por que é importante por exemplo o Pet, o Pet a gente fez uma coisa específica pro Pet, mais algumas coisas a gente está fazendo junto também, porque no Capacita Suas tem conteúdo do curso que é pro Pet senão a gente não consegue gastar, isso eu posso garantir pra vocês pela minha experiência que eu tenho de gestão. Então nós juntamos tudo e junto o saldo também, vou lembrar aqui que desde ano passado que a gente não tem mais saldo, o que é saldo? Mais de 10 parcelas na conta do Fundo Estadual, nós não temos mais, tanto que há muito tempo que a gente não deixa de receber recurso porque tem saldo em conta, a gente está falando aqui saldo, mais nem deveria estar falando assim, é o recurso de 2017 que está em conta em 2018, senão fica parecendo que nós estamos com saldo no Fundo, então explicando isso pra dizer a estratégia por isso que eu fiquei esbravejando aqui na última reunião, falando, como é que vai fazer? Vai fazer a reprogramação de saldo de novo? Porque já tem autorização do Conselho pra gente utilizar no Qualifica Suas, mas não tem programa, isso não tem problema, vamos discutir de novo? Vamos, então eu estou só explicando isso porque aí por exemplo na hora que foi contratar a empresa porque nós contratamos para 3 anos pro Capacita, então já realizou aí nós vamos pagar o final agora, então vai ficar o final, vai pagar hospedagem agora no final, mas contratado desde 2015, e a gente vai lá manejando esse dinheiro para arcar com os contratos. Pra Proteção Especial aí já é pra implantação dos CREAS e pra cofinanciamento e pra implantação do serviço de acolhimento da proteção especial, então é isso que nós estamos votando aqui de novo, que a gente vai, que os recursos que vem do recurso federal da fonte 56 do governo federal, nós vamos gastar pra finalizar os cursos do capacita SUAS, finalizar a supervisão técnica, que a gente está finalizando uma etapa dela, nós também estamos finalizando apoio técnico, aqui também Ivone, podia mostrar aí gente, porque vocês sabem que eu não enxergo, mas aí também tem a previsão dos gastos dos IGD's que é obrigatório com o controle social, podia mostrar para o conselho ver também, é obrigatório isso, mostrou aí gente, também é importante pra vocês verem, tá lá, tá junto ali, manutenção da gestão das ações do Ceas, mas no plano de aplicação nós colocamos lá, pois não. **Silvana:** O IGD Bolsa Família você disse que ele tem que ser gasto, não é isso e é uma ação que está junto com a Educação, Saúde, Vacinação, não está junto dessa ação, você disse isso? **Simone:** É uma ação intersetorial mas é pra pagar o setor assistência social intersetorial. **Silvana:** Eu sei, eu não estou questionando pra onde vai o recurso não, eu estou querendo potencializar essa ação. **Simone:** É verdade. **Silvana:** Porque é uma discussão que a gente faz, eu sou do programa saúde na escola e a gente no ano passado mesmo nós fizemos uma discussão com a imunização, tentando vacinar, e nós estamos vendo hoje que nós estamos com dificuldade de vacinar as crianças, o que nós podemos potencializar nessa ação, a saúde, educação, assistência social para que a gente consiga de fato, vacinar essas crianças na escola, sabe, não sei, eu acho um lugar que a gente possa potencializar o recurso, a ação e atingir uma meta que a gente está vendo inclusive na imprensa que não estamos atingindo. **Simone:** Com certeza, tem várias coisas que podem ser feitas de forma intersetorial. Quer falar Débora? **Débora:** Só dizer que a gente tem uma comissão intersetorial que é coordenado lá pela Diretoria de Benefícios e Transferência de Renda que pertence a Superintendência na qual eu respondo, e junto com a Educação e com a Saúde, e a gente tem feito vários trabalhos junto inclusive a gente fez uma oficina com os chamados municípios prioritários, que são os municípios que estão com baixo índice nas condicionalidades, no comprimento, também na

atualização, então a gente tem feito isso, o pessoal da educação tem participado, aí a gente pode levar essa pauta que você trouxe lá pra próxima reunião. **Simone:** Ah conselheira, sexta-feira eu acho que já estou ficando cansada, Luanda representa o conselho estadual de assistência social no comitê intersetorial do bolsa família, então Luanda uma coisa importante de você levar é essa questão colocada pela conselheira Silvana, que tipo de ações intersetoriais a gente pode programar pra aumentar o índice de vacinação no estado de Minas Gerais. Mais alguém? Cris, essa pergunta você quer fazer aqui pra todo mundo? **Cristiane:** Então porque é uma dúvida que eu tenho Simone, essa dúvida eu estava discutindo com outra pessoa, num município menor, porque o IGD é um índice, esse índice ele fica congelado com a PEC 95? **Simone:** Não, veja só nós temos o orçamento da seguridade social, esses 2 tipos de orçamento que compõe o orçamento da seguridade social: 1 é sua contribuição na sua folha de pagamento todo mês vai lá e desconta da previdência a parte contributiva do orçamento, nós brasileiros que temos carteira assinada todo mês vai lá e desconta no salário dele uma parte que vai pra seguridade social e, tem também uma parte que vai do orçamento geral que vai pra seguridade social esse orçamento é pra dividir pra saúde, previdência e assistência social para todas as 3 é o mesmo orçamento então o que vai acontecer com a PEC, ele está congelado esse orçamento, é esse orçamento que está congelado aqui dentro nós vamos nos matar um com os outros, saúde vai brigar com a assistência que vai disputar com a previdência, então vai ficar os benefícios previdenciários contributivos disputando com o BPC, não é à toa que o BPC entrou na reforma da previdência já é consequência da Emenda Constitucional 95 porque se você desvincula o BPC do salário mínimo você vai ter menos dinheiro gasto com a benefício de prestação continuada, isso indo para 3 áreas, dentro do Ministério do Desenvolvimento Social a morte já está acontecendo já está à disputa, então não é que vai congelar o IGD, vai ter dinheiro para o BPC, para o Bolsa Família, para os serviços ou para a Gestão? Eles já criaram uma estratégia do IGD SUAS, acabou o teto do IGD SUAS, nós vimos agora no plano de ação, vocês vão ver aqui, nós vamos mostrar, Gabriele vai mostrar o plano de ação desse ano, o que o Ministério já fez? Não tem mais teto para o IGD não, porque antes tinha teto, vou receber tanto mas, para melhorar o meu índice eu posso receber tanto, do IGD SUAS eles já cortaram o teto, a quantidade já vem estabelecida, você não pode mais melhorar o indicador, então vai começar as estratégias, o do bolsa também pode acontecer isso, porque vai disputar, vai ter dinheiro pra isso ou pra aquilo, no serviço está acontecendo o quê? Não tem dotação orçamentária pra gente chegar até o final do serviço do PAIF do PAEFI, eles estão pegando esse dinheiro e criando Criança Feliz, criando isso, criando aquilo, o orçamento já está em disputa, essa disputa vai acirrar muito, todo ano vai ter menos orçamento, todo ano menos até ao gente derrubar a Emenda Constitucional 95, pois não? **Bruno** –CMAS Juiz de Fora, Simone levantou uma coisa muito importante aqui que eu acho que a gente tem que fazer uma reflexão muito séria a respeito do que está acontecendo, o governo federal ele tem aberto mão ,eu venho falando nisso muitas vezes alguém aqui que participa de mais reuniões em comum comigo já deve ter ouvido isso algumas vezes, o governo federal ele tem aberto mão de um imposto que compõe verba para a seguridade social esse imposto é o imposto sindical, então nós estamos falando que o governo não quer, eu estou generalizando, mas eu estou falando que o governo não quer receber o dinheiro do sindicato, ele não quer, ele está abrindo mão e ainda por cima ele está fazendo com que eu tenho mais dificuldade de gastar esse dinheiro, eu tenho mais gastos com esse dinheiro e eu tenho menos arrecadação. Uma previsão feita que eu já tenho, porque a seguridade social ela compõe verba pra pagar por exemplo, seguro desemprego, licença maternidade, uma previsão que eu tenho é que no futuro se o cenário continuar desse jeito, o nosso seguro desemprego vai diminuir, a licença maternidade vai diminuir, porque não vai ter dinheiro para poder pagar essas pessoas, a única coisa que eu quero que fique claro é o seguinte, ele está abrindo mão de um imposto,

não é pra ajudar o trabalhador porque 1 dia de salário por ano do trabalhador não vai fazer diferença, não é pra ajudar o trabalhador, ele está abrindo mão desse dinheiro por algum motivo que a gente ainda não entendeu, e ainda por cima está fazendo a gente gastar mais o dinheiro que a gente tem, financeiramente isso não tem o menor sentido. **Maria do Carmo** – CMAS Leopoldina: Eu acho que a gente tem muito pouca oportunidade de expressar a nossa vontade diante do governo federal e a gente está nesse momento com plano de ação que é instrumento importante aberto lá que fala justamente dos valores desses repasses que permanecem congelados por enquanto, só congelados não reduzidos há muito tempo, então o camposinho lá nesse instrumento que o parecer faz a manifestação dele então acho que é um momento onde todos os municípios deveriam ser orientados para se manifestar da sua insatisfação, por enquanto só o congelamento porque no ano que vem vai vim com redução, acho que a gente tem que começar a manifestar, acho que é muito importante esse momento pra gente utilizar essa conversa em forma de documento para o governo federal. **Simone**: Bacana, muito bem Maria do Carmo, concordo plenamente. Em discussão. Então gente não havendo mais quem queira discutir, a Sedese até votou. Os conselheiros favoráveis por favor levantem os crachás, podem abaixar, contrários. Ivone continue por favor. **Ivone**: Terceiro ponto, o plano de aplicação dos recursos, restos a pagar para 2018, o plano de aplicação financeira dos restos a pagar 2018. **Cláudia**: Boa tarde a todos e a todas, esse quadro é o que saiu no decreto porque o governador soltou um decreto contando os limites orçamentários e financeiros, e nesse decreto ele assumiu o compromisso de fazer o cofinanciamento das despesas dos restos a pagar, o primeiro grupo ali é o recurso do FEM, é onde que a gente paga o piso fixo e o piso variável, tem um montante de 77 milhões pra cumprir todas as despesas do piso fixo de 2016 e 2017 e do variável referentes ao exercícios de 2015, 2016 e 2017, ele definiu aqueles valores por quadrimestre, a gente definiu não dividir isso fazer um cronograma de desembolso disso porque a gente não tem governabilidade sobre esse recurso e à medida que a fazenda for liberando o recurso a gente vai realizando os pagamentos, a gente não tem informação do demonstrativo do primeiro trimestre mas, o governo já liberou uma parcela do piso fixo pra gente que vai aparecer no demonstrativo do próximo trimestre que foi realizado em maio, o segundo é também o recurso do tesouro a fonte 10, esse primeiro número 3 é custeio, a diferença do 1 do zero é que o 1 são os prioritário, são os programas prioritários, e a fonte 10 é do tesouro, essa fonte 10 é restos a pagar do Rede Cuidar, que no ano passado a gente fez o cofinanciamento de 10 milhões, a gente pactuou os 10 milhões e ficou o restante pra poder ser pago aí e também as medidas sócio-educativas, que a gente também empenhou, liquidou, não teve o financeiro para poder estar fazendo as transferências, o terceiro, é um restinho de umas OP's que forma realizadas que também está aí do piso fixo de 2015 a gente está só aguardando a liberação para fazer o repagamento também, e o último é recurso da fonte 10 também, tesouro, de investimento é um convênio nosso desde 2011, que Contagem vem pedindo aditivo, pedindo aditivo, a gente já liberou uma parcela, e também tem um restante desse recurso para pagar, outra metade, mas a CODEMG Contagem já está solicitando, já está fazendo uma série de coisas, documento e também tudo que a gente tinha de restos a pagar, ele colocou no decreto de programação orçamentária e financeira, e a liberação é feita de acordo, como é tudo do recurso do tesouro e do FEM ele fica vinculado ao tesouro estadual e é aquilo, tem que liberar para todas as áreas, então a gente fica mais mesmo, não é que não tá sendo feito o pleito, e nem que não estão fazendo nada que a gente tem recebido documentos da Fazenda pedindo planilhas, quais os municípios, quanto dar por município, a secretaria tem se movimentado na solicitação todo mês, referente a todo financeiro, tanto do exercício quanto do resto a pagar, mais diante do cenário, o financeiro do estado, a gente está esperando, está pedindo e está aguardando e torcendo pra vir pra gente poder pagar tudo e encerrar o ano bem bonitinho. **Ivone**: Então, a gente passando a comissão considerando o decreto estadual aí

de reconhecimento da dívida, então a indicação é para aprovação dessa aplicação do recurso do resto a pagar. **Simone:** Em discussão. Então não havendo quem queira discutir vamos proceder. Conselheiros que aprovam a recomendação da comissão, levante os crachás, pode abaixar. Contrários, abstenções? Muito obrigado viu gente. **Ivone:** Tem um quadro aí gente que eu não sei se vocês receberam aí ou não, eu não sei se vai apresentar, tem aí a prestação. Terminou com a prestação de conta. Diante de toda essa situação aí da proposta tudo bem o governador se prontificou e assumiu a dívida de pagar, mas todos nós estamos acompanhando a dificuldade aí da crise fiscal de Minas Gerais e a dificuldade de cumprir com este acordo desse decreto, então a gente conversou lá através do Cogemas uma proposta da gente estar fazendo um momento no pleno da gente conhecer um pouco mais, tomar até mais dessa crise fiscal do estado de Minas Gerais, e a dificuldade desse pagamento do Piso Mineiro, essa questão do financiamento da política para os municípios, porque os municípios também estão vivendo uma crise também e a gente sabe da dificuldade que está do município executar o serviço. Então foi uma sugestão da gente trazer aqui para o pleno, pra ver se os companheiros concordam também de ter esse momento aqui no pleno pra gente convidar, nós sugerimos, a Fundação João Pinheiro, a Seplag, a Assembleia Legislativa, e eu queria aqui da parte do Cogemas, não foi discutido ontem lá na comissão, mas também o Cogemas, que representa os Gestores Municipais de Assistência Social, acrescentar aqui o Cogemas também, pra esse momento aqui no Conselho para que a gente pudesse afinar também as ideias, com relação a essa pauta do financiamento, essa dificuldade fiscal que o estado está passando até para a gente saber orientar os municípios na hora que a gente fosse questionadas também. Eu sugerir pelo Cogemas, trouxe a discussão que o próprio Conselho depois pudesse soltar uma Nota, referente a essa situação aí se depois desse momento a gente entender que é importante soltar uma Nota, aí seria uma Nota do Conselho Estadual da Assistência Social referente ao financiamento Mineiro da política de assistência social, o cofinanciamento. **Simone:** Muito bem, então tem uma proposta da comissão pra esse pleno, no próximo pleno do mês de agosto sobre a crise fiscal do Estado de Minas Gerais, e sua repercussão do financiamento do piso mineiro, trazendo como convidados a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social, a Secretaria de Planejamento do Estado e a Fundação João Pinheiro, então por favor os conselheiros que concordam com essa proposta por favor levante o crachá, podem abaixar, contrários, abstenção, então está aprovado. Nós já temos 2 temas para próximo pleno, período eleitoral e suas consequências, no Conselho Estadual e agora o debate sobre a crise fiscal do estado, agora vocês podem bater palmas pra nossa querida conselheira, muito obrigado, e agora eu vou agradecer a Superintendente Cláudia dizer a ela que se ela quiser continuar entre nós que ela fique à vontade mas, também fique à vontade se quiser sair também, muito obrigada pela presença, agora quero chamar para compor a mesa conosco, a Diretora de Serviço da Proteção Básica a Elizabeth, a Diretora de Vigilância da Sedese, a Gabriele, elas vão ajudar a comissão de política na pauta dela, desculpa Bruno, então eu vou passar para o Coordenador Bruno para que ele possa proceder o relato da comissão. **Bruno – CMAS Juiz de Fora:** Boa tarde a todas e a todos, o primeiro ponto da nossa comissão é o termo de aceite estadual do cofinanciamento federal do programa ACESSUAS Trabalho, a gente vai ter uma explicação breve aqui com a Elizabeth, foi discutido durante a comissão a possibilidade do estado fazer alteração do programa, pelo que eu entendi você vai explicar direitinho eu vou deixar com ela porque se eu ler aqui as perguntas e respostas pode ser que eu cometa alguma equívoco, e o encaminhamento é o parecer da comissão favorável do aceite. **Elizabeth:** Boa tarde a todos, Betinha-Sedese, quer dizer Elizabeth-Sedese: Bom eu vou falar rapidamente sobre o programa Acessuas Trabalho e após falar sobre o aceite. Só um minutinho, é só dizer que o Acessuas trabalho é um programa do SUAS ele está em consonância com as normativas lá na Constituição Federal ele já trás a integração ao mercado de trabalho, e depois a



Resolução 33 de 2011 ele amplia este conceito para integração ao mundo do trabalho. A Resolução de 12 de 2018 institui o programa, as ações do Acessuas é de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade, risco social para garantir direitos de cidadania no mundo do trabalho, a responsabilidade é do órgão gestor da assistência social e suas ações poderão ser executadas de formas direta ou indiretas, os critérios de pactuação lá em 2012 era adesão prévia a vaga de Pronatec, a Resolução 25 ela trás uma grande alteração e ela muda a lógica do programa que antes era de articulação, mobilização e encaminhamento e propõe um novo formato com os 4 eixos, que é identificação e sensibilização dos usuários, desenvolvimento de habilidades pessoais dos usuários e orientação para o mundo do trabalho, acesso à oportunidades e depois vem com monitoramento ao percurso aos usuários, no eixo de identificação e sensibilização, é identificar o público, planejar as ações conjuntos com o PAEF, fomentar as ações de mobilização e elaborar e disponibilizar o material de divulgação, o desenvolvimento de habilidades que aí trás a Resolução 25 trata mais disso é que a questão das oficinas, então você tem a acolhida, construção do plano individual, e o ciclo de oficina que deve possibilitar a preparação, orientação e imediação desses usuários que possa fortalecer sua autonomia e protagonismo para o mundo do trabalho e tem alguns parâmetros sugeridos que é o desenvolvimento de habilidades, acesso ao mundo de trabalho e as formas de inserção no trabalho, trabalho formal, empregabilidade, empreendedorismo, associativismo entre outros. O eixo 3 que é o acesso a oportunidade é importante que façam a realização de diagnóstico territorial integrada a vigilância assistencial, fazer o mapeamento das oportunidades, e de atores de inclusão produtiva, de acordo com o perfil do profissional identificado lá naquela identificação dos usuários, o levantamento e, efetivar o encaminhamento para as oportunidades e o monitoramento do percurso ele vai acompanhar o acesso e a permanência dos usuários na atividade do programa e aí promover encontros, troca de experiência, realizar encontro individuais com os usuários que tiverem sua trajetória interrompida, voluntária ou involuntariamente, e aí garantir o suporte da rede sócio assistenciais e construir estratégias de superação das dificuldades e registrar essas informações de acompanhamento. A equipe do programa ela deverá ser composta por um coordenador de nível superior, um técnico de nível médio e um técnico de nível superior, e agora e município de Porte I ele pode ter somente um coordenador de nível superior e um técnico de nível médio. Quais públicos? Público de populações urbanas e rurais, em situação de vulnerabilidade e risco social e aí com a idade produtiva que é de 14 a 59 anos, e tem alguns públicos que devem considerar, em especial as pessoas com deficiência, pessoas inscritas no CAD, os beneficiários do Bolsa Família, adolescente jovens dos sistemas sócio educativos, egressos, adolescentes jovens do serviço de acolhimentos regressos, adolescente vítima de exploração sexual, jovens do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, jovens negros em territórios do plano juventude viva, família com presença de trabalho infantil, pessoas em situação de privação de liberdade, criança em situação de acolhimento provisório, família com criança de situação de acolhimento provisório, indivíduos e família de moradores em território de risco em decorrência do tráfico de drogas, indivíduo egressos do sistema prisional, pessoas retiradas do trabalho escravo, mulheres vítimas de violência, comunidades de povos tradicionais, população em situação de rua, população LGBT, dentre outros para atender as especificidade dos territórios e regionais, e aí dele ser avaliadas pelo município lá no seu diagnóstico sócio territorial. Agora tratando mais do aceite e dessa nova repactuação de recurso, para o município é repactuação de recurso e para o estado, até então nem o estado tinha o cofinanciamento federal para fazer o apoio técnico aos municípios, em Minas Gerais mesmo da implantação não tendo o cofinanciamento desde 2012 a gente vem prestando apoio técnico aos municípios, a Resolução 13 de 2018 ela trás a aprovação do critérios de partilha de elegibilidade para o exercício de 2018 tanto dos municípios quanto dos estados, em relação

aos municípios os critérios para ilegitimidade que tenham ativos centros de referência da assistência social, CRAS e CREAS, que estejam lá no CADSUAS, e atendam 100 a mais adolescentes na faixa etária de 14 a 21 anos, o serviço de proteção social e adolescente com cumprimento de medidas de sócio educativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade e que possuam 100 a mais indivíduo público potencial compreendido como aquele que correspondem a 30% do total do beneficiário do programa do bolsa família no município ou Distrito Federal na faixa de 14 a 59 anos que é a idade produtiva, e o parágrafo único ele diz que só receberão os municípios que neste novo repasse que comprove a efetivação de até 50% do saldo, aqueles que tiveram a última repactuação que foi na Resolução 3 de 2017, foram 9 municípios que repactuaram nessa Resolução 3 de 2017 e agora pra Resolução 13 de 2018 tem 9 e todos esses 9 estavam entre os que devem então eles tem que gastar até 50% a gente já está fazendo esse levantamento de quem tem esse saldo em conta, quem já gastou e a gente está fazendo a orientação para aqueles que não conseguiu gastar o saldo ainda de até 50%, aí fala que todos os estados serão ilegíveis e cofinanciados, e aí ela trás também a vigência do programa que ela prorroga no período de 2018 a 2021, os municípios que foram elegíveis, os 9 são: Belo Horizonte, Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Poços de Caldas, Uberaba e Uberlândia e o valor do estado que eles vão receber é de R\$250.000,00 anual. A Portaria 2313 ela dispõe sobre esse cofinanciamento e ela diz lá que vai dar anualmente mediante ao repasse de recurso em parcela única direto do fundo a fundo da assistência social e aí assim o estado recebe a parcela de R\$250.000,00 anualmente. Agora em relação ao termo de aceite, é importante dizer que a primeira cláusula ela estabelece esse compromisso e responsabilidade do estado decorrente do cofinanciamento e que o termo de aceite ele tem o prazo de até 30 de novembro de 2018 para realização do aceite, só que eu acabei agora, eu já tinha essa informação, acabamos de receber um email do MDS dizendo que agora formalizando de quem fizer o termo de aceite até 30 de agosto esse recurso vai ser antecipado, ontem eu falei pra eles que a gente tinha um parecer do MDS mas hoje é oficial a gente pode até dispor desse recurso, só lembrando que hoje com a nova repactuação a gente tem 181 municípios ativos, com essa nova repactuação a gente já faz o apoio técnico e o aceite ele trás pra gente uma oportunidade e mais responsabilidade em relação a esse apoio técnico de implementar as nossas ações. O presente termo ele formaliza o aceite do estado o cofinanciamento federal, em cumprimento das responsabilidades decorrentes, e aí fala que o critério de partida ele será estabelecido na Resolução 13 que eu já falei, e a CIT também que teve que é 18 de abril de 2018, eu já falei do prazo, a aprovação ela tem que passar aqui mas, primeiro o estado ele faz, ele tem que se demonstrar favorável que é o que a gente já está fazendo e o Conselho assim tem que aprovar e a gente tem que encaminhar. Aqui eu vou falar só de responsabilidades gerais do estado em relação ao aceite que é acompanhar mesmo a oferta nos municípios, apoiar e promover nos termos da Resolução 13 e o processo de planejamento das ações do programa, aprovar no Conselho de Assistência Social enviar ao MDS em até 60 dias a contar do recebimento do recurso o planejamento das ações, então que acontece, a gente primeiro, a gente tem que passar, o aceite sendo aprovado pelo Conselho a gente faz adesão no sistema e chegando o recurso a gente tem 60 dias pra fazer o plano de ação como que a gente vai realizar essas ações, e utilizar o recurso, e depois isso tem que aprovar no Conselho, passar pelo Conselho e depois a gente apresenta para o MDS, os municípios eles tem 30 dias para fazer o planejamento de suas ações e enviar para o estado, o estado tem mais 30 dias para validar os planos de ações dos municípios e depois ele tem mais 15 para encaminhar o relatório para o MDS e a gente tem que garantir o apoio técnico, gente, prioritariamente neste primeiro àqueles novos municípios, porque eles tem que utilizar até 50% dos recursos para eles receberem o novo repasse, então prioritariamente é eles, e aí a gente faz realizações ações de educação permanente, capacitação, com a metodologia indicada, garantir a

composição das equipes dos profissionais pra gente prestar a competência do estado no programa, manter em arquivo a documentação comprovatória das despesas que é de praxe mesmo, divulgar amplamente o programa, visando mobilizar as informações dos municípios, a rede só assistencial, intersetorial e a população, utilizar a logomarca do governo, nome do programa, tanto dos materiais que a gente produzir por além do que já estão elencadas, e a cláusula 8ª ela diz das disposições finais que é executar os recursos do programa observando as normas gerais do Suas em especial aquelas relativas ao repasse dos recursos federais, e prestar contas observando as normas gerais do Suas em especiais aquelas relativas ao repasse do recurso, e aí por fim estando de acordo com as suas disposições firmo o presente documento assinado Eli, é o que a gente pretende fazer antes.

**Débora:** Eu queria só dar uma complementada rápida aqui nós vamos trazer depois que o dinheiro chegar, no prazo de 60 dias depois do planejamento, mais dizer pra que todo mundo saiba que este programa tinha uma vinculação muito forte com o Pronatec, vocês se lembram que o Pronatec era uma importante estratégica de qualificação profissional, à medida que o Pronatec foi desmontado os municípios ficaram com um problemão, que é ter um recurso e não ter pra onde encaminhar, porque nem todos os municípios tem, porque este recurso não pode ser utilizado pra promover capacitação, qualificação propriamente dito a recolocação, ele é pra apoiar o público com passagens, enfim, e dizer eu nós da Sedese estamos junto com a subsecretaria do Trabalho, então desenvolvendo uma estratégia assim, construindo uma estratégica própria de Minas, na perspectiva de entender que o Acessuas é uma estratégia de acompanhamento do nosso público, então ele é que vai fazer a busca ativa, nós estamos focando no público jovem e aí depois disso fazer um acompanhamento desse percurso, e aí o que gente vai apresentar depois pra vocês, assim que o dinheiro chegar, já é uma construção conjunta com a política de trabalho que é o que de fato os municípios tem que estar desenvolvendo, criando uma política de trabalho que não é da área da assistência social. A assistência social é responsável por encontrar e acompanhar esse público para inclusão na política de trabalho.

**Bruno:** Alguém tem alguma colocação? Eu posso ler a Resolução para a gente colocar em Deliberação? Minuta de Resolução nº XX de 2018 CEAS MG. Dispõe sobre a adesão ao termo que firma a Sedese e o MDS com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes da adesão ao cofinanciamento federal referente ao serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativa e liberdade assistidas LA e de prestação de serviços à comunidade. Desculpe gente, eu estou com a errada, Adelmira está certa. Vamos lá: Dispõe sobre a adesão ao termo que firma a Sedese e o MDS com o objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes da adesão ao cofinanciamento federal do programa nacional de acesso ao mundo do trabalho acessuas – trabalho no exercício de 2018 , **dos Considerando** a gente tem do Constituição Federal art. 203, (LOAS); a Resolução do CNAS n.º 33, 2011, que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social; a Resolução do CNAS n.º 18 de 2011, que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho; a Resolução do CNAS n.º 17, de 2012, que aprova metas e critérios de partilha para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho para o exercício de 2014; a Resolução do CNAS n.º 27, de 2014, que altera a Resolução n.º 18, de 24 de maio de 2012, que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas; a Resolução CNAS n.º 24, de 2016, que altera o art. 3º da Resolução n.º 17, de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que aprova as metas e critérios de partilha para o cofinanciamento do Programa Nacional de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho para o exercício de 2014; a Resolução n.º 25, CNAS de 2016, que altera a Resolução n.º 18, de 24 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas e considerando a Resolução CNAS n.º 3, 2017,

que aprova o ajuste das metas de execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Programa Acessuas Trabalho para os municípios com saldos financeiros nos respectivos fundos de assistência social; considerando a Resolução CNAS n.º 19, de 2017, que aprova as metas e critérios de partilha para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas no exercício de 2017; a Resolução CNAS n.º 13, de 04 de junho de 2018, que aprova os critérios de partilha e elegibilidade para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho para o exercício de 2018 e altera a Resolução nº18, de 2012; considerando a deliberação da plenária de hoje, o CEAS **RESOLVE: art. 1º** - Fica aprovado à adesão ao Termo de aceite que firma a SEDESE e o MDS com o objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes da adesão ao cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho, no exercício de 2018. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 20 de julho de 2018. **Simone:** Muito obrigado, conselheiro, coordenador da comissão de política, Bruno Alexandre. Agora nós vamos colocar em votação a Resolução que aprova a adesão do estado de Minas Gerais ao cofinanciamento do programa nacional ao mundo do trabalho acessuas trabalho. Conselheiros favoráveis a adesão, por favor levantem seus crachás. Podem abaixar. contrários. Abstenções. Então foi aprovado. Muito obrigado. Conselheiro Bruno por favor continue o relato da comissão. **Bruno:** O ponto 2, pessoal é o termo de aceite de partilha e elegibilidade para cofinanciamento federal do PAEFI e do serviço de proteção social à adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas de liberdade assistida - LA, e de prestação de serviço à comunidade – PSC, o cofinanciamento será priorizado para os entes que encaminharem o mais breve possível o referido termo, a gente estava conversando Simone e o rapaz que apresentou pra gente ontem ele não pode vir hoje e se você não se importar e fazer a gentileza de apresentar essa parte pra gente? **Simone:** Com certeza, enquanto coloca ali só vou informar aos conselheiros, lembrá-los, que nós aprovamos nesse conselho no ano passado, a política nacional de meio aberto das medidas sócio educativo de meio aberto em Minas Gerais, depois que nós aprovamos a política aqui o governador assinou o decreto na conferência estadual do ano passado e aí começou toda a discussão, eu vou pedir aos conselheiros que tenham um assunto que não sejam assunto afeto aqui no do nosso plenário que, por favor, saiam, que nós estamos quase terminando.- **Simone:** Ela teve validação eles conseguiram colocar na pauta dos ministérios o cofinanciamento as medidas, então isso que eu vou ler aqui agora é fruto de uma discussão, foi o que a gente queria? Não, mas foi uma coisa muito importante que é iniciar o cofinanciamento nacional das medidas sócio-educativas de meio aberto. Então vejam só as normativas. Aqui está os critérios de partilha, os critérios de partilha é critério de partilha do serviço de proteção e atendimento especializado de famílias e também das medidas LA e PSC a partilha se baseia na Resolução da CIT de 21 de março de 2018 e depois foi deliberada no conselho nacional no dia 12 de abril de 2018 quais foram os critérios, o que estabelece a partilha, primeiro critério de partilha é o seguinte vai pros municípios que tem menos de 20.000 habitantes mas que tem 5 casos/ano, então se ele tem 20.000 habitantes mas ele tem 5 casos de meninos, de jovens adolescente com medida ele entra no critério, o segundo, olha só o segundo já é fruto da nossa presença na discussão, pros estados que possuem CREAS regionais, e o outro critério é o cofinanciamento pros municípios que tem o serviços, que tem o CREAS e tem mais de 5 casos de LA e PSC e o último critério são os municípios com mais de 20.000 habitantes mas que não recebem o cofinanciamento do PAEFI e tem mais de 5 casos de LA e PSC, esses foram os critérios estabelecimentos, quais são os procedimentos depois que estabelecer os critérios, primeiro, o repasse ele vai seguir prioridade, qual prioridade? Essas que eu falei aqui, aí pega o bonde no orçamento e tudo, primeira prioridade vai receber os municípios com menos de 20.000 habitantes e 5

casos/ano, o segundo critério dependendo do orçamento, se sobrar orçamento vai para os estados que possuem CREAS regionais, o terceiro se sobrar orçamento vai atender o cofinanciamento de quem já tem PAEF e PAIFI e mais de 5 casos de LA e PSC e o último critério se sobrar o orçamento vai para os municípios com mais de 20.000 habitantes mas que não recebem o cofinanciamento de PAEFI e tem mais de 5 casos de LA e PSC, então esses é o critério, então ao estabelecer os critérios, e todo financiamento do SUAS e assim vai, estabelece o critério nas comissões da CIT e na CIB e depois leva para os conselhos deliberarem, depois abrem o aceite para quem estiver dentro do critério, como nós estamos dentro do critério, nós estamos no critério 12, estados que possuem créditos regionais, por isso que a gente está trazendo o aceite aqui pra vocês, bem, primeira coisa que já eu disse aqui o repasse vai seguir a prioridade, segundo, o número de casos aferidos pela pesquisa que foi realizada em 2018, que vocês podem perguntar assim, como é que vai saber se tem mais de 5 casos ou menos de 5 casos, o Ministério utilizou uma pesquisa que ele realizou esse ano, quem respondeu a pesquisa entrou dentro da disputa do financiamento, o outro procedimento todos os CREAS tem que ofertar PAEFI isso é obrigatório, não pode ter oferta de LA e PSC sem ter CREAS, isso é seguindo as normativas inclusive do SUAS, o outro procedimento que tem que ser adotado para estar dentro do financiamento é estar dentro do aceite, o outro procedimento é que o aceite tem que ser aprovado pelo conselho estadual, então nós estamos aqui pra gente proceder a este procedimento, (proceder pelo procedimento ficou excelente, é sexta-feira). O prazo, isso também é uma coisa importante, a gente tem que obedecer o prazo. O prazo tanto do aceite pelo gestor estadual quanto pelo conselho é o mesmo que vai até 30 de novembro, quem aceitar primeiro também entra nas regras primeiro, qual o valor de referência é uma fortuna do LA e PSC de R\$2.200,00 para o grupo de 20 adolescente, no caso de CREAS regional infelizmente ficou R\$2.200,00 vezes o número de cofinanciamento de CREAS feita pelo governo federal, e por PAEFI é R\$6.500,00 mês, o R\$2.200,00 também é mês, por que é serviço, então o financiamento é mensal, vejam os municípios de Minas que entraram aqui na partilha, só vou mostrar aqui, por que estão em desenvolvimento mas nós temos 11 municípios da região sul, 10 do metropolitano, 5 da região oeste, 4 da mata, 4 da região norte, 3 sudoeste, 4 triângulo sul, 2 Caparaó, 2 Noroeste, 1 do Triângulo Norte, 2 Vale do rio doce, 1 central, 1 médio e baixo Jequitinhonha, 1 do Vale do Aço, 1 da Vertente, então em Minas dentro do critério dos municípios, 52 no total de medidas, do PAEFI 4 e de elegíveis a PAEFI e medidas 2, então 52 podem ter acesso ao financiamento da medida, 4 que tem PAEFI mas não tem cofinanciamento federal, também podem acessar, e 2 que tem PAEFI e medidas mas não tem cofinanciamento federal, então no total em Minas Gerais podem entrar na partilha 58 municípios. Aqui tem nome dos municípios, quem tiver interesse depois eu peço a secretária executiva pra mandar a apresentação para todos os conselheiros, para que eles também tenham informação de quais municípios são elegíveis, inclusive para os conselheiros poder ajudar também para que os municípios façam a adesão, essa lista aqui só para os conselheiros saberem sobre os municípios ela foi repassada para o Ministério Público, o Ministério Público acompanha e eles ficaram sabendo da partilha primeiro que nós, só para vocês terem uma ideia de tão presentes que o Ministério Público está pra pressionar o Ministério pra cofinanciar justamente as medidas de meio aberto. (Pode passar os nomes dos municípios, achou o seu lá, que bom então você vai chegar lá e vai falar com eles pra fazerem o aceite) querem que fiquem um pouquinho para vocês verem: Pode passar? Vocês querem que eu leia? Então eu vou ler, vou voltar, não tem importância eu ler: Pelo Metropolitano: Conceição do Mato Dentro, Sul: Camanducaia, Mucurí: Carlos Chagas, Sudoeste: Muzambinho, Sul: Paraguaçu, Triângulo Norte: Prata, Ubá Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, olha Pedro Leopoldo aí gente, Andradas, Bambuí, Barão de Cocais, Boa Esperança, olha Brumadinho, Buritizeiro, Cambuí, Carandaí, tem muita gente feliz aqui, Carmo do Cajuru, Carmo do Paranaíba, Carmo do Rio Claro, Caxambu, Cláudio, Cláudio é

perto de Divinópolis, Conceição das Alagoas, Conselheiro Pena, Corinto, Elói Mendes, Guaxupé, Ibiá, Igarapé, Itabirito, Iturama, Jacutinga, Jaíba, Mateus Leme, Matozinhos, Medina, Monte Carmelo, Monte Sião, Nepomuceno, Ouro Fino, Perdões, Pitangui, Piumhi, Raul Soares, Sacramento, Salinas, Santana do Paraíso, São Gonçalo do Sapucaí, São João Nepomuceno, São Joaquim de Bicas, Sarzedo, Taiobeiras, Visconde do Rio Branco, Alpercata, Bicas, Ipanema, Luz, Vazante, então esses são os municípios e também o estado de Minas Gérias. Bem, de acordo com o ofício do MDS o cofinanciamento federal será priorizado para os entes de encaminharem o mais bem possível o termo de aceite, a equipe técnica da Sedese também tem informação aos conselheiros, além da gente ter passado a lista para o Ministério Público nós também estamos ligando município por município para avisá-los incentivá-los a fazer o aceite ao termo de aceite. Bem, ao estado de Minas Gerais, de acordo com o ofício de 19 de 2018, e os critérios definidos na Resolução do Conselho Nacional além do conjunto de 58 municípios elegíveis também o estado de Minas Gerais é elegível ao cofinanciamento federal das medidas sócio-educativas em meio aberto, LA e PSC na lógica das unidades de CREAS regionais, então Minas Gérias, vou explicar, nós fizemos um aceite em 2014 vocês sabem disso, para implantar 10 CREAS regionais só que 1 a gente em vez de implantar CREAS regionais a gente deveria transformar o que estava implantado em Minas em 4 CREAS Municipais, então vejam só Minas fez adesão a 9, não é adesão é critério de partilha pra Minas o critério de financiar Minas Gerais não vai ser por 10 CREAS mais sim por 9, que na verdade nosso aceite é para 9 CREAS regional, então é fazer as contas, 9 vezes R\$2.200,00 nós vamos receber por mês R\$19.800,00 para esse cofinanciamento, lembrando ainda que o nosso desenho de Minas Gerais é a equipe de referência do CREAS regional, além dela cada município do território do CREAS ele também recebe cofinanciamento de uma referência técnica, então a expansão em Minas Gerais pode ser bem grande, vocês entenderam não é só os 58 municípios, mas também os municípios que estão nos territórios dos CREAS Regionais, bem, então eu já expliquei em Minas Gerais realizou em 2014 aceites, para o cofinanciamento federal correspondente a 10 unidades de CREAS conforme pactuado pelo plano estadual de regionalização do serviço da proteção especial em 2015, do relacionamento das unidades do CREAS regional já existente no estados 2 unidade que foram municipalizadas que eu também já falei, que é Monte Alegre de Minas e Padre Paraíso, e 2 novas unidades foram implantadas em Paineiras e Canápolis, as 4 unidades corresponde a 1 CREAS, isso aqui gente, senão a gente faz uma mistura na cabeça, isso aqui é cofinanciamento, quando eu falo assim, 1 unidade, ela corresponde a 4 unidades corresponde a 1, é em termo de financiamento, tudo aqui é em termo de financiamento, atualmente as 4 unidades do CREAS municipais recebem cofinanciamento federal, estadual para todos os serviços, isso aqui tudo é pra explicar que nós fizemos aceites para 10 mas nós vamos receber por 9, aí eu vou mostrar então o que nós vamos assinar se vocês concordarem que é o tal do termo de aceite, o que vem no termo de aceite, primeiro ele vem o objetivo da adesão, o objetivo da adesão é o que? Dizer quais são as responsabilidades e compromissos do estado com o Ministério com relação a esse cofinanciamento, primeiro a gente está se comprometendo a ofertar medidas de liberdade assistida e PSC nos nossos CREAS regionais, segundo a gente está se comprometendo a ofertar de acordo com as obras das normas estabelecidas pela CIT e pelo conselho nacional de assistência Social, depois nós estamos nos comprometendo que a adesão tem que ser no prazo e encaminhada ao conselho estadual, no email tem os prazos estabelecidos estamos nos comprometendo com o prazo, também estamos dizendo que o prazo da gestão e do conselho é o mesmo pra não ficar achando que primeiro é o gestor e depois é o conselho, depois a gente está se comprometendo; aí o Ministério está dizendo que o aceite que nós vamos fazer vai entrar no planejamento, no plano de ação do ano que vem; ele não entra no plano de ação deste ano mas ele entra no ano que vem, depois a gente está se comprometendo que a gente vai ofertar no CREAS, LA e PSC e vamos incluir

que essa oferta no plano estadual de atendimento sócio-educativo que é um plano que foi aprovado pelo conselho estadual da criança e adolescente então depois quando acabar essa plenária aqui que nós aceitarmos, o conselho estadual tem que encaminhar uma correspondência para o conselho da criança informando a ele pra incluir no plano de atendimento sócio-educativa a oferta dos CREAS de Minas Gerais, depois nós estamos nos comprometendo também que a gente vai estabelecer fluxos e procedimentos com o sistema de justiça a gente tem um já, geral, mas nós temos já uma proposta que vai ser discutida na CIB depois a gente vai trazer pra cá, que é o fluxo e procedimento lá no território do CREAS regional como que vai se dar lá um serviço entre o CREAS regional e os municípios em torno, nós também estamos nos comprometendo em realizar a vigilância sócio-assistencial nos territórios dos CREAS regional e também estamos nos comprometendo de que vamos aprovar o aceite aqui no conselho estadual de assistência social, também estamos nos comprometendo em manter os documentos dos gastos, os documentos tem que estar lá guardado no fundo estadual de assistência social também estamos nos comprometendo a obedecer as orientações da CIT e do CNAS, estamos nos comprometendo que nós vamos inserir as informações no sistema do SUAS do Censo SUAS e também dos registros de atendimento mensal e RMA e também estamos nos comprometendo em receber os técnicos do MDS aqui na Sedese para o apoio técnico e supervisão in loco também está aqui no plano de aceite isso, enfim esse é o termo de aceite que a gente apresentou ontem na comissão de política e que agora a comissão de política coloca em debate no pleno.

Obrigado. **Bruno:** Você quer falar alguma coisa, Sandra por favor. **Sandra – CMAS Montes Claros:** Eu gostaria só de fazer uma consideração, é uma pergunta pra nós mesmos, o recurso é muito pouco para o serviço que nós vamos ter, está parecendo aquela historinha que o porco e a galinha resolve fazer uma farofa com torresmo, com ovo, a galinha diz eu vou entrar com o ovo e você vai ter que entrar com o toucinho, então gente, o recurso não dá pra pagar um técnico, como que isso daí, é pra cofinanciamento, eu sei que é cofinanciamento, aí o governo vai entrar com a parte dele, o governo do estado, o governo do município mas nós estamos tendo uma série de dificuldades no município, eu não sei assim a partir de agora como nós vamos ficar, nós tem município aí fechando o CRAS aí eu não sei se o gestor lá ele vai colocar recursos financeiros para que de fato esse serviço aconteça, então assim me preocupou o valor, eu não sei, sinceramente é uma coisa que eu não consegui ver, como que é isso daí, pra mim não está muito claro de como nós vamos de fato efetivar um serviço de uma política que é tão delicado é tão complexo, que é uma medida sócio-educativa, com um recurso tão pouco R\$2.200,00 a cada 20 atendidos, é isso, só pra gente começar a discutir, eu fiquei meio preocupada, R\$2.200,00 a cada grupo de 20, R\$2.200,00 gente não dá pra pagar um técnico, gente. **Marleide - CRP:** É só os municípios que já estão executando a medida? Sandra, são os municípios que estão executando.

**Bruno:** Ele já executa o serviço e aí ele já está gastando aquele dinheiro com aquela pessoa e ele vai receber um dinheiro a mais pra fazer um serviço que ele já está fazendo ele não vai ter uma demanda maior, é um cofinanciamento e uma coisa que eu queria falar é um relato de algumas pessoas não é nada técnico mesmo, mas existe alguns cofinanciamentos tripartite que a federação entra com 3%, 6% então realmente é muito pouco, então é costume mesmo a federação realmente entra com pouco muitas vezes, é isso que eu queria falar. **Simone:** Também eu me inscrevi no mesmo sentido viu Sandra, só que é cofinanciamento pra quem já faz igual ao meu caso, a gente já faz, nós inclusive fizemos uma partilha de cofinanciamento muito maior, só que isso aqui é um alívio, posso te dizer, é um alívio por vários motivos, primeiro porque é como se a gente entrasse mais receita Sandra, entende? Aumentou a receita aumenta a possibilidade inclusive de ter mais funcionários da Prefeitura ou no Estado porque aumentou a receita, o aumento de receita faz também com que a gente possa batalhar pra ter mais concurso público, o aumento de receita ele é motivo de barganha dentro do orçamento, quando eu chego lá na Secretaria de

Planejamento, você acha que o secretário gosta quando eu mostro isso pra ele, ele fez o mesma observação que você, só que aí o secretário sabe também que é um absurdo a gente devolver dinheiro, então serve também como debate nosso aqui dentro do governo do estado, entendeu, pode ser pequeno mas ele provoca, ele provoca possibilidade dentro da gestão estadual, se fosse mal pode ter certeza que se a gente avaliasse que ia dar mais problemas mas é o contrário, inclusive eu reafirmo que a nossa secretária Rosilene e o promotor Dr. Márcio batalharam bastante pra ter esse financiamento aqui. **Bruno:** Alguém mais quer falar mais alguma coisa? **Arlete** – Graal do Brasil: Eu entendo que isso é bom do ponto de vista de melhorar o atendimentos para esses meninos, esses adolescente, é claro que quando a gente vê o nome do município da gente ali a gente fica triste, porque o ideal era que não estivesse, mas está, e mais triste ainda porque quando eu vi o número de meninos lá da minha cidade, 27 eu não sabia que tinha tanto, sei de muitos mas não sabia desse número, de meninos e meninas que eu conheço, mas não sabia que era esse tanto e creio que vai dar uma aliviada sim porque a situação lá é muito difícil, mas vai melhorar o atendimento. **Bruno:** Alguém quer fazer mais alguma consideração? Posso ler a proposta de resolução pra gente colocar em deliberação? Vamos lá. Minuta de Resolução XX de 2018 – Dispõe sobre a adesão ao termo que firma a Sedese e o MDS com o objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes da adesão ao cofinanciamento federal referente ao serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas de liberdade assistida LA e de Proteção de Serviço à Comunidade PSC ofertadas no âmbito do Centro de referência especialidade de assistência Social CREAS regionais do exercício de 2018. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso das atribuições conferidas pela Lei Estadual n.º 12.262 de 23 de Julho de 1996, pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012 – NOB/SUAS/2012, e: Considerando os artigos 6º A, B e C da Lei n.º 8.742, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, A lei 8069 de 1990 que é o Estatuto da Criança e Adolescente; a Resolução do CONANDA n.º 119, 11 de dezembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE; Considerando a Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Considerando a Lei n.º 12.594, de 2012 – Lei do SINASE, que define as atribuições do Estado na oferta das medidas socioeducativa; Considerando a Resolução do CEAS/MG n.º 524, 2015, que dispõe sobre o Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade; a Lei n.º 22.257, de 27 de julho de 2016, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado - e as novas atribuições da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE relativas à política das medidas socioeducativas em meio aberto; Considerando o Decreto Estadual n.º 420, de 2016, que instituiu o Grupo de Trabalho destinado a promover estudos e propostas de reestruturação do Sistema Socioeducativo no Estado de Minas Gerais; Considerando a Resolução CEAS/CEDCA MG n.º 01, de 2017, que aprova a Política Estadual de Atendimento ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Meio Aberto em Minas Gerais; Considerando a Resolução CEAS/MG n.º 613, de 2017, aprovação Ad referendum dos critérios de elegibilidade e partilha dos recursos financeiros e responsabilidades do Estado e Municípios na execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) no âmbito da Proteção Social Especial nos municípios de Pequeno Porte I, pactuados pela Comissão Intergestores Bipartite; Considerando a Resolução CIT nº 3 de 2018, que pactua critérios de partilha e elegibilidade para o cofinanciamento federal do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI e do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC; Considerando a Resolução CNAS n.º 7, de 2018, que aprova os critérios de partilha e elegibilidade para o cofinanciamento federal do



Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI e do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC; Considerando a deliberação da Plenária no dia de hoje: RESOLVE: Art.1º Fica aprovado à adesão ao Termo que firma a SEDESE e o MDS com o objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes da adesão ao cofinanciamento federal referente ao Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), ofertados no âmbito dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no exercício de 2018. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação 20 de julho de 2018. **Simone:** Muito obrigado, conselheiro coordenador da comissão de política, Bruno, agora eu vou proceder a votação, os conselheiros favoráveis aqui a Sedese faça o aceite do cofinanciamento dos serviços de proteção de medidas de meio aberto, por favor levantem o crachá, podem abaixar, contrários, abstenções, então está aprovado. Muito obrigado agora Bruno, continue por favor. **Bruno:** Ponto 3, plano de ação 2018 e suas Web, prazo estimado para aprovação do conselho é dia 9 de setembro como a última plenária que antecede essa data é 17 de agosto, esse é o nosso prazo do CEAS para aprovação. A Gabriela vai fazer uma apresentação pra gente, tá. **Gabriela:** Então gente, boa tarde, ontem o Jaime que esteve na comissão de política, justificar a ausência dele, teve um falecimento do pai de uma servidora lá da Superintendência dele, então ele não pôde estar aqui, sou Gabriele, sou Diretora de Vigilância Sócio-Assistencial da Sedese, pode passar por favor, a ideia aqui é apresentar brevemente o plano de ação que já foi pautado lá na comissão ele é um instrumento de planejamento anual da execução de recursos de cofinanciamento federal pros serviços, benefícios, programas sócio-assistenciais, nele a gente lança basicamente a previsão de atendimento físico pros serviços que a gente é cofinanciado então Simone já adiantou um pouco aqui, falou do IGD SUAS, falou do IGD do bolsa e também do serviços do bloco da proteção social especial, a ideia é que a gente dê uma passada aqui novamente, e também quanto aos prazos Bruno também já adiantou a gente tem 60 dias para preenchimento pela Gestão e depois mais 30 dias depois desse prazo para o conselho aprovar, eu não sei se estar dando pra ver direito mas aí é só a estrutura do plano de ação, o que compõe o plano, ele é informatizado, sistema SUS Web, então tem esses campos, órgão, ente federativo, órgão gestor, fundo, conselho, que são capas de informações cadastrais mesmo desses entes e aí ele já vem preenchido a gente não lança nada aí, o campo de previsão de atendimento físico, previsão de financiamento, resumo executivo e ao final parecer do conselho, aí está mostrando aqueles campos que eu falei que já vem preenchido, então é só informações de cadastro mesmo do CadSUAS, da nossa subsecretaria, do nosso Fundo, do governo, aqui a gente não lança nenhuma informações, aqui também informações dos conselho, vem nome de todos conselheiros lá, aqui são os campos que a gente faz a previsão para o ano 2018, então aí com relação ao IGD do bolsa família, o IGD que o estado recebe, a gente tem também as taxas monitoradas, dependem do desempenho dos municípios, então quanto a taxa de atualização cadastral a gente está em 0,73 é um indicador onde varia de zero a 1, e aí qual é a nossa previsão para o ano 2018 é de atingir uma taxa de 0,82 a taxa de frequência escolar é 0,89 a previsão é de manter essa taxa para o ano de 2018 e a taxa de agenda de saúde é de 0,80 passar para 0,86; então já falei que essas taxas dependem do desempenho dos municípios, e aí a gente destacou aqui que no apoio técnico da Sedese da Diretoria de Benefícios e Transferência de Renda, estão sendo realizadas as capacitações das regionais, pra melhoria dessas taxas consequentemente melhora o IGD dos municípios e aí melhora do estado também. Quanto ao IGD Suas, a Simone adiantou também a gente não faz mais previsão de atendimento físico e nem de taxa para o IGD Suas, então também é um campo fechado do plano de ação, a gente só trouxe ele aqui, o IDCRAS médio tá 0,71 execução financeira 0,88, aqui

são as macro ações a serem realizadas com os recursos dos 2 IGD'S a gente marcou todas as ações, e aí tem 2 ações obrigatórias que é de apoio ao controle social então pelo menos 3% dos IGD's tem que ser utilizados para o apoio ao controle social, aqui a gente também lança nesse quadro a previsão de atendimento físico do bloco de proteção de proteção social especial que são os recursos de cofinanciamento que a gente recebe, então quanto agora está no mesmo bloco, o bloco da proteção social especial, mas aí quanto aos componentes da alta complexidade, a gente tem o piso de alta complexidade I, pra acolhimento de adultos e famílias, não tem previsão para o ano 2018, a Claudinha também apresentou um pouco da situação orçamentária e financeira, pra essa previsão desse serviço não tem, aí quanto ao acolhimento para jovens e adultos com deficiência a meta é 340, essa meta é o que a gente já vem executando, nas parcerias com o governo estadual, são as casa lares vinculadas a Apae's, e outras entidades, quanto ao PAEFI a Simone também já adiantou a gente tem 2 modelos os CREAS regionais que é essa previsão de atendimento, 636 casos acompanhadas e o modelo de generalização que é cofinanciar CREAS que foram municipalizados, que são aqueles 4, Monte Alegre de Minas, Canápolis, Padre Paraíso e Paineiras, aí a meta é 200, 50 casos pro CREAS, então dá 200, por fim o piso de alta complexidade I, que é acolhimento pra criança e adolescente, a gente tem previsto no orçamento a implantação da família acolhedora 80 casos por ano, então a previsão é de 80, aí vem a previsão de financiamento a gente não preenche já é automático do governo federal, então é um campo fechado só para apresentar, no resumo executivo a gente lança os recursos próprios ela faz no fundo estadual que é esse valor aí R\$77.680.381,00 que é todo recurso que está locado na lei menos o da fonte 56, então dá esse valor, e aí o campo do parecer do conselho que tem lá no plano de ação que vai lançar o parecer que é um campo aberto, então pode escrever, a data da reunião número da ata e número da resolução, aí tem a proposta de resolução. **Bruno:** Alguém quer fazer a inscrição para falar alguma coisa? A recomendação da comissão é de aprovação só que a gente tem uma observação que a gente gostaria, a gente recomenda que inclua no campo de observação, parece que tem um campo pra colocar alguma observação, que o conselho manifesta contra a ausência de reajustes nos recursos federais, e além disso o repúdio da PEC agora não é mais PEC agora é Emenda Constitucional 95, então a gente vai fazer um repúdio a Emenda e a manifestação contrária a ausência de reajuste a tanto tempo, considerando que no quadro que não tem reajuste a muitos anos, alguém quer falar alguma coisa a gente pode ler a resolução? Resolução nº xx de 2018 CEAS/MG – Dispõe sobre o plano de ação de assistência social de 2018 apresentado no sistema SUAS Web Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 3 da Lei Estadual n.º 12.262 de 1996, pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012 – NOB/SUAS/2012, e considerando a deliberação da plenária ordinária realizada no dia 20 de julho de 2018, considerando que o plano de ação SUAS Web exercício de 2018, planejamento para utilização dos recursos federais alocados no Fundo Estadual de Assistência Social FEAS, no ano de suas referências, resolve: art. 1º Fica aprovado o plano de ação de assistência social do estado de MG disposto no sistema SUAS WEB relativo a 2018, art. 2º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, Belo Horizonte, 20 de julho de 2018. A conselheira Débora está falando que a gente pode colocar na resolução as observações que a gente tem a fazer. **Simone:** Pode e deve. **Débora:** Eu entendi que foi isso que a comissão tem que fazer. **Simone:** Então nós vamos incluir então na resolução a decisão do conselho do texto que deve ser colocado no parecer do conselho estadual. Ok, gente? Você quer falar Bruno? Então eu vou proceder a deliberação, por favor. Pois não Wilson. **Wilson:** É porque ali é uma resolução, resolução é uma decisão, você concorda ou não concorda, não sei se essa ressalva cabe ali não, eu acho assim que ressalva ela seria interessante ser feita, eu não sei se juridicamente falando se é adequado, acho que teria

conversar sobre isso. **Bruno:** Eu acho que a gente não vai falar o CEAS resolve repudiar, acho que a gente vai falar, considerando repúdio ou então manifestação, então no considerando, a resolução vai ser a mesma, do meu ponto de vista, não sei se é isso, mas no considerando a gente pode colocar assim. **Simone:** Independente da ótica mas é importante aparecer, entendeu Wilson, então vamos proceder a votação, conselheiros favoráveis a aprovação do plano de ação com as observações e ressalvas colocadas pela comissão de política por favor levante o crachá, podem abaixar, contrários, abstenção. Então, está aprovado, muito obrigado. **Bruno:** O próximo ponto é o ponto 4, o assunto, MDS pede fiscalização do serviço de acolhimento de crianças e adolescentes ofertado pela entidade, casa de proteção Dr. Carlos localizada em Pirapora/MG, em decorrência da denúncia enviada pelo juiz Espagner, da comarca de Pirapora onde relata que a entidade não utiliza o recurso de alta complexidade para acolhimento de crianças e adolescente oferecida pelo MDS, e que não oferece alimentação adequada às crianças, possui falta de mobiliário, a estrutura física precária, possui falta de material de limpeza e higiene pessoal devido à ausência de aplicação. O CEAS deliberou que a apuração seja feita pelos conselheiros estaduais, João Alves Crisóstomo, Damião Braz e Ariadna de Almeida Silva que residem em Pirapora, e por um deles ser conselheiro municipal, e solicitar informações ao conselho tutelar e ao CMDCA. O MPMG ajuizou a ação pública contra ação do município de Pirapora em relação a garantia de direitos das crianças e adolescentes acolhidas na instituição por falta de estrutura material e humana na instituição. A gente teve muita discussão acerca desse tema, é uma situação que está bastante delicada pra gente avaliar porque um dos pontos que a gente levantou é se era pertinente por exemplo o conselheiro ser municipal daqui do município e ser o conselheiro responsável do Ceas pra poder ir lá verificar por uma questão política mesmo, cidade pequena, a princípio isso pareceu uma boa ideia, pelo que eu entendi mas depois a gente repensou aí não sei não é meu parecer, é uma dúvida pra gente pensar, eu até coloquei que como conselheiro lá de Juiz de Fora, mesmo que a minha entidade não tenha nada a dever a ninguém, ou eu possa falar o que eu quiser com qualquer pessoa, ainda assim é frágil pra mim falar alguma coisa, porque eu estou lá eu conheço as pessoas e elas me conhecem, elas sabem os meus horários, os meus endereços, enfim, então é uma situação complicada, eu vou passar para o João que ele tem um parecer. **João - CMAS Pirapora:** Como é triste ouvir aqui o companheiro Helder aqui muito triste quanto citou o caso de Pedro Leopoldo, da mesma forma eu estou um pouco indignado com essa história do abrigo de Pirapora, primeiro que a denúncia não retrata bem a situação que hoje acontece e mesmo estava acontecendo lá no município, lógico o documento solicita através do conselho solicita que essa comissão tenha nossa presença por estarmos ali, eu inicialmente até nem quis participar do relato porque eu entendi que quando cita o conselheiro dos 3 conselheiros de Pirapora que estão aqui no estado o único conselheiro municipal sou eu, então eu entendi que pra ter isenção eu não deveria nem participar da discussão como também entendi que nós não deveríamos ter feito nenhum tipo de relatório que não fosse nosso de Pirapora, mas como eu era citado ali eu acho que coloca meu nome mas deixa claro que um conselheiro é conselheiro municipal então está falando da minha pessoa, eu estou imaginando aqui que isso já virou um embrolho, a questão do abrigo porque toda denúncia todo questionamento que foi parar no MDS foi um oportunismo ocasionado pela não aceitação da derrota política lá em Pirapora, e o grupo que faz a denúncia todo ele é um grupo que é oposição ao governo municipal, a questão começa por aí o juiz lá se a gente tivesse aqui se a gente quisesse mandar a minha fala, eu vou falar isso aqui com tranquilidade, o juiz também que acompanha a questão do abrigo também não é um juiz que é favorável ele não é um juiz parcial é o que a gente está vivendo também nesse país ele é imparcial, aliás ele é parcial ele é não é imparcial porque ele toma partido lá, na hora de definir, uma decisão contra prefeita contra a cassação do mandato dela, a gente tem que ser sincero, que seja gravado, a gente não está falando

nenhuma mentira, eu até entendo que o juiz não deveria de forma alguma se posicionar com relação a isso, deixasse então o Ministério Público, então assim pra nós está sendo assim de forma até chata, porque eu queria ter isso embora 3 horas porque eu tinha um serviço pra fazer no meu trabalho lá na empresa que eu trabalho a noite, eu não fui porque eu queria dizer pra esse conselho que tudo que veio no relatório que foi feito pelos companheiros se eu tivesse que assinar eu assinaria em baixo, porque também houve de certa forma por parte do nosso CEAS, aí eu digo isso com tranquilidade sem ferir ninguém, é que a gente também não estava nessa condição, habilitação de fazer esses relatos, porque todos nós nesse conselho somos recém chegados, não fomos instruídos, eu estou falando de nós 3, os 3 conselheiros do município de Pirapora, e por uma questão de isenção eu também comungo com a ideia Bruno que a gente não deveria ter feito, que deveríamos ter trazido, pedido ao conselho estadual até então, mas faltou experiência da nossa parte, a gente pede desculpa pra vocês que a gente não é perfeito, para que a gente pedisse, pudesse ser até a companheira Arlete e Sandra que estão uma ali em Montes Claros e outra do lado em Buritizeiro, pra que a gente pudesse ficar extremamente até isento dessa discussão até porque se a gente avaliar nosso posicionamento aqui, praticamente todos 3 tem uma relação com a gestão municipal, porque a gente, todos 3 abraçamos a campanha da prefeita nós somos cabo eleitoral, mais que isso, fomos coordenadores da campanha também então a gente não teve muita isenção porque a gente também não tinha conhecimento, a gente falhou nisso nós quanto conselheiro mas nós tivemos nossa fala mas nós também não fomos orientado a tempo um relato talvez faltou experiência de pedir ao Ceas, a culpa também não pelo do CEAS reporto a nós, que nós deveríamos ter pedido orientações ao conselho de como fazer o procedimento correto, então assim não queremos fazer defesa da gestão ou da casa abrigo, tem sim as dificuldades, tem as denúncias de tudo que foi colocado aqui mesmo, mas nós o que nós encontramos e o que a gente pode estar detectando que se esse conselho entender que pode ter um outro grupo que pode estar avaliando melhor que a gente, a gente não vai ficar chateado por isso, eu só acho que nós não estamos naquele momento capacitados a contento pra fazer esse levantamento, era só isso, agora tem outros conselheiros que estão envolvidos não é só os 2 que fizeram o relatório. **Débora:** Sou eu Consolação? Apesar do adiantado da hora eu acho que é importante demais pra gente passar assim rápido por ela. Primeiro ontem esse posicionamento que o João expressou aqui, chegou lá na comissão eu mesmo coloquei em posicionamento porque eu acho que a gente tem que amadurecer ele porque isso pode acontecer novamente em outras situações, eu particularmente acho que o conselheiro que é do local obviamente ele tem muito mais condições que trazer informações sobre o que está acontecendo do que pessoas de fora, eu entendo a delicadeza da situação mas acho que a gente indicou os conselheiros lá da cidade pra ir visitar a instituição lá da cidade a gente não estava demandando uma avaliação técnica a gente estava querendo que eles enquanto conselheiros representando esse conselho fosse lá ver o que estava acontecendo e nos trazer um relato do que está acontecendo, tanto é que lá na comissão nós fizemos avaliação e entendemos que os conselheiros fizeram bem o seu papel, foram lá, verificaram, reuniram com a secretária, falaram que o conselheiro está preocupado, falaram que chegou uma denúncia do MDS e que precisa ver o que está acontecendo, pediram pra ver lá a alimentação dos meninos e obtiveram as respostas então eu acho que esse é o papel do controle social mesmo, dizer o que está acontecendo e defender o SUAS, no caso os usuários da casa abrigo, e aí tanto é que a gente entendeu a partir do relato dos conselheiros que houve todo um movimento da instituição em sanar aquelas dificuldades que foram contadas, algumas não procedentes outras procedentes, mas já se começou a tomar as providências para resolver, e nós da comissão então entendemos que agora é hora de um trabalho técnico, que já teve toda uma avaliação de controle social, de colocar a importância do cuidado ali com o recurso público, da alimentação, enfim, e fizemos esse

encaminhamento, que agora a gente que fosse encaminhado pra Sedese o acompanhamento técnico, é uma entidade de acolhimento que recebeu recursos do rede cuidar, pelo relato dos conselheiros está fazendo um bom uso desse recurso, compraram equipamentos necessários e tal mas então, que a gente fizesse agora um apoio técnico pra fazer uma avaliação mais profissional no sentido que o conselheiro está falando das normativas do acolhimento e o que falta melhorar ali e respondendo nesse sentido, então é isso que eu queria manifestar, e acho sim que quem está no local pode e deve fazer o controle social lá também. **Simone:** Conselheiro Irajá. **Irajá-Organização Indígena:** Eu fui um dos que foi responsável para fazer esse levantamento e assim dizer pela experiência em relação ao que foi relacionado ao relatório eu sei que eu tive muitas preocupações, primeiro que faltou dentro, eu até procurei alguns aqui do Ceas, tentei falar, buscar informações, orientações mas não obtive resposta de como proceder e segundo por que assim eu tenho uma preocupação porque eu trabalho no município, mas não tenho uma preocupação de perder no que eu trabalho, eu faço o meu papel que é devido de fazer, isso eu não tenho preocupação nenhuma de chegar amanhã e falar que vou ser demitido, eu tenho a preocupação de fazer o papel que é dentro do conselho, isso não me preocupa e nunca me preocupou durante o período da minha vida e não vai preocupar agora, eu faço o papel que tem que ser feito e também não acho assim problemas, o que foi feito da minha pessoa se eu fiz o certo talvez ou o errado que seja corrigido, mas assim preocupação relacionado ao município eu não tenho, e então eu faço aquilo que for direcionado pra mim, o que o CEAS foi direcionado eu fiz, agora assim eu falo em relação a orientação, eu acho que deveria ter mais orientação para que nós possamos prosseguir com o relatório, porque são muitas coisas técnicas que a gente as vezes ficava em dúvida, e mais foi pedido tudo que nós pedimos a secretaria ela repassou pra gente tudo sobre a denúncia é tanto que foi relatado, foi encaminhado aqui pro CEAS todos documentos relacionado a denúncia foi encaminhado para análise agora cabe ao Ceas também analisar se vai fazer novamente uma visita técnica ou não mas tudo que foi pedido em relacionado a denúncia foi levantado e foi encaminhado então eu tenho esse posicionamento, eu assim eu não tenho essa visão política dentro do município, eu acho que minha visão é o meu trabalho pode ser em qualquer área que eu esteja, então o que foi pedido foi feito sim. **Simone:** Conselheira Soyla, conselheira Ariadna. **Ariadna:** Fasemig – Pirapora: Eu também fiz parte dessa comissão, desse relatório, apesar de que assim foi o primeiro eu confesso que eu fiquei um pouquinho assustada, mas graças a Deus deu tudo certo, eu também tive muita tranquilidade com tudo saber o que está mais próximo de mim é o seu João, ele está no lugar de meu pai, eu o chamo de pai, ele não é meu pai, então assim ele nos orientou bastante, nos ajudou no que a gente precisava fazer, como o Irajá falou nós tivemos muita tranquilidade quando chegamos, a secretaria, ela nos passou toda a documentação possível, nós pedimos, nós também estivemos lá no local, inclusive nós temos até fotos, nós não conseguimos foi imprimir e mandar viu Consolação, nós temos fotos, no dia mesmo que foi falado dessa denúncia, eu até eu pedi a palavra por que? Porque eu já sabia do que vinha acontecendo por ser do município e saber, ter uma base do que via, nós não esperavamos que chegasse no meu caso eu não esperava que viesse, mas a gente também aguardava porque, como seu João fala tem uma situação política muito séria em Pirapora, em Pirapora nós temos uma questão política bem complicada, só que eu também acredito que a partir do momento que nós nos propusemos a estar aqui nós estamos aberto ao que pedirem, aprender mesmo a fazer, foi uma experiência muito boa, eu acredito que eu cresci muito, fizemos uma bacana matéria mais transparente possível, acreditamos também do que foi preciso do que faltou, se precisar apesar de tudo estamos aí aptos também a ajudar, ontem mesmo na comissão foi até falado que pediria que se fosse possível mais pra frente se precisasse de uma comissão pra ir lá, nós estamos aí pra fazer mesmo, ajudar no que for possível, eu acredito que as dúvidas do que foi pedido foi respondido da melhor maneira possível ainda surgiu mais algumas

situações, Cris, que também nós até acreditamos que não foi pedido no relato mas a gente acredita que em outra oportunidade eu não sei como vai ficar, mas assim eu vejo o que foi pedido pelo nosso trabalho está aí respondido e se precisar nós estamos aqui também pra responder, como moradores da cidade nos temos que estar atentos, eu costumo dizer que não adianta nada da gente cuidar da nossa região todinha se nosso município mesmo a gente não pode dar resposta do que está acontecendo realmente, era só isso que eu queria dizer. **Simone:** Não, eu acho o seguinte gente, olha, nós temos um indicador de acolhimento, nós temos o indicador, nós temos um projeto de lei para apoiar as piores unidades, nós estamos fazendo isso, lá é uma unidade estatal, não é entidade, não pode tratar isso como entidade, eu acho que tem que tirar essa responsabilidade do conselho, e informar o Ministério que nós temos um indicador, qual que é o indicador dessa entidade, que ela está recebendo recurso pra que? Que ela estava nessa situação e tem que passar pra essa e que o programa prevê recurso financeiro que ela já recebeu e que agora o MDS está dando apoio que é obrigação da Sedese, obrigação que está inclusive no programa. Tira esse negócio do Conselho e trás esse negócio pro lugar que ele deve estar, isso é responsabilidade da Sedese, está dentro do programa, o Conselho aprovou, então minha sugestão pra comissão é isso, senão gente vai dar mais confusão ainda do que deu até agora, é o que vocês estão propondo. **Bruno:** Primeiro eu quero parabenizar os conselheiros que foram, e depois retificar a minha fala porque talvez eu não tenha sido claro, os conselheiros fizeram um excelente trabalho no meu ponto de vista no ponto de vista da comissão também todo mundo fez o que foi pedido, a questão é só em relação, mesmo que o conselheiro se sinta à vontade pra poder fazer qualquer denúncia, ou falar do que ele precisa eu pelo menos enquanto pessoa física eu me preocupo em atribuir a essa conselheiro essa demanda, então é uma coisa que eu não faria novamente, eu não duvido da índole de nenhuma pessoa que está aqui mas eu não faria novamente, não atribua novamente, eu queria falar também que essa denúncia também chegou pra Sedese e um dos nossos encaminhamentos foi solicitar a Sedese qual que foi o posicionamento dela se ela respondeu, os encaminhamento então são: o Ofício a Sedese solicitando que faça orientação, há e o apoio técnico à instituição, instituição não gente que faça o apoio técnico a unidade, exato, também oficial o CNAS e o CMDCA solicitando que acompanhe o serviço e informar ao Ceas sobre a situação atual do serviço e qual situação das crianças e adolescente acolhidos, então oficiá-los para eles nos responderem como que está a situação atual hoje. Ofício ao CMDCA e ao Conselho Municipal da pessoa com deficiência para averiguar se há pessoa com deficiência na instituição e se existe os equipamentos necessários para assisti-la em caso de comprovação. Responder ao MDS que os conselheiros estaduais visitaram o serviço e verificaram que há um esforço no sentido da regularização do serviço e que o conselho deliberou que a Sedese faça uma orientação e apoio técnico do serviço, quer dizer, os conselheiros que foram lá fizeram seu papel de conselheiros, agora o parecer técnico se está certo ou se está errado nós vamos solicitar a Sedese que faça. Informar ao MDS o indicador que a instituição na verdade unidade está no programa da Rede Cuidar. É isso mesmo gente? **Simone:** É informar que tem um programa, que tem um indicador que já foi repassado recurso. **Bruno:** Só uma dúvida não é instituição é unidade, Adelmira, isso, por favor. Podemos passar pro próximo ponto, alguém quer fazer mais alguma colocação? Não desculpa. **Marta:** Eu estou lendo com muita calma, mas eu queria dizer que eu tenho dúvida se a gente tem que mandar um outro ofício pro CMDCA pro Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência pra saber se na unidade são atendidas pessoas com deficiência e equipamentos necessários para assisti-la. Eu acho que a gente retiraria isso, entendeu? Isso está dentro de quando a gente vai prestar apoio técnico e fazer verificação a gente olha todo este tipo de questão, então acho ficaria só como ofício CNAS pra quem ocupa esse serviço porque é função deles de fazer o controle social, e eu retiraria de oficial o CMDCA e o Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência colocaria isso é um

procedimento de apoio técnico de orientação que a Sedese observa quando vai fazer a visita técnica. **Bruno:** Então gente em relação à pessoa com Deficiência tem informação extraoficial que não está nos registros eu não vou entrar em detalhes de que há uma pessoa com deficiência que o atendimento dela não tenha sido um atendimento adequado então por isso que a gente vai oficial o conselho ou solicitar uma averiguação do conselho. É então ok, por mim tranquilo. **Arlete:** É o que eu estou percebendo que a gente fica com um certo melindre, de falar essa informação extraoficial é que tinha uma pessoa com deficiência física na casa uma adolescente, com doença mental e que ela foi retirada, está numa casa com pessoas que cuida, mas o que nós percebemos na fala é que há uma certa segregação dessa adolescente, então a ideia é, porque aí aparece a violação de direitos, tem que observar que atendimento é esse, quais os vínculos que estão tentando trazer para a vida dessa menina, como que é isso, então eu acho que a questão é essa, porque na hora que a gente minimiza a situação só para perguntar se tem alguém com deficiência na casa eles vão dizer que não tem, porque não tem, mas a menina nós vamos omitir o fato dela estar lá com esse atendimento? Aí o Ceas também vai estar violando direitos. **Cristiane:** Deixa só eu concluir, só dizer um pouco do que foi essa discussão? Ontem nós fizemos essa discussão é uma discussão que na verdade a gente acabou também indo e vindo nela, e a gente voltou à sanidade assim porque o que foi perguntado pelo MDS foi uma denúncia, e é essa denúncia que a gente tem que responder, e aí eu acho que importante ter esse cuidado pra gente separar as coisas porque senão fica parecendo que os conselheiros estão omitindo coisas e não é isso, é porque eles identificaram uma questão que eles levantaram que na casa são 20 crianças e adolescente de zero a dezoito, mais que numa outra casa tem uma adolescente que recebe cuidados que tem técnicos que estão com ela nessa outra coisa porque ela tem uma deficiência mental a qual a equipe lá avaliou que ela teria que ficar nessa casa, aí nós questionamos a questão da convivência, mas isso é um olhar que os conselheiros que foram lá e viram, mas eles não levantaram a questão sobre isso pra saber, porque que foi pensado, como foi conduzido, qual que é a relação de convivência, como que foi isso, que processo foi esse o que foi proposto foi pedir ao conselho municipal pra fazer essa avaliação uma vez que a gente nesse olhar que eles foram, apuraram a denúncia, identificaram isso, mas isso não é uma questão que eles trouxeram enquanto uma denúncia, essa foi uma questão que foi debatida, a gente fez perguntas sobre isso que achava que eram importantes serem respondidas, desculpa, da reunião da sociedade civil, desculpa gente, na sociedade civil que eles trouxeram essa questão e a gente debateu isso na sociedade civil, então a gente questionou dentro da sociedade civil a questão da convivência, etc e tudo dos paradigmas mesmo da assistência social, então assim só para ficar muito estabelecido aí que não foi trazido como denúncia mas como uma observação que a sociedade civil fez e entendeu que era importante levar para comissão e solicitar que seja avaliada essa questão e porque aí Arlete trouxe muito bem uma experiência que passou em Buritizeiro e que era interessante a gente dar encaminhamento a isso e não trazer que não foi visto. **Irajá:** Acho que Cris explicou tudo que nós colocamos lá na sociedade civil, a gente aqui acabou vendo essa situação e trouxe não como denúncia mas como até observação mesmo o que podia ser feito, é tanto que o documento que nós encaminhamos, o relatório não consta dessa pessoas porque senão a gente estaria trazendo uma denúncia pro Ceas então a gente não fizemos isso, levantamos o problema assim formalmente. **Consolação:** Gente, eu vou fazer um esclarecimento aqui e aí realmente é técnico, uma informação de possível violação de direito que chega no conselho já é denúncia, agora está no papel uma denúncia a se apurar, e aí não é pedir pra alguém levantar, averiguar se há, nós temos que nomear, a gente quer saber a situação dessa pessoa, agora eu estou falando tecnicamente, isso não existe, qualquer possível de violação de direito chegou no conselho é denúncia e é passível de apuração e nós temos que fazer isso inclusive, porque é uma suspeita, então, mas a gente já acolhe, porque tendo a

possibilidade disso, de violação grave a gente tem que pegar, acatar e apurar, entendeu?

**João:** Olha a gente fala dos aspectos da politicagem nas coisas, gente, mas é muito importante sim, porque a gente não trouxe isso, não foi o olhar da comissão pra falar disso, porque o caso não foi violação e direito como a gente está imaginando aqui, esse caso que ele comentou lá na sociedade civil na reunião nossa, eu acompanho isso de perto porque eu sou presidente do conselho municipal de saúde de Pirapora, eu sei o que está sendo feito em prol dessa pessoa, dessa adolescente, eu sei que todo o mecanismo que é possível ser utilizado para estar dando assistência e a própria assistência social tem sido feita talvez não está sendo feita a contento, então gente eu acho que a gente envolveu muito mais do que era pra trazer aqui que era a questão da denúncia ao MDS, não era pra discutir um caso isolado, mas já que está aí é igual as meninas falam nós temos que ser isento se tiver que fazer então faça, lá a rede de Pirapora que está atendendo essa adolescente, vai fazer os esclarecimentos, pode criar a comissão eu só quero pedir ao conselho que não envolvam mais os conselheiros porque por mais que a gente fala da isenção vocês sabem que as retalhações vem, porque é um município de 55 mil habitantes, e isso é complicado não vamos ter essa ilusão que depois não vai sobrar alguma coisa nas costas dos conselheiros, porque a gente sabe que na política é assim eu estou falando da política partidária e não estou dizendo da política pública.

**Simone:** Olha só tem mais 2 pessoas inscritas, o conselheiro Elerson e a Consolação, depois eu vou encaminhar a questão, tá bom?

**Conselheiro. Elerson:** A minha proposta, isso foi colocado ontem na reunião da sociedade civil, na verdade os conselheiros relataram a situação e aí nós da sociedade civil muitas vezes questionamos, mas como está esse caso essa pessoa que está aí, então deveria constar alguma coisa nesse sentido, causo-nos preocupação, muitas vezes a condução de determinados casos, relatados pelos conselheiros e tal, que as vezes, eu não sou técnico da área, as referências técnicas lá, tiraram esses encaminhamentos, segundo o olhar das pessoas que estavam ontem da reunião não foi um encaminhamento a contento, acho que não seria por aí então acho que nesse sentido tem que fazer isso no sentido de apurar.

**Consolação:** Pois é gente, uma coisa é apuração que está sendo falada, que tem que acontecer, a outra coisa é a forma da apuração e a outra coisa é sigilo, então uma coisa que poderia inclusive existir nesse momento até da própria sociedade civil, é colocar o caso e agora a gente pede sigilo na apuração é simples assim, entendeu? Então não é possível então chegam várias denúncias no Ceas, inclusive falando, está acontecendo assim, pedimos o sigilo disso, disso, disso, Pedro Leopoldo não apareceu aí nem quem que é, é um sigilo, pediu-se sigilo das informações, então assim acho que a gente pode ver essas formas, ninguém aqui tá falando assim, nós vamos fazer um ofício falar, o conselheiro, ou o fulano falou, é uma apuração, que está sendo feito e nós temos que ter a seriedade.

**Simone:** Olha só, eu vou fazer uma solicitação ao coordenador Bruno que ele volte com esse ponto de pauta para a comissão, eu estou entendendo que os conselheiros tem que saber separar as coisas, agora nós não estamos discutindo reunião da sociedade civil e nem reunião de governo aqui, mesmo porque, isso é um acordo da organização política de sociedade civil e de governo, nós estamos discutindo aqui quem está fazendo o relato é a coordenação de política, isso é articulação, articulação não vem para o pleno a não ser para as instâncias oficiais do conselho, então Bruno eu vou pedir a você que retire esse ponto, vocês vão esclarecer esse ponto com mais cuidado que ele merece, isso é uma coisa à outra é a Sedese já tem conhecimento já está no programa, inclusive nos temos que saber se já existe uma outra unidade de acolhimento nesse município, só existe unidade de acolhimento se ela estiver inscrita no conselho municipal de assistência social, então nós lá a superintendência agora tem que saber, existe outra unidade de acolhimento, sim ou não, só existe unidade de acolhimento se ela estiver no Cadsuas, senão o negócio é muito mais sério, é isso que eu estou chamando a atenção, então não é uma questão só assim, assim, pois é gente eu estou pedindo a vocês para a gente apurar melhor, porque senão o enredo



pode sair pior do que a encomenda, senão nós podemos fazer uma coisa aqui que nem procurada antes pra gente ter mais clareza do encaminhamento, então eu queria saber Bruno de você como coordenador, e se os membros de comissão, concordam que vocês voltem a discutir esse assunto, a Sedese é diferente, a Sedese vai tomar os procedimentos inclusive pra subsidiar a comissão na tomada de decisão. **Bruno:** Tá ótimo. No meu ponto de vista sim, a gente pode voltar pra comissão, e tomar uma atitude com relação ao parecer, com a situação que a Sedese responder, porque a gente não tem essa informação, então é melhor a gente pegar/averiguar tudo, concordo com a Simone, a comissão concorda? **Simone:** Ok, gente, então tá, vamos recolher o assunto, vamos tomar cuidado que toda vez que na reunião de comissão da reunião da sociedade civil, que aparecer uma coisa assim, aí a gente já propõe, vamos ter mais informações, pra gente também não colocar a gente mesmo numa situação constrangedora, mais não foi assim que foi encaminhado Cris querida, chegou aqui desse jeito, então tá gente, mais eu agradeço muito a vocês, peço e encareço viu João, encareço aos conselheiros que por favor esse assunto fique no conselho estadual até que a gente dê publicidade a ele, tá bom, obrigado gente, pode continuar Bruno. **Bruno:** Ponto 6, apresentação da proposta de nova resolução para benefícios eventuais do estado, revogando a resolução Ceas 373, desculpa, situações de precarizações de trabalho vividas por trabalhadores e trabalhadores das regionais da Sedese, na discussão com a comissão, a gente entendeu que essa denúncia ela foi respondida, a gente recebeu um ofício, não é isso mesmo Débora me corrige se eu estiver errado, por favor, a gente recebeu um ofício, esse ofício a nossa deliberação seria reencaminhado para o Fetsuas, porque a denúncia veio deles, e nesse ofício eles informaram que desde maio (maio ou março) desde maio já estava tudo regular e a questão do carro, parece que quem não está lembrando da denúncia, a denúncia era que tinha poucos recursos, internet, telefone e que o carro era muito precário, era muito difícil conseguir um carro, e de fato era, mas que desde maio desse ano, já está resolvido e o carro realmente é uma questão precária, são poucos carros parece e aí eles dão prioridade de acordo com o serviço, então o encaminhamento é só encaminhar o ofício para o Fetsuas. O ponto 6 é a apresentação da proposta de nova resolução para benefícios eventuais do estado revogando a resolução CEAS 373 de 2011, em discussão com a comissão a gente entendeu que como foi uma solicitação da comissão de normas e da comissão de política, que primeiro a gente precisa fazer uma reunião conjunta pra poder tratar dessa nova resolução, estudar todos nós, e a partir dessa comissão que a gente vai trazer para o pleno, eu acho que isso é passível de deliberação Simone, então que a gente propõe que seja na quinta-feira da próxima reunião do mês que vem na parte da manhã que essa reunião conjunta possa acontecer. **Simone:** Tá, fica a indicação aqui, e a gente vai avaliar para que não tenha prejuízo do acordado, viu Bruno, porque tem um acordo de fazer a presidência ampliada de 8 as 10, de 10 a meio-dia de fazer a reunião do governo e da sociedade civil, então nós vamos avaliar a solicitação de vocês e vamos ver a melhor forma que vocês possam encontrar desde que não prejudique o andamento e a rotina do conselho. **Marta:** Só informando que a comissão de normas já sabia dessa demanda das 2 comissões se reunirem, então ela tem uma pauta também de uma denúncia, nós vamos fazer uma reunião extraordinária antes da reunião regular da comissão de normas para apurar a denúncia que nós estamos trabalhando de forma específica, e já reservamos um horário inteiro da comissão de normas pra gente fazer reunião conjunta no horário normal com a comissão de política. **Simone:** Tá bom, nós vamos avaliar aqui. **Bruno:** Então podemos passar para o próximo ponto? Ponto 7 denúncia que o centro estadual de defesa dos direitos da população em situação de rua em minas gerais, Brasil, está apresentando a sociedade brasileira e mundial, sobre a situação de mães em situação de rua e alta vulnerabilidade social estão enfrentando em Minas Gerais desde 2014, a situação é a seguinte, parece que teve uma denúncia em 2014 de situações que acontecem com mães em situação de rua, muitas vezes

usuárias de droga e que essa situação ainda não foi resolvida, que os maus tratos, a situação continua desumana, na comissão a gente até teve uma discussão e os pareceres até muito comovente, porque que uma conselheira, foi a Débora, não sei se foi a Débora, até deu um parecer, foi o Elerson, que uma mãe, a mulher está em situação de rua, aí eles vão lá, o estado vai lá, pega e toma a criança da mãe, e a mãe está em situação de rua, é uma pessoa carente ela vai lá e faz outro filho, eles vão lá e toma outra vez, e aí teve uma outra situação também que a gente discutiu que era uma coisa mais de opinião mesmo que era a situação de pegar as crianças dessas mães e correr o risco delas até estarem serem vendidas para pais de outros países, então é uma situação bem crítica, no encaminhamento que a gente tem é uma moção de repúdio, e a gente ainda precisa identificar quem que a gente vai repudiar e enviar essa moção. **Elerson:** Só queria colocar essa denúncia, acho que é um caso conhecido aqui da maioria das pessoas, existe uma Portaria, uma Portaria empreitada por uma Juíza referendada por uma Promotoria a qual tem feito a busca e apreensão muitas vezes de crianças de mulheres que fazem uso abusivo de álcool e drogas, e aconteceu um caso recentemente que foi busca e apreensão de uma criança cuja mãe está num abrigo de acolhimento institucional, que é administrado pela Cáritas inclusive, foram com Dops uma confusão e tal então pelo que eu tenho entendido a denúncia que foi lida ontem na comissão de política eles fazem essa denúncia no seguinte sentido que a mãe estava acolhida e estava com os encaminhamentos sendo feito pela equipe técnica da assistência social, então o judiciário muitas vezes tem interferido muitas vezes na própria atuação dos técnicos que estão dentro da unidade, está gerando certo conflito um pouco assim em relação ao sistema de justiça e a equipe técnica local, o que se colocou no sentido de moção de repúdio, a conversa que se teve ontem na comissão foi nesse sentido, no sentido de se colocar, muitas vezes as pessoas que muitas vezes chegam nos abrigos, nas unidades de acolhimento, são pessoas que não estão prontas, são pessoas que muitas vezes precisam de uma reorganização da própria vida, e significação da própria existência e que isso demanda tempo, lógico que violações graves que aconteçam, creio que justifiquem uma ação nesse sentido, acho que cabe ao poder judiciário decidir, mas que não tem sido os casos que a gente tem acompanhado. **Bruno:** Elerson, a gente pode, me corrige se eu estiver enganado, mas você iria fazer uma moção de repúdio pra gente? **Elerson:** Não, o que a gente deliberou ontem caso seja aprovado, a gente pode ajudar a construir. Podemos. **Bruno:** Entendi, isso mesmo, então se for o caso de ser deliberado, então nós da comissão com a ajuda do Elerson nós vamos fazer a moção de repúdio. **Débora:** Ficou claro, gente, é que aconteceu um fato dentro de abrigo, Pompéia de Belo Horizonte, a criança foi retirada da mãe, as duas estavam acolhidas lá, então a gente solicitou o Elerson que fizessem essa descrição dos fatos, porque é um abrigo que está em parceria com a Cáritas, para que ele como técnico de lá inclusive que tenha as informações exatas do que aconteceu pra gente fazer esse repúdio, não é isso? **Elerson:** Esse caso foi um dos casos de todas a denúncia do centro estadual a denúncia se refere a vários outros casos que estão acontecendo, nós vamos fazer a moção de repúdio pra quê? Então acho que a moção de repúdio ela tem que se direcionada a todos os casos que tem sido acontecido, no sentido de se separar a guarda das crianças de mães que muitas vezes estão em situação de vulnerabilidade que estão muitas vezes até acolhidas em unidades de acolhimento institucional da assistência social, teria que construir mais seria mais ou menos isso. **Simone:** Desculpe, gente mas eu não entendi, vamos começar, me explica aí. Quem fez a denúncia? **Elerson:** Acho que a denúncia está aqui. **Bruno:** Centro Estadual de Defesa dos Direitos da população em situação de rua. **Simone:** É vinculado a quem? Isso é o quê? É uma unidade Pública, é ligado a quem? É ligado à Secretaria de Direitos Humanos? Não gente entidade? Gente do céu. **Elerson:** Acho que é interessante ler a denúncia. **Bruno:** Eu vou ler o ofício, gente que eu acho que vai ajudar a esclarecer. Prezados Senhor Rodrigo Silveira, saudações: O Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em situação de Rua em Minas

Gerais, criado para acompanhamento e monitoramento da política pública estadual, para população em situação de rua, manifesta enorme preocupação diante ação cruel e arbitrária promovida pelo poder judiciário da infância e juventude de Minas Gerais que persiste na estratégia de não respeitar a política de assistência social em curso determinando novamente o recolhimento de crianças por serem filhas de família em situação de rua e vulnerabilidade social atualmente moradores dos abrigos Pompéia e Granja de Freitas em Belo Horizonte, na tarde do último dia 11 de junho de 2018 com participação do Dops com todos os equipamentos de trabalho em uso, inclusive usando capuz, a filha de Monique com menos de 1 ano de vida foi retirada do convívio familiar em razão de decisão da vara de infância e juventude de Minas Gerais e recolhida em abrigo, em seguida Monique foi por eles levada e detida na central de flagrantes CEFLAN no bairro floresta em Belo Horizonte, acusada de crime e resistência, como se fosse possível uma mãe que gerou um filho por 9 meses e a quase 1 ano carrega em seus braços, estando afetivamente vinculada a sua filha entrega-la a polícia sem nenhuma resistência, repudiamos veementemente que seja essa a política do estado brasileiro particularmente do judiciário em Minas Gerais e do Ministério Público da infância e juventude que muito pouco tem promovido ações reais para efetivação do direito à cidadania e dignidade da população em situação de rua. A situação atual que recai sobre mães em situação de rua e alta vulnerabilidade social tem origem de 2 recomendações polêmicas número 5 e 6 publicadas em 2014 pela vigésima terceira promotoria da justiça da infância e juventude cível de Belo Horizonte do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, sobre bebês filhas de mães usuárias de drogas, a primeira recomendação de 16 de junho é dirigida às maternidades, e solicita que os casos de mães usuárias de substâncias entorpecentes, sejam comunicados à vara da infância e juventude de Belo Horizonte, a segunda datada de 06 de agosto é dirigida à unidade básica de saúde e recomenda que seja comunicada à vara os casos de gestantes usuárias de drogas, enquanto existem quase 7 milhões de imóveis vazios em todo território nacional, a população em situação de rua segundo dados do IPEA não ultrapassa a casa dos 100 mil habitantes é inadmissível que o estado brasileiro continue a ignorar as demandas desse segmento populacional no direito à moradia e a vida saudável e feliz, ademais Monique, a mãe da criança não mais se encontrava em situação de rua, mais em um abrigo de assistência social, sua atual moradia com processo de organização de sua vida e de sua família tendo agendado inclusive para o dia seguinte a operação a realização da carteira de trabalho e outros compromissos, importante lembrar que a mãe de Monique a mãe da criança vem tentando acessar a política de moradia, ela já tentou morar em 2 ocupações urbanas e hoje se encontra na fila do bolsa moradia. A toda sociedade brasileira e mundial nós denunciaremos que em pleno século 21 crianças continuem sendo retiradas do convívio familiar no Brasil, e em Belo Horizonte isto tem sido uma rotina. A situação acontecida no abrigo com a mãe que já teve trajetória de situação de rua agora órfã de seu filho é uma entre tantas outras situações iguais de indignidade e desrespeito aos direitos humanos e que acontecem com muitas mães e com outras famílias, a exemplo com o mães do circo, das mães indígenas, das mães ciganas, esse traço cultural da nossa brasilidade nós também denunciaremos com toda força, resistente que somos nas lutas por uma sociedade que respeite a dignidade humana de todos os humanos, todos homens e todas as mulheres, independente da raça, da cor, independente da classe social ou da origem geográfica, independente da religião ou da orientação sexual, o fato ocorrido com Monique e sua filha no último dia 11 de junho de 2018 em Belo Horizonte tem a mesma origem e motivação do ocorrido recentemente com a senhora Janaína em São Paulo que a pedido de um promotor de justiça e determinado pelo judiciário de primeira instância foi esterilizada, como o caso de Janaina que foi amplamente denunciado e os responsáveis denunciados a suas respectivas corregedorias, o caso de Monique e os demais casos ocorridos em Belo Horizonte e no Brasil também precisam ser denunciados faz-se urgente que o judiciário reconheça a política

de assistência social no município, no caso de Belo Horizonte executada por uma organização de conferência nacional dos bispos do Brasil, a Cáritas regional em Minas Gerais, que tem uma história de décadas no Brasil de atuação na defesa de dignidade da pessoa humana e da justiça social, o judiciário e o Ministério Público, tem a função de garantir a justiça social e nesses casos precisam se colocar para fortalecerem as políticas existentes e não para promover retrocessos de direitos fundamentais como ocorreu em uma operação como essa, afinal não tiveram o cuidado de minimamente escutar as organizações públicas e privadas de defesa de direitos humanos e da criança e do adolescentes que em forma de rede estavam ali protegendo e cuidando de Monique, de sua filha e de sua família para que esta e assim como as demais mães de Belo Horizonte, que estão nas mesmas condições possam ter assegurados os direitos previstos pela Constituição de 1988 e pelos estatuto da criança e do adolescente e a proteção da criança juntamente com sua família, cordialmente, equipe CEDH MG. **Simone:** E aí vocês apuraram essa denúncia? Pediram a Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte informações? Ao Conselho Municipal? **Débora:** A gente está com o conselheiro Elerson que é da Cáritas que faz a gestão lá do abrigo Pompéia que nos contou que de fato esse fato aconteceu e a aí a gente solicitou ele que pedisse a equipe. **Simone:** Vocês estão fazendo a gestão do abrigo lá, Elerson? **Elerson:** Estamos, eu nem sabia na verdade eu até fiquei assustado, assustado não surpreso, quando em vi isso na pauta, esta denúncia do Centro Estadual eu não sabia que estava, mas nesse caso já teve discussão de rede, nós já tivemos audiência pública, já saiu na imprensa, pra quem não sabe existe essa portaria do Ministério Público mas tem também o juiz ele também institui a portaria, é a portaria de um juiz que também vai nessa mesma linha, dessa retirada dos filhos, o CNJ já esteve aqui em Belo Horizonte com o MDS pra tentar devolver e tal, todo mundo participando, então assim é uma luta que está sendo empreendida, depois dessa da Monique já teve notificação de 2 outras mulheres, porque por conta desse sequestro a gente chama de sequestro de bebês aqui em Belo Horizonte, a secretaria municipal de assistência social tem se prontificado muito no socorro dessas mulheres, então quando se percebe que existem mulheres grávidas em situação de ruas, a gente tem aberto vagas nos abrigos, pra justamente acolher assim que eles derem a luz, acolher direto no abrigo pra justamente evitar esse tipo de coisa, e aí numa cotação eles percebendo isso e estão agora buscando as crianças dentro do abrigo, então assim nós temos 2 outras gestantes, puérperas, 2 puérperas no abrigo que já receberam notificações, então o centro estadual de defesa dos direitos da população em situação de rua, eles estiveram lá no dia, assim como eles a doutora Júnia defensora teve lá no dia também, José Crus, Kátia Rocha Elton, a gente está meio desarticulado, então acho que eles fizeram isso no sentido desse conselho também se manifestar um pouco. **Simone:** Agora ficou claro pra nós, só lembrar a comissão que o conselho já tem o parecer, nós temos uma nota pública onde a gente se posiciona contrário a esse tipo de procedimento, então deve subsidiar mesmo que seja um novo caso, a gente já tem um posicionamento, o conselho já tem então que vocês se baseiam no posicionamento que o conselho já tem, tá. Bem, então nós terminamos aí, vocês não fizeram ainda gente, calma, já tem o posicionamento fiquem tranquilos vocês já podem se posicionar, agora a moçada vai ser em cima do posicionamento que já tem e quando vocês fizerem a gente lê o relato. **Cristiane:** Pra fechar com chave de ouro, então é porque na hora que eu fiz o encaminhamento, desculpe eu estou muito cansada, na hora que eu fiz o informe era pra eu ter falado a respeito da participação que eu disse que nós vamos ter, no mesmo dia do Cogemas, o Cogemas vai ser no dia primeiro aqui no expominas, nós conseguimos fazer essa reunião do movimento nacional das entidades de assistente social, que a coordenadora é a atual presidente do conselho nacional com o Fórum das organizações da sociedade civil nossa primeira pauta, nossa primeira agenda enquanto Fórum e a gente gostaria de solicitar a possibilidade da participação da Arlete e Ariadna, Ariadna já foi mais, ela está aí, e de Ariadna via Ceas se

poderia ser feito esse custeio da diária delas pro dia primeiro pra essa reunião aqui do Fórum, que vai ser o Fórum com movimento com o Fórum que na verdade a gente tem condições de articular, que é o Fórum de Belo Horizonte para fazer esse encontro. **Simone:** Gente, qualquer solicitação tem que oficialar, ver qual que vai ser o papel do conselho, porque a partir do momento que o conselho vai participar pode ser que outras pessoas também queiram então vão dar o mesmo encaminhamento, que agosto está com essa programação que dia que vai ser, como que vai ser, aonde vai ser, qual o papel dos nossos conselheiros lá nesse evento, porque também a gente tem que justificar, senão que tudo que quer participar, não pode ser assim qual a participação do conselho estadual lá, vocês encaminham que a gente avalia, pode ter certeza. Eu estou falando da legalidade, gente, a Consolação orienta vocês como tem que fazer bom final de semana pra todos, até mês que vem.

Nomes	Representatividade	Assinatura
Alice de Rezende Brandão Faria	FMTSUAS	
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de Minas Gerais - FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento do GRAAL do Brasil	
Bruno Toca fundo	CMAS Juiz de Fora	
Camila Rita da Silva	Sapa	
César Augusto Calcinai Pereira	Sedese	
Cristiane Isabel Felipe	Sacramentinos	
Damião Braz (Nome Social - Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	
Déborah Akerman	SEDESE	
Eleniudes Santos Silva	Feneis	
Elerson da Silva	Cáritas	
Felipe Serrano Milioreli	CMAS Campo Belo	
Gilberto Donizete Ribeiro	Cogemas	
Helder Augusto Diniz Silva	Conselho Municipal de Assistência Social de Pedro Leopoldo	
Ivone Pereira Costa Silva	Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS	
João Alves Crisóstomo	Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora	

Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS MG	
Magda Lucia Diniz e Silva Rocha	SES	
Márcio José Ferreira	ADEFIB	
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	Conselho Municipal de Assistência Social de Leopoldina	
Marleide Marques Castro	CRP	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	SEDESE	
Rodrigo Silveira e Souza	Conselho Regional de Serviço Social - CRESS	
Sandra de Fátima Veloso Costa	Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros	
Silvana Célia de Campos	SEE	
Simone Albuquerque	Sedese	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	Conselho Municipal de Assistência Social de Paracatu	
Wilson de Sales Lana	SEF	